

EDNA MARIA DE JESUS CARDOSO

**IMPASSES NA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO CEJA E NO CEPSS  
NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÂNIA: A DISTÂNCIA  
ENTRE O DITO E O INSTITUÍDO**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC GOIÁS  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
GOIÂNIA - 2010

EDNA MARIA DE JESUS CARDOSO

**IMPASSES NA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO CEJA E NO CEPSS  
NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÂNIA: A DISTÂNCIA  
ENTRE O DITO E O INSTITUÍDO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Mestrado em Educação  
Goiânia - 2010

C268i Cardoso, Edna Maria de Jesus.

Impasses na implantação do Proeja no Ceja e no Cepss na rede estadual de ensino de Goiânia : a distância entre o dito e o instituído / Edna Maria de Jesus Cardoso. – 2010.

156 f.

Bibliografia: p. 126-132

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2010.

“Orientação da Profa. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães”.

1. Educação. 2. Proeja. 3. Educação de jovens e adultos – políticas públicas – rede estadual – Goiânia (GO). 4. Educação profissional. I. Título.

CDU: 37.014.5(817.3)(043.3)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães (PUC Goiás)

---

Profa. Dra. Maria Margarida Machado (UFG)

---

Profa. Dra. Denise Silva Araújo (PUC Goiás)

A meus pais Avelino e Helena, pelo aprendizado  
em todos os dias da minha vida.

Às queridas Evelyn e Ellen, pelas constantes lições de ser mãe.

A minhas irmãs Elizabeth, Elizete (parceira também de profissão),  
Edilene e Ana Lúcia, que sempre me incentivaram e por mim torceram.

Ao meu amigo, amado amante e companheiro Elias Araújo, com quem aprendo  
todos os dias a (com)partilhar uma face do amor.

A meus sobrinhos Thiago, Waleska, Elisa, Denise, Rosana, Giovana, Maycom e  
Letícia, pelo carinho constante.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter iluminado o meu caminho em todos os dias de minha vida.

Especialmente, a meus pais, irmãs, filhas, sobrinhos e companheiro pelo carinho, o apoio e paciência com a minha ausência.

À professora Maria Tereza Canezin Guimarães, pela orientação científica competente e de forma tão simpática.

À banca de qualificação e defesa, composta pela orientadora da dissertação, Profa. Dra Maria Tereza Canezin Guimarães , Profa. Dra. Denise Silva de Araújo, Profa. Dra Maria Margarida Machado, pelas críticas e contribuições significativas e pertinentes.

Aos meus amigos e colegas do Centro de Educação Profissional de Goiânia Sebastião de Siqueira – Cepss, pelo apoio e aprendizado em comunhão.

Aos professores do Curso de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), pela contribuição acadêmica.

Ao amigo José Carlos Magalhães, pela tradução do resumo para o inglês.

À turma do Curso de Mestrado em Educação/2008, especialmente, às amigas Iraci, Nevione e Miriã.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

A educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para outros o saber que os constitui e os legitima.

- CARLOS BRANDÃO -

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	11
<b>ABSTRACT</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTABELECENDO DIÁLOGOS E DELINEANDO CAMINHOS</b> .....	23
1.1 Educação e trabalho: a confluência de dois direitos do cidadão .....	23
1.2 A educação do trabalhador na educação de jovens e adultos e na educação profissional: políticas e tendências nos séculos XX e XXI .....	30
1.3 A integração curricular na formação após a implantação do Proeja.....	44
1.4 Aspectos legais da implantação do Proeja no âmbito nacional .....	49
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA CIDADE GOIÂNIA</b> .....	56
2.1 A Implantação do Proeja em Goiás.....	56
2.2 Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia .....	66
2.3 A implantação do Curso Assistente Administrativo – Proeja nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss, em Goiânia .....	68
2.4 Condições sociais dos alunos ingressantes no Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia .....	72
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O PROEJA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS</b> .....	87
3.1 Os gestores federais e estaduais e suas concepções (de trabalho e de educação profissional) acerca da implantação do Proeja .....	88
3.2 Os profissionais da educação e suas concepções acerca do Proeja no <i>chão da escola</i> .....	98
3.3 Os alunos que persistiram na primeira turma do Proeja .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126
<b>APÊNDICES</b> .....	133

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AID	<i>Agency for Internacional Development</i>
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Ceja	Centro de Educação de Jovens e Adultos
Cepa	Centro de Educação Profissional de Anápolis
Ceplar	Fundação da Campanha de Educação Popular
Cepss	Centro de Educação Profissional de Sebastião de Siqueira
CES	Centro de Estudos Supletivos
CGPEPT	Coordenação Geral de Formação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
CGPG	Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão
Cnaia	Comissão Nacional para o Ano Internacional de Alfabetização
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conjur	Consultoria Jurídica do Ministério da Educação
CPC	Centro Popular de Cultura
CRP	Certificado de Regularidade Previdenciária
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DOU	Diário Oficial da União
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EP	Educação Profissional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Ibeg	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura

Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEC	Oficina Educacional Comunitária
OVG	Organização das Voluntárias de Goiás
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Pipmo	Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra
Pnac	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEA	Serviço de Educação de Adultos
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Sectec	Secretaria de Ciência e Tecnologia
Seduc	Secretaria de Estado da Educação
SEE/GO	Secretaria de Estado da Educação de Goiás
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social do Transporte
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Suep	Superintendência de Educação Profissional
Suesp	Superintendência de Ensino Superior e Profissional
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unesco	<i>United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

## GRÁFICOS E TABELAS

<b>TABELA 1 - Características complementares da Educação de Jovens e Adultos em Goiás .....</b>	<b>58</b>
<b>GRÁFICO 1 - Gênero .....</b>	<b>73</b>
<b>GRÁFICO 2 - Estado Civil .....</b>	<b>74</b>
<b>GRÁFICO 3 - Raça .....</b>	<b>74</b>
<b>GRÁFICO 4 - Idade .....</b>	<b>75</b>
<b>GRÁFICO 5 - Quantidade de Filhos .....</b>	<b>76</b>
<b>GRÁFICO 6 - Pessoas com as quais residem .....</b>	<b>76</b>
<b>GRÁFICO 7 - Qual religião .....</b>	<b>77</b>
<b>GRÁFICO 8 - Naturalidade .....</b>	<b>77</b>
<b>GRÁFICO 9 - Atividade remunerada .....</b>	<b>78</b>
<b>GRÁFICO 10 - Faixa salarial .....</b>	<b>79</b>
<b>GRÁFICO 11 - Participação na renda familiar .....</b>	<b>79</b>
<b>GRÁFICO 12 - Ajuda financeira do Governo .....</b>	<b>80</b>
<b>GRÁFICO 13 - Profissão .....</b>	<b>80</b>
<b>GRÁFICO 14 - Horas trabalhadas .....</b>	<b>81</b>
<b>GRÁFICO 15 - Tempo disponível ao estudo e a leitura .....</b>	<b>81</b>
<b>GRÁFICO 16 - Têm computador .....</b>	<b>82</b>
<b>GRÁFICO 17 - Uso da internet .....</b>	<b>82</b>
<b>GRÁFICO 18 - Escolaridade da mãe .....</b>	<b>83</b>
<b>GRÁFICO 19 - Escolaridade do pai .....</b>	<b>83</b>
<b>GRÁFICO 20 - Tempo que ficou sem estudar .....</b>	<b>84</b>
<b>GRÁFICO 21 - Rede de ensino que cursou o Ensino Fundamental .....</b>	<b>84</b>
<b>GRÁFICO 22 - Motivos para a escolha do curso .....</b>	<b>85</b>
<b>GRÁFICO 23 - Expectativa ao cursar o ensino médio .....</b>	<b>85</b>

## RESUMO

Este trabalho pertence à linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Teve como objetivo explicitar as políticas públicas e institucionais que delinearão a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, mais especificamente, nas unidades de ensino Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Universitário e Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (Cepss), no Curso Assistente Administrativo – Proeja/2009. A pesquisa orientou-se na forma de estudo de caso, recorrendo-se a estudo documental, bibliográfico e dados quantitativos e qualitativos que foram analisados com base em teóricos que explicitam as concepções de educação, trabalho, ciência e cultura. No processo de investigação, foram utilizados diferentes procedimentos e instrumentos de coleta de dados (análise de documentos, aplicação de questionários e a técnica de entrevista semiestruturada, visando apreender, como os gestores do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Superintendência de Ensino Superior e Profissional (Suesp/GO), da Secretaria de Educação (Seduc/GO) e dos diretores, coordenadores e professores, bem como dos alunos da terceira série do referido curso, das instituições Ceja Universitário e Cepss, de lugares diferentes, concebem a experiência de implantação do programa). O resultado da investigação sinalizou vários fatores que dificultaram a implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, como: a) a concepção da implantação do programa, visando a intencionalidade do financiamento e a promoção dos seus benefícios; b) o desconhecimento do programa pelos profissionais da Rede Estadual de Educação e alguns alunos; c) a desarticulação do currículo da formação geral com a formação profissional expressa no Proeja, visto que o curso ofertado na Rede Estadual, em Goiânia foi estruturado na forma concomitante e com pouca participação de profissionais que atuavam no programa; d) a reforma administrativa, ocorrida em 2008, em Goiás, que provocou o distanciamento entre a formação geral e a formação profissional, administradas por secretarias distintas; e) a rotatividade de profissionais temporários com atuação na educação profissional; f) a falta de planejamento conjunto entre as unidades educacionais Ceja Universitário e Cepss; g) a formação continuada, direcionadas para as expectativas mercadológicas, não contemplou formação omnilateral do aluno; h) a distância entre as duas instituições, Ceja Universitário e Cepss, enfrentada pelos alunos; i) a forma acelerada do curso que dispensa pouco tempo para a formação dos alunos. Por fim, mediante o fato de que o Proeja representa uma política pública recente, apresenta-se nesta pesquisa um conjunto de considerações que visam contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação e trabalho, bem como fornecer subsídios para políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

**Palavras-chave:** Educação; Trabalho; Educação Profissional; Proeja.

## ABSTRACT

This job belongs to the line of research Education, Society and Culture of the Program me of Post graduate courses in Education (PPGE) of the Pontifical Catholic University of Goias (Goias PUC). Aimed to explain public policies and institutions that shaped the implementation of the National Program me of Integration of Professional Education with Basic Education in the Mode of Education Youth and Adults (Proeja) in the State Schools of Goiania, more specifically, in the units Teaching Center for Youth and Adults (Ceja) University and Professional Education Center Sebastião de Siqueira (Cepss), in the Course of Administrative Assistant - Proeja/2009. The research was guided in the form of case study, using to study documents, bibliography and quantitative and qualitative data were analyzed on the theories' based that explain the concepts of education, labor, science and culture. In the research process, we used different procedures and instruments for data collection (analysis of documents, questionnaires and semistructured interview technique in order to apprehend, as the managers of the Ministry of Education and Culture (MEC), the Superintendency of Higher Education and Professional (Suesp / GO), the Department of Education (Seduc / GO) and the directors, supervisors and teachers, as well as third grade students of that course, institutions and Cepss Ceja University, from different places, design experience implementation of the program). The result of investigation indicated several factors that hindered the implementation of Proeja in State Schools of Goiania, as: a) The conception of the program was implemented, aiming at the intentionality of the financing and promotion of its benefits; b) ignorance of the program by professionals in the State Network of Education and some students; c) the disarticulation of the curriculum of general education with formation training, expressed in Proeja, as the course offered in the state system in Goiânia was structured as a concomitant and with little involvement of professionals who would work in the program; d) The administrative reform, in 2008, in the state that caused the gap between general education and formation training, administered by different departments; e) The turnover of temporary workers with experience in professional education; f) lack of joint planning between the educational units Ceja University and Cepss; g) The training continuing, directed to the expectations of market, did not include the student's training omnilateral h) the distance between the two institutions, Ceja University and Cepss, faced by students; i) an accelerated course that needs little time for training of students. Finally, by the fact that the Proeja represents a public policy recently, this research presents a number of considerations that aim to contribute to the expansion of studies about education and employment, as well as provide support for public policies for the Education of Youth and Adult and Vocational Education.

**Keywords:** Education; Work; Professional education; Proeja.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como propósito investigar o processo de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade<sup>1</sup> de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, nas instituições de ensino Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Universitário e Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (Cepss)<sup>2</sup>. Analisaram-se documentos, percepções e concepções dos sujeitos envolvidos (gestores nacionais e estaduais, gestores das instituições de ensino – diretores e coordenadores, professores e alunos).

Cabe explicar que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos abrange cursos com o objetivo de proporcionar a formação profissional com escolarização para jovens e adultos. O programa integra a política educacional gerida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC).

Para a realização desta investigação, buscou-se mapear e analisar os elementos que contribuíram para fazer avançar ou criar obstáculos à implantação do programa, na perspectiva de uma política pública.

O conceito de políticas públicas, dentre outros, relaciona-se com o movimento do Estado para atender aos anseios de setores gerais e específicos da sociedade:

As políticas públicas expressam o *Estado em ação*, atendendo às necessidades e aos anseios de setores específicos da sociedade... Há, também, a compreensão de que elas se desenvolvem em um contexto que contém as marcas das especificidades regionais, do contexto econômico e político, do tempo de gestão e de fatores diversos (CANEZIN; QUEIROZ, 2005, p. 30).

Azevedo (2001) afirma também que políticas públicas representam a materialidade da intervenção do Estado. Assim,

o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo

---

<sup>1</sup> Modalidade é diminutivo latino de *modus (modo, maneira)* e expressa uma medida em uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata -se, pois, de um modo de existir com característica própria (BRASIL, 2000).

<sup>2</sup> Esse centro recebeu o nome de Sebastião de Siqueira em homenagem ao comerciante goiano, que morava no Parque Amazônia, em Goiânia-GO, bairro no qual se localiza a instituição.

na máquina governamental, o seu principal referente (AZEVEDO, 2001, p. 5).

Cabe ressaltar que a definição, a implementação, a reformulação ou a desativação das políticas públicas são baseadas na memória da sociedade e/ou do Estado em que têm lugar, por isso, estabelecem estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si mesma (AZEVEDO, 2001).

Para entender a dinâmica das políticas públicas, necessário se faz analisar as condições estruturais e conjunturais da sociedade e do Estado. Canezin (2009) salienta que as transformações das condições objetivas ou estruturais da sociedade brasileira nas últimas décadas determinaram esferas de possibilidade para a emergência dos movimentos sociais e de influenciar a atuação do Estado. Segundo a autora,

os sujeitos da ação compartilharam situações estruturais dadas, produzem percepções diferenciadas das suas condições de trabalho, dos seus modos de viver, dos seus interesses, enfim, elaboraram representações sociais, que, por sua vez, motivaram as ações nos planos individuais e coletivo. A experiência de construir-se um sujeito “que age e move” processa-se, portanto, em um mundo de significações em que as necessidades e interesses são realimentados no plano de um imaginário revestido de valores e sentimentos (CANEZIN, 2009, p. 42).

Araújo (2008) integra-se a essa reflexão, ao conceituar políticas educacionais:

As políticas educacionais situam-se no âmbito das políticas públicas de caráter social e, como tal, não são estáticas, mas dinâmicas, ou seja, estão em constante transformação. Para compreendê-las, é necessário entender o projeto político do Estado, em seu conjunto, e as contradições do momento histórico em questão [...] As políticas educacionais emanadas do Estado, como qualquer outra política pública, implicam em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos, grupos e instituições e, portanto, não são fruto de iniciativas abstratas, mas constroem-se na correlação entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses (ARAÚJO, 2008, p. 5-6).

No que concerne à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, nº 9.394/96, no título III, que trata Do Direito à Educação e do Dever de Educar, estabelece o seguinte:

Art. 4º – O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que, para os sujeitos da EJA, o conhecimento não consiste em proporcionar, primeiro, a compreensão geral da vida social para depois buscar a instrumentalização para o trabalho. Aliás, muitas vezes, o motivo do acesso ou do retorno à vida escolar desses sujeitos ocorre justamente pelas dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho, bem como pela necessidade de inserção e/ou de permanência nele.

A ideia da retomada da vinculação do ensino médio à educação profissional aconteceu mediante a promulgação do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004). Esse documento legal instituiu as formas como deve ocorrer a articulação, conforme já previa a LDBEN nº 9.394/96.

Com o intuito de atender à demanda de jovens e adultos referente à oferta de educação profissional de níveis fundamental e médio da qual, geralmente, são excluídos, o governo federal estabeleceu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 (BRASIL, 2005).

De acordo com o Documento Base do Proeja, apresentado no ano seguinte, esse programa objetiva articular o ensino médio ao processo de trabalho real, a fim de possibilitar a prática dos princípios científicos da produção moderna e não apenas a polivalência, a atividade laboral no sentido estrito. Trata-se de propiciar condições de vida do trabalhador com seus vínculos políticos e culturais (BRASIL, 2006).

A revogação do Decreto nº 5.478/05, por meio da promulgação do Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 ampliou o programa no que se refere aos níveis de ensino, incluindo o ensino fundamental, que passou a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantendo a sigla Proeja.

A institucionalização do programa como política pública deu-se por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou a LDBEN nº 9.394/96, para redimensionar e integrar as ações da educação profissional com educação básica. O artigo 37, dessa lei estabelece que “a educação de jovens e adultos deverá articular-

se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 2008).

Os cursos e programas do Proeja, segundo o Decreto nº 5.840/06, citado anteriormente, podem ser articulados ao ensino fundamental ou médio, como formação inicial e continuada de trabalhadores e, ao ensino médio, na forma integrada ou concomitante, podendo ser adotado pelas instituições públicas municipais e estaduais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema S<sup>3</sup>. Os referidos cursos e programas devem ser oferecidos, com base na construção prévia de projeto pedagógico integrado único.

No Documento Base do Proeja (BRASIL, 2006), a educação de jovens e adultos é apresentada como uma modalidade de ensino que

implica em modo próprio de fazer a educação, indicando que as características dos sujeitos jovens e adultos, seus saberes e experiências do estar no mundo são guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas de atendimento (BRASIL, 2006, p. 5).

Segundo Moll (2010, p. 134), o Proeja visa como horizonte, a construção de uma política pública capaz de dialogar “tanto com as demandas imediatas de escolarização básica e profissionalização quanto as demandas permanentes de uma educação que, necessariamente, devem acontecer ao longo da vida”.

O Documento Base do Proeja (BRASIL, 2006) constitui uma fonte importante para subsidiar o conhecimento do programa, tal como disposto na legislação.

Entretanto, não se pode dizer que se efetivará, na prática, aquilo que se expressa em documentos oficiais. Dessa forma, este trabalho também propõe analisar as concepções de educação e trabalho, no Proeja, desenvolvido na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, segundo os sujeitos envolvidos em sua implantação.

A investigação proposta busca assinalar as políticas públicas e institucionais relativas à implantação do Proeja, no plano nacional e estadual. Visa também compreender o desenvolvimento dessas políticas, no estado de Goiás, nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss, especificamente no Curso

---

<sup>3</sup> O sistema S abrange atividades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Social do Comércio (Sesc), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), do Serviço Social de Transporte (Sest), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Assistente Administrativo 2009 – Proeja, por ser a turma que deu origem à implantação do programa na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

Nesta pesquisa, suscitam-se as questões: quais os impasses na implantação do Proeja no Ceja Universitário e no Cepss de Goiânia? Há diferenças entre o dito e o instituído?

A referência teórica está fundamentada em autores que elegem os conceitos fundamentais de educação, trabalho, ciência, e cultura, discutidos nos capítulos I e II desta pesquisa. São eles: Canezin (2005; 2007; 2009), Catani (1980), Costa (1996), Cury (2002), Freire (1980; 1996), Frigotto, Ciavattta e Ramos (2005), Frigotto, Ciavattta (2006), Frigotto (2007; 2010), Gramsci (2000; 2004), Kuenzer (1989; 1997; 1999; 2003; 2008), Libâneo (1991), Machado (1997; 2001), Manfredi (2002), Marx (1980; 1983), Moll (2010), Ramos (2005; 2008; 2010), Rodrigues (2000), Romanelli (1978) e outros.

Pressupõe-se que o conhecimento é produzido historicamente pela humanidade tendo em vista que o homem busca ir além da realidade aparente e concebe os princípios que norteiam a base para compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. As ciências humanas nasceram no século XIX, por meio de diferentes abordagens metodológicas que formularam formas de conhecimento sistematizado e comprovável.

No que se refere à cultura, é possível compreendê-la como um conjunto de símbolos, de representações sociais, de significados que permeiam as diversas práticas sociais. O homem cria e dá significados aos objetos, às coisas, em relações sociais historicamente situadas, assim, é criador da cultura e é constituído por ela. A cultura realiza-se em estreitos nexos com os processos educacionais que acontecem em todas as dimensões da vida social, de forma institucionalizada como organizações escolares ou não. Particularmente, em sociedades marcadas por desigualdades de classes a cultura e a escola contêm implicações ideológicas e se configuram em movimentos de reprodução e/ou de transformação social.

Kuenzer (1997) defende que a escola é uma mediação importante para a supressão prática e material da exploração e instrumento de resistência, por meio do estímulo ao estudo e do pensamento criativo, sobretudo para os trabalhadores, pela possibilidade de propiciar novos caminhos.

Nessa ótica, o trabalho constitui componente fundamental para as dimensões econômica e social e, também, cultural, simbólica e psicológica. Conforme Ramos

(2005), compreender o trabalho em suas mediações específicas, que lhe dão forma e sentido, apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade, diferencia o trabalho como princípio educativo.

Gramsci (2004) afirma que o trabalho intelectual é inerente à atividade humana, pois não há atividade humana de que se possa excluir qualquer intervenção intelectual. Em outras palavras, o homem desenvolve o intelecto independentemente de estar dentro ou fora de uma profissão, e apresenta sua concepção de mundo, ao contribuir para manter ou para modificar a sociedade, além do que aspira suscitar novos modos de pensar.

Assim, Ramos (2008, p. 66) assinala que “a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual”.

Um desafio que se assume na investigação consiste em compreender como se realiza essa mediação entre a educação profissional e a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, apresentada como uma alternativa de inclusão social, que adota a perspectiva de emancipação humana, no processo de qualificação para o trabalho.

Para tanto, cabe ressaltar que a educação pública de qualidade e a formação integral do cidadão, como ideário, norteiam as ações sociais de muitos profissionais da educação que compreendem o trabalho e a educação como direitos fundamentais e poderosos para a constituição humana.

### Procedimentos metodológicos

A pesquisa apresenta-se, sobretudo, como a realização de uma produção científica que visa despertar o espírito para a busca intelectual autônoma. A abordagem dialética que orienta o estudo em questão considera o homem um ser existente, em um processo coletivo de produzir-se e, simultaneamente, produzir o mundo social e suas condições de subsistência, o que se torna possível pelo enfrentamento das adversidades que o meio natural lhe impõe e pela vitória sobre ele (PINTO *apud* SANTOS, 1999).

Canezin e Nepomuceno (2009) integram-se à discussão, afirmando que o princípio da abordagem dialética consiste na compreensão de como a contradição pode ser desvendada pela interpretação da realidade já existente, que não se

mostra diretamente como é, e, portanto, deve ser descoberta. Assim, cabe ao conhecimento científico desvendar a realidade, formulá-la e levá-la à teorização. As autoras reiteram que

o acesso ao conhecimento da realidade não é direto. A relação de *observação* não é uma relação direta entre o olho que olha e aquilo que é visto. Nesse sentido, para ver é preciso saber ver. É preciso saber para poder ver. A percepção é seletiva. Observar significa dirigir a atenção e, assim, *a observação é orientada teórica e tecnicamente* (CANEZIN; NEPOMUCENO, 2009, p. 101).

Realizou-se inicialmente uma revisão bibliográfica, com o objetivo de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema, a fim de subsidiar a pesquisa de campo, desenvolvida em uma abordagem documental e qualitativa.

A investigação foi direcionada para o encontro de possíveis soluções para o problema exposto no estudo em questão (SEVERINO, 2002) e os procedimentos metodológicos foram construídos à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, visto que a caminhada intelectual apresenta nuances que só o próprio caminhar é capaz de desvelar.

Fez-se necessário utilizar um amplo acervo bibliográfico; documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do Convênio SEE-GO/MEC e das instituições Ceja Universitário e Cepss, dados estatísticos, questionários, registros de professores e também fontes orais acerca da implantação do Proeja, incluindo livros e produções recentes sobre a temática e trabalhos apresentados em eventos diversos, como Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped), Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, (reuniões, simpósios, congressos, seminários e outros). Foram consultadas revistas especializadas, bem como realizado um estudo criterioso do processo realizado com os envolvidos na implantação do Proeja, na Rede Pública Estadual de Ensino de Goiânia, sendo eles o campo e os sujeitos da pesquisa em questão.

Cabe ressaltar que foi desenvolvida pesquisa na modalidade de estudo de caso. A investigação buscou examinar a implantação do Proeja em Goiânia tendo como foco a primeira turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja/2009, nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss. Foram escolhidas as referidas instituições por elas se constituírem em *locus* da implantação do Programa de

Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

Nesse sentido, diante do objeto de estudo desta pesquisa, foram analisados os dados coletados, de forma crítica, a fim de compreender quem são esses múltiplos sujeitos e observar como eles se relacionam com a implantação do Proeja, em Goiânia, Rede Estadual de Ensino.

No processo de investigação, foram utilizados diferentes procedimentos e instrumentos de coleta de dados (análise de documentos, aplicação de questionários e a técnica de entrevista semiestruturada).

Cabe informar a respeito da turma de alunos do Proeja, sujeitos desta pesquisa. Em janeiro de 2009, matricularam-se no Ceja Universitário, 143 alunos, que formaram três turmas de primeira série do ensino médio. Essas turmas reuniram-se com o grupo gestor no auditório do Ceja Universitário para conhecerem a proposta do Curso Assistente Administrativo – Proeja.

Os interessados pelo curso participaram de um processo seletivo que continha questões objetivas e subjetivas. Ao final do processo, foram selecionados 43 alunos para comporem a primeira turma do Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

Para efeitos da pesquisa, foram aplicados questionários, em outubro de 2009, para os 43 alunos selecionados e que passaram a compor a primeira turma do Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia. O intuito do questionário era constituir o perfil socioeconômico desses jovens e adultos. Os gráficos apresentados no capítulo II apresentam a totalização dos dados obtidos, tabulados e interpretados dos alunos.

Na composição do processo de investigação dos sujeitos envolvidos, foram realizadas dezoito entrevistas, sendo três com gestores nacionais, dois com gestores estaduais, vinculados à Secretaria da Educação de Goiás (Seduc-GO) e Superintendência de Ensino Superior e Profissional (Suesp), representantes das modalidades de ensino EJA e educação profissional, quatro gestores vinculados diretamente às instituições Ceja Universitário e Cepss (diretores e coordenadores), dois professores representantes das duas instituições de ensino, que colaboraram na implantação e/ou ministraram aulas para a turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja e, especialmente, os sete alunos que buscaram a qualificação profissional e que, até o momento da realização das entrevistas, em

março, permaneciam na primeira turma de Proeja, da Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

Esse quantitativo de alunos deve ao fato de que dos 43 alunos que ingressaram na turma do curso, até o momento da pesquisa, 35 evadiram-se ou desistiram do curso e uma aluna está gozando licença-maternidade. O levantamento de dados abrange a amostra intencional de respondentes.

As entrevistas aconteceram entre os meses de março a maio de 2010, de acordo com a disponibilidade e agendamento dos respondentes, com roteiro semiestruturado a fim de apreender as considerações desses sujeitos acerca da implantação e avaliação do Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios, objetivando manter o sigilo sobre a identidade dos entrevistados<sup>4</sup>. A proposta da pesquisa é apresentar o perfil de cada entrevistado e, posteriormente, analisar qualitativamente a fala de cada um.

A exposição desta pesquisa resultou na presente dissertação organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscou-se analisar como as dimensões da educação e do trabalho articulam-se na formação humana e contribuem para a ampliação das possibilidades concretas da realização do cidadão. Pretendeu-se, ainda, pontuar as políticas públicas delineadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional nas últimas décadas dos séculos XX e na primeira do século XXI, apreendendo seus limites e avanços.

O segundo capítulo destina-se a registrar, descrever e analisar por meio da legislação – documentos oficiais do MEC, da Secretaria da Educação de Goiás e das instituições educacionais Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja Universitário) e Centro de Educação Profissional de Goiânia Sebastião de Siqueira (Cepss), os caminhos e as tramas que confluíram na implantação e execução do Proeja em Goiás e, especificamente, na cidade de Goiânia.

O terceiro capítulo busca apreender, como de lugares diferentes, os gestores do MEC, da Seduc-GO e da Suesp-GO, os diretores, coordenadores e professores, bem como os alunos que ingressaram em 2009 no Curso Assistente Administrativo,

---

<sup>4</sup> Os entrevistados ficaram denominados: Elizabeth (gestora 1), Elizete (gestora 2), Edilene (gestora 3), Helena (gestora 4), Ana (gestora 5), Evelyn (diretora 1), Avelino (diretor 2), Elias (coordenador pedagógico 1), Elisa (coordenadora pedagógica 2), Denise (professora de Química – professora 1) e Rosana (professora de Técnicas em Vendas – professora 2). Quanto à denominação dos alunos: Thiago (aluno 1), Giovana (aluna 2), Maycon (aluno 3), Heitor (aluno 4), Ellen (aluna 5), Letícia (aluna 6) e Bené (aluno 7).

das instituições Ceja Universitário e Cepss concebem a experiência de implantação do Proeja. Pretende-se mapear e analisar as concepções/representações dos sujeitos vinculados ao programa tendo como referência a perspectiva teórica do trabalho e da educação profissional.

Em razão de o Proeja representar uma política pública recente, esta pesquisa propôs-se a contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação e trabalho, bem como fornecer subsídios para políticas públicas voltadas para a EJA e a Educação Profissional.

Interrogar acerca das concepções dos sujeitos envolvidos no programa permite compreender sua realidade, romper com modelos e soluções pré-fabricadas e pretender um modelo que estimule a criatividade e o pensamento crítico. Significa ainda, um passo imprescindível para avaliar as possíveis mudanças, tal como sugere este diálogo, que se julga pertinente.

## **CAPÍTULO I**

### **TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTABELECENDO DIÁLOGOS E DELINEANDO CAMINHOS**

A educação e o trabalho são categorias que incitam polêmicas, em razão das diferentes interpretações presentes em diversas áreas do conhecimento. Uma pesquisa que tem por objeto de estudo a implantação de um programa como o Proeja requer maior precisão conceitual em relação às esferas da educação e do trabalho, como dimensões que contribuem para a formação omnilateral. É o que este capítulo procura realizar, além de delinear panoramicamente as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional, nas últimas décadas dos séculos XX e na primeira do século XXI, apreendendo seus limites e avanços.

#### **1.1 Educação e trabalho: a confluência de dois direitos do cidadão**

Os fenômenos da educação e do trabalho existem desde o surgimento do homem. As manifestações mais antigas de educação datam da Pré-História, quando ainda não existiam povos ou nações organizadas, mas pequenos agrupamentos humanos espalhados e a educação ocorria de maneira informal e não intencional.

Libâneo (1991) afirma que a educação corresponde a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modo de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação diante das situações reais e desafios da vida prática.

No que se refere ao trabalho, de acordo com Costa (1996), ele surge como elemento fundante em razão da necessidade humana de transformar a natureza e produzir os bens materiais e simbólicos necessários à vida e a sua reprodução biológica e sócio-cultural. Nessa perspectiva, o homem como ser histórico é resultado do processo de trabalho e da forma como se relaciona com a natureza, como a transforma, como a produz e a maneira como o faz, compreendendo o trabalho como elemento humanizador.

De acordo com Ramos (2010), a natureza humanizadora do trabalho remete à ideia da prática constituinte e constituída da cultura, como articuladora entre os conjuntos de representações sociais.

Em suas representações sociais o trabalho foi compreendido durante muito tempo com base na conotação negativa de *tripalium* (castigo), passando longe da conotação positiva de labor. Albornoz (1992) assinala que;

segundo a tradição judaico-cristã, o trabalho era apresentado como forma de castigo: como o homem e a mulher perderam a inocência original do paraíso, teriam, respectivamente, de ganhar o pão com o suor do próprio rosto e passar pelas dores do parto. O trabalho era entendido como punição para os pecados; sendo parte desse mundo mortal e imperfeito, o trabalho não era digno por si mesmo. Para os cristãos, o trabalho era o resultado da vontade de Deus, não uma atitude voluntária. Esta postura, porém, não era hegemônica. Para as seitas rebeldes à Igreja de Roma, nos séculos XI ao XIV, o trabalho era entendido como uma tarefa “penosa e humilhante, devendo ser procurado como penitência para o orgulho da carne” (p. 52).

A autora reitera que, no Renascimento, o homem passou a ser sujeito ativo, constituinte e criador do mundo. Assim, as razões que o levaram a trabalhar estavam na própria condição da existência humana e não fora dela. O trabalho deixou de ser uma atividade exclusiva dos escravos, tornando-se uma aceitação, até mesmo uma predestinação também para os homens livres, que necessitavam dele para sua subsistência.

Marx (1983) afirma que o trabalho é a mediação entre o homem e a realidade material e social e, ao mesmo tempo, se constitui como prática econômica, em razão do homem precisar garantir sua existência produzindo riquezas e satisfazendo suas necessidades. Portanto, o trabalho manifesta-se como atividade de produção da existência.

O trabalho consiste num “processo de que participam o homem e a natureza; processo este em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1980, p. 202). A diferença entre o trabalho humano e o trabalho animal é que o homem configura na mente o resultado do seu trabalho antes de construí-lo, de transformá-lo em realidade. Pelo trabalho, o homem cria valores de uso para satisfazer suas necessidades por meio dos elementos da natureza.

O trabalho, também, assume duplo caráter de mercadoria: como consumo de força humana, que cria o valor das mercadorias e como consumo de força humana para determinado fim. Conforme essa concepção, o trabalho útil e concreto produz

valores de uso. O trabalho, como forma de mercadoria, interessa ao capitalismo, pois a mercadoria objetiva uma relação social, produzida pelo trabalho e que estabelece a troca entre produtos e produtores. Trata-se de relações materiais entre as pessoas (MARX, 1980).

A relação que se estabelece entre os homens com base em seu vínculo com o processo produtivo e meios necessários para sua produção e reprodução, no capitalismo, é explicada por Catani (1980) da seguinte maneira:

capitalismo significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadorias e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. Para que exista capitalismo, faz-se necessária a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para a qual a força de trabalho seja a única fonte de subsistência (CATANI, 1980, p. 8).

Conforme a perspectiva metodológica marxista, pode-se verificar que o trabalho se realiza em circunstâncias de concentração dos meios de produção pelo capitalista, que compra da força de trabalho dos trabalhadores. Portanto,

a produção capitalista se inicia a partir do momento que um mesmo capitalista, que concentra grande quantidade de meios de produção, ocupa, de uma só vez, considerável número de trabalhadores, passando a fornecer produtos em maior quantidade, o que é possível pela utilização em comum dos meios de produção. Para isso, o capitalista compra força de trabalho, fazendo com que o trabalhador consuma os meios de produção com seu trabalho. (MARX, 1980, p. 243).

Assim, o produto não é mais propriedade do produtor e sim do capitalista. O produtor só recebe o valor diário de sua força de trabalho, o que garante a sua reprodução como assalariado. A necessidade de aumentar a produção no capitalismo causa uma transformação essencial no processo de trabalho, que é dividido em partes isoladas e distribuídas aos operários, que passam a ser controlados por instâncias administrativas. Dessa forma, Marx (1980, p. 388) expõe:

Essa repartição acidental de tarefas repete-se, revela suas vantagens peculiares e classifica-se progressivamente em divisão sistemática do trabalho. A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas, para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial.

A divisão do trabalho gera outra modificação: a qualificação do trabalhador, que anteriormente conhecia seu trabalho como um todo e dominava seu conteúdo e

atualmente está atado a uma atividade parcial, domina apenas parte da tarefa de um processo produtivo. Por isso, surgem novas necessidades de formação profissional de alta qualificação dos profissionais que desempenham cargos de supervisão e administração; são os mediadores entre capital e trabalho.

A esse respeito, Marx (1980) afirma:

É uma classe de trabalhadores de nível superior, uns possuindo formação científica, outros dominando um ofício; distinguem-se dos trabalhadores da fábrica, estando apenas agregados a eles. Sua divisão de trabalho é puramente técnica (p. 440).

Na relação entre educação no trabalho e sistema produtivo, há que se relevar outro aspecto importante: o papel da ciência na divisão do trabalho. A ciência é a força que domina o trabalho, pois aumenta a força produtiva do capital, conforme esclarece Kuenzer (1989):

Com essa divisão o operário fica restrito às tarefas de execução, sendo expropriado do saber sobre o trabalho e perdendo a característica que o fazia humano: a possibilidade de pensá-lo, planejá-lo, criá-lo. A ciência por sua vez, que já existe na consciência dos trabalhadores, passa a ser um privilégio das categorias a quem cabe planejar o trabalho, concretizando-se na maquinaria, que atua sobre o operário como uma força que lhe é estranha (p. 47).

Assim, a produção e organização do trabalho passam a emanar da ciência, diretamente. O capitalismo consegue cindir teoria e prática, aportando dois tipos de ensino: a pedagogia para ensinar a teoria e a pedagogia para ensinar o conteúdo do trabalho ao trabalhador, com o propósito de separá-la da educação. Essas pedagogias revestem-se da finalidade a que se destinam e a pedagogia do trabalho assume o caráter prático, parte de uma tarefa fragmentada.

A pedagogia da teoria refere-se à apreensão sistematizada do conteúdo científico, que permite aos profissionais de níveis mais altos dominarem o trabalhador pela compreensão da prática, do planejamento e pelo controle de sua ação.

Kuenzer (1989) alerta que

a existência destas duas pedagogias só será superada no momento em que o desenvolvimento das forças produtivas permitirem a superação da divisão do trabalho, da teoria e da prática, em outro modo de produzir. Quando isto acontecer, ou seja, quando toda forma de trabalho não se constituir em mais que ação do homem sobre a natureza para produzir-se a si mesmo e à história, toda pedagogia será pedagogia do trabalho e, conseqüentemente, fator de desenvolvimento e de humanização (p. 48).

No trabalho intelectual ou não material, a educação apresenta-se como produto que não se separa do ato de produção. Compreender a relação indissociável entre trabalho e educação permite entender o trabalho como princípio educativo, que, de forma alguma, se confunde com o *aprender fazendo* ou com a formação para o exercício do trabalho (MARX, 1983).

O pensamento gramsciano revela que integrar o trabalho manual e o trabalho intelectual propicia uma integração maior à vida social. Nesse sentido, não se separa a escola da vida e da realidade. A ideia é conceber uma escola ativa e transformadora da realidade. Afirma Gramsci (2004):

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (p. 53).

O trabalho como princípio educativo está vinculado à forma de ser do homem. Assim, o homem parte da natureza e dela depende para reproduzir-se. Pelo trabalho, a natureza transforma-se em meios de vida, ou seja, a socialização do princípio do trabalho mantém e reproduz a vida. Por isso, ao mesmo tempo que propicia a negatividade das relações de classe, o trabalho é educativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005<sub>a</sub>).

O trabalho, nesse sentido, concebe a compreensão do processo histórico, como conhecimentos desenvolvidos não só para a transformação das condições naturais da vida, mas também para considerar que essa atividade é relevante para o conhecimento, para a cultura e para a conscientização.

Dessa forma, o trabalho pode ser considerado princípio educativo, quando os modos de produção correspondem a distintos modos de educar, ou seja, expressam a forma dominante de educação ou quando determinam a educação como modalidade de trabalho pedagógico.

Para Gramsci (2004), a ideia de escola transformadora reporta-se ao advento da escola unitária. Segundo o autor,

o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (p. 40).

Zorzal (2006) aponta que, ao se referir às esferas da educação e do trabalho, faz-se necessário considerar que elas acabaram assumindo o que se entende como uma dupla condição e função: a educação é concebida como o lugar por excelência de preparação de homens e mulheres trabalhadores, mas, em nome desse suposto melhor preparo, instaurou-se e se difundiu como nunca o preceito da *competência* como princípio educativo de todo e qualquer processo de ensino escolar. Por outro lado, ao reduzir os propósitos ao pragmático *saber-fazer* ou *aprender a aprender*, também são “imputadas as responsabilidades por sua falta de êxito, à medida que não formar *cidadãos trabalhadores competentes* reflete a própria ineficiência e/ou incompetência do processo de ensino” (p. 4)”.

O filósofo Cury (2002, p. 2) expõe que o “direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas”. Assim, os direitos sociais visam garantir aos indivíduos condições materiais para gozarem plenamente todos o que lhes cabe como cidadãos. Para tanto, compete ao Estado intervir na ordem social, a fim de diminuir as desigualdades econômicas, políticas e culturais e estabelecer a justiça distributiva.

Nesses termos, quase todos os países garantem, na legislação, o acesso de seus cidadãos à educação básica, pois a educação escolar é considerada uma dimensão fundante da cidadania e indispensável para políticas públicas que visam a participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para inserção no mundo profissional. Em decorrência, a educação passa a ser vista como um mecanismo de acesso aos bens sociais e à luta política e, conseqüentemente, um caminho também de emancipação do indivíduo. Portanto, a educação ocupa um espaço privilegiado e tem poder de influenciar a sociedade de diferentes modos, até mesmo mediante políticas públicas garantidas pelo Estado.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi resultado da ação de movimentos sociais, que demonstraram interesses em defesa dos direitos humanos e na busca de novos rumos após o final da ditadura militar. O documento estabelece que a educação *é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade* (BRASIL, 1988).

Vale destacar a concepção de educação expressa nos artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O direito ao trabalho, de acordo com Cury (2002), é parte dos chamados direitos econômicos e sociais que têm como base a igualdade. Prevê que todas as pessoas devem ter, por meio de um trabalho livremente escolhido, condições de sobrevivência digna e cidadã.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, ao tratar Dos Direitos e Garantias Fundamentais, reconhece no artigo 6º o seguinte:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

No entanto, apesar de serem constitucionalmente garantido não quer dizer que, na execução, tanto o direito à educação como o direito ao trabalho não sejam muitas vezes violados, e não são raros, na sociedade brasileira, cindida em classes e, portanto, profundamente desigual, os casos de analfabetismo, desemprego, salários injustos ou condições sociais indignas.

Frigotto e Ciavatta (2006) esclarecem que há uma cautelosa elaboração superestrutural e ideológica na forma de representar e falsear a visão de que a desigualdade entre nações e indivíduos se deve ao diferencial de escolaridade da classe trabalhadora. Assim, a educação apresenta-se forçosamente ligada à produtividade, e o direito à educação passa a ser exigido como uma arma não violenta de reivindicação e de participação política.

O delineamento das esferas da educação e do trabalho como direitos sociais fundamentais na constituição da formação humana ressalta a importância do trabalho como princípio educativo e fundante das relações sociais.

Ramos (2005) assinala que, por meio da compreensão do trabalho em sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido, pode-se apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade. Essa é a diferença do trabalho como princípio educativo.

No Brasil, as alterações na legislação educacional profissionalizante revelam avanços, contradições e retrocessos, sobretudo no que se refere aos fins e princípios norteadores da educação e do trabalho com base em uma perspectiva emancipatória do homem. É necessário, portanto, apreender os nexos entre essas duas esferas sociais. Há que se refletir sobre a integração entre educação profissional e educação básica, objetivando uma proposta de educação centrada no sujeito, bem como sua relação com o mundo do trabalho.

## **1.2 A educação do trabalhador na educação de jovens e adultos e na educação profissional: políticas e tendências nos séculos XX e XXI**

De certa forma, é consensual no campo da história da educação brasileira considerar que, até o início da década de 1930, as reformas educacionais concretizadas pelo governo central eram direcionadas, quase exclusivamente, ao Distrito Federal e serviam de modelo aos demais estados, que não eram obrigados a adotá-las.

A Reforma Francisco Campos (1931) iniciou uma grande mudança no ensino brasileiro, que começou com a criação do Conselho Nacional de Educação. Regulamentou-se a organização do ensino superior pelo Decreto nº 19.851/31 e do ensino secundário e do ensino profissional comercial, pelo Decreto Federal nº 20.158/31. Era a primeira iniciativa para estruturar os cursos de profissionalização.

Sá (1979) integra-se à discussão ao afirmar que a ênfase dada ao ensino de nível secundário nessa reforma pode ser explicada pelas pressões que as classes médias urbanas faziam sobre o Estado, uma vez que vislumbravam na educação um canal, ou seja, um veículo de ascensão social.

Na década de 1940, o advento da industrialização e a concentração populacional em centros urbanos exigiam esforços do governo federal com o objetivo de ampliar a educação elementar aos adultos.

As exigências da correlação de forças sociais na sociedade brasileira do período, como destaca Machado (1997), expressas na atuação da burguesia industrial e dos políticos, visavam, com a escolarização popular, atender a interesses próprios. Buscava-se alfabetizar as camadas subalternas, sobretudo o

operariado, a fim obter mão de obra qualificada, e desestabilizar, por meio de eleições diretas e secretas, o poder absoluto dos donos do café.

Em 1942, a Reforma Capanema efetuada por meio das *Leis Orgânicas do Ensino* regulamentou o ensino primário, o normal e o secundário, instituindo o primeiro ciclo com quatro anos de duração, denominado ginásial, e o segundo ciclo de três anos, que podia ser o curso clássico ou o científico. A regulamentação foi estendida aos ensinos comercial, agrícola e industrial, que constituem um sistema paralelo, em convênio com as indústrias, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, propiciou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942 e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946. Com essas reformas, o ensino profissional consolidou-se no Brasil, mesmo que preconceituosamente, pois era considerado educação de segunda categoria.

A pedagogia do Sistema S foi incorporada pelos governos militares como política no campo da educação. Conforme afirma Frigotto (2010)

a profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional foram consideradas dentro de uma perspectiva para adestrar e ensinar o que serve ao mercado. A pedagogia do Sistema "S", em especial do SENAI, como pedagogia do capital (p. 30).

Kuenzer (1999) informa que os filhos dos trabalhadores, além do curso primário, poderiam realizar o curso rural e o curso profissionalizante comercial ou industrial. Em relação ao nível ginásial, poderiam realizar cursos profissionalizantes: o normal, o técnico comercial e o técnico agrícola, mas essas modalidades educativas não propiciavam o ingresso ao curso superior. Às elites, era destinado o ensino primário, em seguida, o ensino secundário propedêutico, voltado para o acesso ao ensino superior.

Reforçou-se então, com essas reformas, a dualidade do sistema escolar brasileiro: o objetivo do ensino secundário e normal era formar as elites dominantes e condutoras do país e o do ensino profissional, o de proporcionar formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados.

Alguns programas de iniciativa privada, como a Cruzada Nacional de Educação e a Bandeira Paulista de Alfabetização, destacaram-se na década de 1940. O então Ministério da Educação e Saúde criou, em 1947, o Serviço de

Educação de Adultos (SEA). Nessa época, o referido ministério também foi responsável pela primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (Ceea), consequência direta da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (Fnep).

No início da década de 1960, houve movimentos em prol do voto do analfabeto, o que resultou em uma nova fase da EJA no Brasil. Foram eles: Movimento de Cultura Popular (MCP), Centro Popular de Cultura (CPC), Movimento de Educação de Base (MEB), Sistema Paulo Freire, ligado ao MCP de Pernambuco e Fundação da Campanha de Educação Popular (Ceplar).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, um dos documentos que compuseram a chamada Reforma Capanema, permaneceu em vigor até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Na referida lei, no capítulo I, ficava instituído que o ensino médio deveria ser ministrado em dois ciclos: o ginasial e o colegial, que abrangia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Os cursos secundários admitiam variedade de currículos, segundo as matérias optativas que fossem preferidas pelo estabelecimento. O Ensino Técnico Profissionalizante de grau médio compreendia os cursos industrial, agrícola ou comercial, também, ministrados em dois ciclos. As empresas industriais e comerciais ficavam obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores, seus empregados, de acordo com as normas estabelecidas pelos sistemas de ensino (BRASIL, 1961).

Em 1963, os educadores exigiram uma nova posição do MEC diante da questão do analfabetismo no país. Tratava-se da implementação de políticas voltadas para a conquista de direitos negados à população brasileira analfabeta.

De acordo com Rodrigues (2000) o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), criado pelo Decreto nº 53.465, em 21 de janeiro de 1964, durante o governo de João Goulart, previa a disseminação de programas de alfabetização orientados pela proposta metodológica de Paulo Freire.

A primeira experiência de aplicação do *método de alfabetização de adultos* elaborado por Paulo Freire foi realizada em janeiro de 1962, em Angicos, no Rio Grande do Norte. Nessa época, o presidente João Goulart, objetivando a sustentação política, forneceu condições para o desenvolvimento do método, pois

era necessário alfabetizar rapidamente, para que milhões de analfabetos pudessem votar (ROMÃO, 2002).

Paulo Freire, porém, demonstrava maiores aspirações para os analfabetos e ponderava que

preparar para a democracia não pode significar somente converter o analfabeto em eleitor, condicionando-o às alternativas de um esquema de poder já existente. Uma educação deve preparar ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas para a elite, e dar possibilidades de escolher o próprio caminho (FREIRE, 1980, p. 20).

Assim, é notório que Freire considerava que a prática educativa consistia em um ato político, em virtude da curiosidade do ser humano que o leva à busca de conhecimento. Esse conhecimento, segundo Pelandré (2002), tem como base uma opção de sonho e de utopia, que são políticos. Portanto, a educação não é neutra, é uma prática política.

Dessa forma, Freire (1980) ensina que a transformação social depende tanto de compromissos que se buscam por meio de conhecimento, quanto de estratégias utilizadas para obtê-lo.

Nesse sentido, a pedagogia é vista conforme uma visão de mundo e uma filosofia de vida. Romão (2002) expõe que esse tipo de pedagogia desencadeia a complexa libertação humana, baseada em um referencial diretivo, que promove a liberdade humana a partir do ato pedagógico.

Por isso, o ato pedagógico deve respeitar as circunstâncias do alfabetizando, como afirmou o próprio Freire, em entrevista à professora Pelandré (2002):

A alfabetização deve partir do universo vocabular do alfabetizando. O alfabetizando deve partir, para o aprendizado da escrita e da leitura, do discurso de sua cotidianidade que resulta da *leitura do mundo que precede a leitura da palavra*. Então veja, só depois da presença imensa do ser humano no mundo é que a palavra foi prolada. Antes de ler a palavra escrita, o ser humano aprendeu a ler o mundo, quer dizer, a leitura do mundo é uma leitura é uma leitura que precedeu, precede e vai preceder a leitura da escrita. Então, ensinar a escrever não pode ser feito em dicotomia com a leitura de quem aprende a ler. Esse era um ponto *definitivamente* exigido por mim. (p. 59).

Paulo Freire apresentou um *método de alfabetização*, em que educador e educando são sujeitos ativos do processo ensino aprendizagem, articulado ao ato político de leitura do mundo, da *palavramundo*.

Freire (1979) reafirma esse pensamento e propõe a análise das categorias do diálogo e da ação coletiva ao afirmar que “já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (p. 79).

Freire (1996) assegura que com base na convivência em sociedade, os conhecimentos científicos, práticos, teóricos e os saberes da tradição se consolidam nas relações cotidianas, a fim de complementar o conhecimento do outro. Todo esse agregado advém da diversidade cultural, socioeconômica e política de cada indivíduo, e juntos, eles transformam a si mesmos e o mundo em que vivem, pois o ato de ensinar e de aprender é ilimitado: quanto mais se vive, mais experiências podem ser adquiridas e ensinadas.

A dimensão da leitura e da escrita para Freire vai além do domínio da codificação e da decodificação de palavras e frases. Ler e escrever abrem possibilidades para o sujeito fazer uso desse processo para agir sobre o mundo de forma consciente e como produtor de cultura.

Romão (2002), reportando-se ao *método de alfabetização* proposto por Freire, explicita que

para a perspectiva freireana, não é possível alfabetizar ou pós-alfabetizar sem a interpretação crítica da realidade, embora seja possível, sem a alfabetização e a pós-alfabetização, fazer a interpretação crítica da realidade. Ou ainda: a educação política, a conscientização é possível sem o letramento; mas, o verdadeiro letramento não é possível sem a educação política, sem a conscientização. É a “leitura” e a “escrita” críticas das determinações naturais e histórico-sociais que dão significação e densidade à leitura e à escrita de palavras. “Será a sua prática de ‘ler’ e ‘escrever’ a sua realidade que poderá levá-la a querer ler e escrever também palavras, habilidade que passa a ter para a população uma significação real” (p. 133).

Quanto ao currículo, Romão (2002, p. 137) afirma que, na pedagogia freireana, “não é dado previamente, mas formulado e construído coletivamente, no próprio processo educacional”.

Pelandré (2002) ressalta que no que se refere à habilidade de raciocínio numérico, Freire tinha consciência das limitações dos educandos e que até havia planejado outro momento. No entanto, esse momento não aconteceu em virtude da interrupção brusca do projeto, em 1964, pois para o governo militar, o *método de alfabetização freireano* passou a representar forte ameaça aos interesses das elites ao propor o desenvolvimento da consciência crítica das classes populares.

Manfredi (2002) ressalta que, nessa época, houve grande expansão das entidades do Sistema S, pois, nessas instituições, a educação do trabalhador buscava atender às necessidades dos setores empresariais. A expansão ocorreu em virtude de os governos militares optarem pelo desenvolvimento centrado em grandes projetos nacionais: a construção e expansão de polos petroquímicos, a construção de hidrelétricas, de polos agropecuários e agrominerais. Essas ações levaram à revitalização do Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (Pipmo), criado no governo de João Goulart, em 1963, para treinamento acelerado, com o objetivo de suprir de força de trabalho em diversos setores da economia.

A respeito do impacto do golpe militar na sociedade brasileira, Canezin (2009, p. 49) sustenta que

o golpe de 1964 interrompeu a experiência democrática que a sociedade brasileira vinha experimentando desde 1945 e ampliou espaços para a modernização conservadora que consolidou o capitalismo no Brasil. No início dos anos 1960, o modelo de substituição da importação e o pacto democrático populista vivenciaram uma profunda crise, cuja solução foi encaminhada pelas elites através da mediação do processo de reorganização da economia sob a hegemonia do capital monopolista.

Nesse período, de acordo com Romanelli (1978), houve uma crise no sistema educacional, pois o governo militar, caracterizado pela contenção e pela repressão, buscava adequar a organização educacional à política e às determinações econômicas, estabelecendo o controle e a disciplina sobre a comunidade estudantil e o operariado, considerados possíveis sujeitos opositores ao regime. Eles tiveram suas lutas cerceadas, em razão da imposição, pela força, de projetos que visavam adestrar e ensinar o que serviria ao mercado. Dessa forma, ficava garantida a ampliação de capital dos grupos hegemônicos que manifestavam apoio civil ao governo.

Nesse contexto, firmou-se a assinatura dos convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International Development* (AID), os chamados *Acordos MEC-Usaid*, para justificar a assistência técnica e cooperação financeira para a organização do sistema educacional brasileiro.

Na época da ditadura militar, as ideias que propunham a construção de uma nova proposta de sociedade, Estado e Educação, foram reprimidas violentamente. Nesse período, o MEB conseguiu resistir, apesar de inúmeras restrições, pois

precisou redefinir seus princípios e propostas para que pudesse desenvolver suas ações, e alguns grupos, geralmente acobertados pela ala da igreja progressista, que conseguiram resistir e sobreviver às perseguições, desenvolvendo – de forma camuflada – experiências de alfabetização anunciadas como fundamentadas na concepção e metodologia proposta por Freire (MOURA, 2004, p. 31).

O tema da Educação de Adultos foi retomado em 1966, com a Cruzada ABC que consistia em movimento protestante de educação de jovens e adultos, com forte influência norte-americana. Os objetivos expressos desse movimento, bem como seu apoio pelo governo, são explicitados por Scocuglia (2003):

A Cruzada ABC pretendia contestar política e pedagogicamente os programas anteriores de alfabetização de adultos, particularmente o "Sistema Paulo Freire", adotado oficialmente pelo governo deposto. O apoio e a convergência de propósitos que os movimentos de alfabetização de adultos "progressistas" haviam encontrado no governo Goulart, a Cruzada ABC iria encontrar nos governos militares, na segunda metade dos anos sessenta (p. 83).

Como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos, iniciadas com Lourenço Filho, foi criado, pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como objetivo ensinar os alunos a ler e a escrever, sem a preocupação de formação do homem e da análise da real situação social. Em quinze anos de existência, o Mobral expandiu-se por todo o Brasil. Cabe ressaltar que o Mobral, como campanha massiva de alfabetização, tinha a orientação e a supervisão pedagógica, bem como a produção de materiais didáticos, esvaziados de sentido crítico e problematizador.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 ampliou a obrigatoriedade escolar para oito anos (faixa etária dos sete aos quatorze anos). Criou-se uma escola única de primeiro e segundo graus, com o intuito de extinguir o dualismo entre escola secundária e escola técnica profissionalizante. O segundo grau passou a ter três anos (auxiliar técnico) ou quatro (técnico) de duração e visava a qualificação profissional (BRASIL, 1971). A referida lei, sancionada em plena ditadura militar, propôs a qualificação para o trabalho como componente básico para o ensino de segundo grau, transformou o modelo humanístico/científico do ensino secundário em científico/tecnológico, ao generalizar o ensino profissional no segundo grau, sem se preocupar em estabelecer uma carga horária que pudesse, realmente, possibilitar uma formação geral associada à qualificação profissional.

O imediatismo de uma formação instrumentalizadora baseada em uma ideologia conservadora resultou em um modelo de elaboração do currículo que indicava uma relação linear entre escola e mercado de trabalho, entre educação e emprego.

Além disso, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante não interessou às classes sociais médias e burguesia, que visavam um ensino propedêutico para seus filhos ingressassem na universidade. Então, essa obrigatoriedade ficou destinada às camadas populares, pois o ensino profissional era visto apenas com o objetivo de formar técnicos de nível médio para os setores produtivos.

A profissionalização compulsória não vingou e a Lei nº 5.692/71 sofreu várias modificações, em curto período, até a aprovação da Lei Federal nº 7.044/82 que tornou facultativa a profissionalização no ensino do segundo grau e restringiu a formação profissional às instituições especializadas. Ocorreu o fracasso da tentativa de profissionalização compulsória no segundo grau, pois as escolas e os profissionais que nelas atuavam não tinham condições objetivas para tal tarefa.

A Educação de Jovens e Adultos, nas décadas de 1970 e 1980, ainda estava relacionada à modalidade supletiva, oficializada pela Lei nº 5.692/71, que aplicava a tríade: tempo (rapidez), custo e efetividade, conforme a visão tecnicista. Nesse período, foi executado pelo governo federal o Projeto Minerva, fundamentado pelo Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 392, de 15 de março de 1973. Tratava-se de um programa de rádio que tinha por finalidade educar pessoas adultas. Todas as emissoras do país eram obrigadas a transmitir sua programação. O nome do projeto é uma homenagem à deusa grega da sabedoria.

Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), cuja a prática pedagógica assentava-se em módulos instrucionais, atendimento individualizado mediante consultas marcadas e com frequência não obrigatória.

No período de 1973 a 1983, o Departamento de Ensino Supletivo contou com programas que buscavam atender à demanda crescente de adolescentes e adultos sem escolarização. Fundamentados na Lei nº 5.692/71, foram oferecidos Exames Supletivos Profissionalizantes aos maiores de 21 anos de idade, que comprovassem exercer ou terem exercido, em empresas ou instituições, funções relacionadas com a modalidade pretendida pelo candidato que já deveria possuir certificado de ensino médio. Artigos do capítulo IV, dessa lei, estabeleciam:

Art. 26. Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizadas para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§ 1º Os exames a que se refere êste artigo deverão realizar-se:

- a) ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;
- b) ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos.

Art. 27. Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a êsse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Mencionava-se claramente o tipo de formação destinada aos sujeitos jovens e adultos: atender às necessidades mercadológicas.

Passados 17 anos, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988). Um grande avanço dessa nova Carta Magna foi a introdução do conceito de Educação Básica que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

No que se refere à erradicação do analfabetismo, no artigo 60, que trata do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, a Constituição prevê:

Art. 60. (\*) Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinqüenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

*Parágrafo único.* Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional.

(\*) Emenda Constitucional nº 14, de 1996 (BRASIL, 1988).

A Fundação Educar, órgão responsável por desenvolver essa tarefa, juntamente com MEC, convidou intelectuais que atuavam com EJA para comporem a Comissão Nacional para o Ano Internacional de Alfabetização (Cnaia) com o objetivo de discutir a preparação do Ano Internacional de Alfabetização, previsto para 1990, pela *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* – Unesco (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas). Cabe ressaltar que Paulo Freire integrava a lista de intelectuais convidados.

Entretanto, em 1990, o Presidente Fernando Collor de Melo extinguiu a Fundação Educar e a Comissão e lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (Pnac), com a missão de reduzir em 70% o índice de analfabetismo, em cinco anos.

O *impeachment* de Collor levou o vice-presidente, Itamar Franco, a assumir a presidência. Ele procurou agilizar a elaboração do Plano Decenal para Todos – 1993/2003, com o intuito de cumprir as muitas propostas estabelecidas pelos organismos e conferências internacionais. Nesse contexto, manifestou-se a possibilidade de fortalecimento da EJA e de elaborar um programa sistemático de ensino fundamental para jovens e adultos. Com o Plano Decenal surgiram as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em 1994.

Em outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar Franco, foi eleito Presidente da República, pela primeira vez, já no primeiro turno, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e partidos aliados. Sua política de estabilidade e de continuidade do Plano Real levou-o à reeleição em 1998.

No âmbito da educação, o governo federal instituiu o Programa Avança Brasil – mais quatro anos de desenvolvimento para todos, com a meta de ampliar a oferta de vagas para todos os níveis e modalidades de ensino, elevar o número de concluintes do ensino fundamental e ampliá-lo para nove séries, além de definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No ensino fundamental, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, mudou a estrutura de financiamento dessa etapa da Educação Básica.

Fernando Henrique Cardoso não deu continuidade aos projetos que não interessavam ao próprio governo. Exemplo disso é a Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 12 de setembro de 1996, que suprimia a obrigatoriedade do ensino fundamental aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, mantendo apenas sua oferta gratuita, conforme expresso no art. 2º, inciso I. Cardoso também vetou a possibilidade de a EJA participar dos recursos proporcionados pelo Fundef. Com essa alteração, o Estado dispensou-se de aplicar verbas na EJA, no tocante ao ensino fundamental. Entretanto, a alfabetização é exigida como condição mínima para o trabalho e para o dia a dia, e a EJA, que não tivera a atenção merecida,

passou a ser vista como fundamental. Nesse sentido, Rodrigues (2000, p. 25) afirma que

esse reconhecimento pressupõe ampliar o acesso ao ensino básico, além de requalificar e propiciar formação continuada, como forma de enfrentar o novo perfil assumido pelo emprego e desemprego de pessoas jovens e adultas, trazendo um novo quadro para a EJA.

Entretanto, embora a Lei nº 9.394/96 conceba a necessidade de escolaridade para jovens e adultos, conforme essa lei, a EJA restringe-se a cursos e exames supletivos, e até ocorreu a diminuição da idade dos jovens para a prestação dos exames, incentivando-os a abandonar as classes regulares de ensino.

Quanto à Educação Profissional, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, parte dos instrumentos que complementaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O decreto lista especificamente a educação profissional, objetivando, no artigo 1º, “promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas” (BRASIL, 1997).

O referido decreto procura responder à qualificação exigida pelas transformações no mundo do trabalho, que promove a reforma no ensino profissional, centrada na pedagogia de competências, visando apenas a empregabilidade e assumindo o ideário neoliberal que permeia o mercado de trabalho.

Trata-se da criação de um mecanismo institucional permanente que intenciona fomentar a articulação entre escolas, trabalhadores e empresários, ou seja, entre os setores educacionais e produtivos, no intuito de definir, estabelecer e rever as *competências* necessárias às diferentes áreas profissionais. Esse documento também objetiva separar a formação profissional da formação geral, inviabilizando a manutenção dos cursos integrados.

Concernente a esse pensamento Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25) afirmam que

o Decreto nº 2.208/1997 e outros instrumentos legais (como a Portaria nº 646/1997) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.

Ainda de acordo com os objetivos estabelecidos no Decreto nº 2.208/97, a educação profissional compreenderia os seguintes níveis: *básico*, destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; *técnico*: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; *tecnológico*: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. No caminho da flexibilidade, apresenta-se outro diferencial, a organização curricular por módulos, que implica a possibilidade de saídas intermediárias. Em seu artigo 5º, o Decreto nº 2.208/97 estabelece que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

Dessa forma, uma das consequências desse decreto provoca a desestruturação dos cursos técnicos de nível médio que ofereciam até então, concomitantemente – a educação geral e a formação profissional.

Em 28 de dezembro 1998, a Assembleia Legislativa de Goiás promulgou a Lei Complementar nº 26, que estabelecia Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.

No que tange à EJA, Machado (2001, p. 97) discorre sobre a importância de uma lei específica para Goiás:

A aprovação da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, para quem atua na Educação de Jovens e Adultos (EJA), seja no ensino regular noturno, no ensino supletivo ou em classes populares de alfabetização de adultos, foi um passo importante, nem tanto pela forçada lei em si, mas pelo que ela poderá representar enquanto espaço de articulação de lutas futuras.

A autora ressalta a importância do Grupo de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos que atuou no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, na tentativa de garantir, legalmente, possibilidades reais de ampliação dos direitos de acesso e permanência aos alunos e professores da EJA.

De acordo com Machado (2001) o desafio era ampliar a concepção da EJA visibilizada na Lei nº 9.394/96, e suscitar discussões sobre os já tão questionados cursos e exames supletivos. A autora informa que desse processo, resultaram os seguintes referenciais básicos:

a) Tendo como princípio e fim da educação nacional o pleno desenvolvimento do educando, seu exercício para a cidadania e sua

qualificação para o trabalho, há de se admitir que isto não se alcança apenas através de exames supletivos, portanto, esta não deve ser a modalidade prioritária de atendimento a jovens e adultos.

b) Posto que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, a EJA, conforme previsto no parágrafo 1º do art.37, da Lei nº 9.394/96, e não pode ser objeto, apenas, de especulação financeira dos grupos ligados à iniciativa privada.

c) É dever do Estado a garantia do ensino noturno e a oferta de EJA na modalidade regular, com características adequadas, inclusive dando o direito de redução da carga horária de trabalho efetivo em sala de aula no noturno.

d) A Lei nº 9.394/96 não exclui a responsabilidade do Estado com EJA, ao contrário sugere colaboração na oferta do ensino fundamental, e EJA é também ensino fundamental. Ao município é repassada a responsabilidade de atuar prioritariamente com ensino fundamental, portanto com EJA também.

e) Não é aceitável substituir uma proposta de EJA presencial por propostas totalmente a distância, já que estas são complementares (p. 98).

Com base nessas reflexões foi proposta a ampliação da concepção de oferta e atendimento da EJA na legislação estadual de Goiás.

No que se refere à Educação Profissional, a LDBEN nº 9.394/96 no cap. III, arts. 39 a 42, introduziu a expressão *educação profissional* em substituição à expressão tradicional na educação brasileira e de outros países de línguas neolatinas: formação profissional.

A referida lei ainda dispõe, no artigo 39, o seguinte:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996).

A LDBEN nº 9.394/96 dedica um capítulo à Educação Profissional (EP), no título que trata dos níveis e das modalidades da educação e de ensino.

Na LDB do estado de Goiás – Lei Complementar nº 26/98 a Educação Profissional compõe o capítulo III, em seis artigos, do 58 ao 63. Os principais assuntos tratados são: os objetivos da EP, as instituições e os condicionantes para sua oferta, a avaliação dos conhecimentos, a formação dos professores, os currículos plenos dos cursos e o financiamento.

No tocante aos objetivos da EP, o documento de Goiás (*apud* OLIVEIRA, 2001, p. 88) expressa:

Art. 58 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, tem por objetivos:

I – Conduzir o educando ao desenvolvimento para o mundo do trabalho e a integração sociocultural;

II – Capacitar jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas, possibilitando-lhes formação histórica, sociológica, filosófica e artística;

III – Proporcionar a formação de profissionais com escolaridade correspondente à de nível médio;

IV – Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, visando à sua inserção e ao melhor desempenho no exercício do trabalho;

V – Atender às necessidades identificadas no mercado de trabalho, tendo em vista os interesses da sociedade e da produção, especialmente os dos alunos trabalhadores, e em cursos noturnos.

Percebeu-se inovações significativas em relação à LDBEN nº 9.394/96, quanto à definição de objetivos para a EP, com base em uma análise crítica do Decreto nº 2.208/97, quanto à capacitação e formação mais ampla e sólida do educando trabalhador (OLIVEIRA, 2001).

Na Lei nº 9.394/96, a profissionalização é considerada um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica. Além disso, a referida lei utiliza mecanismos para colaborar com as novas formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, exigindo um novo perfil para a formação do trabalhador, o que afeta o modelo pedagógico escolar estabelecido.

Acerca do novo perfil, Queiroz (2001) considera que

a necessidade imperiosa de flexibilidade transcende a produção material e seus processos, refletindo-se na subjetividade do trabalhador – impõe-se que ele próprio seja flexível, que saiba lidar com uma variedade de funções, integrar-se a diferentes formas de interação e mobilização de trabalhos. Atributos como visão de conjunto, aglutinação, negociação, raciocínio lógico, atenção, criatividade, imaginação, auto-estima, espírito de colaboração, dentre outros, são indispensáveis para compor o perfil requerido dos que devem se submeter às mudanças implementadas pela tecnologia no campo do trabalho (QUEIROZ, 2001, p. 223-224).

Frigotto e Ciavatta (2006) ressaltam ainda que a nova exigência de qualificação dos trabalhadores leva o ideário pedagógico a afirmar as noções de polivalência, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo (um trabalhador que maximiza a produtividade), tornando-o um cidadão mínimo. Torna-se clara a intenção de esvaziar o entendimento de que o acesso à educação escolar é direito constituinte da cidadania e escamotear sua mediação como a aquisição de um bem a ser trocado no mercado.

Kuenzer (2003, p. 1) integra-se à reflexão sobre competências e afirma:

Determinado por uma modalidade peculiar de divisão social e técnica do trabalho, fundamentada na parcelarização, a competência assume o significado de um saber fazer de natureza psicofísica, antes derivado da experiência do que de atividades intelectuais que articulem conhecimento científico e formas de fazer. Neste sentido, o conceito de competência se aproxima do conceito de saber tácito, síntese de conhecimentos esparsos e práticas laborais vividas ao longo de trajetórias que se diferenciam a partir das diferentes oportunidades e subjetividades dos trabalhadores. Estes saberes não se ensinam e não são passíveis de explicação, da mesma forma que não se sistematizam e não identificam suas possíveis relações com o conhecimento teórico.

A questão da aquisição de competências e habilidades tornou-se um objetivo principal, que passa gradativamente a pertencer ao discurso e às práticas escolares. Assim, alicerçadas nesse modelo educacional, as empresas empreendem esforços com o objetivo de qualificar sua força de trabalho, exigindo do Estado que equipe o seu sistema educacional para elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, a fim de atender à *lógica do mercado*, instalada na educação profissional, que se opõe à *lógica da cidadania*, em que se inserem o debate sobre politecnia<sup>5</sup> e a crítica ao dualismo educação básica e formação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006).

Essa forma de educação politécnica pode trazer à tona a reivindicação de um tipo de formação mais humanizada e defender a articulação entre a formação geral e a formação profissional.

### **1.3 A integração curricular na formação após a implantação do Proeja**

A desvalorização do real, as crises internacionais e o pequeno crescimento econômico da sociedade brasileira, decorrente o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocasionaram o fortalecimento da oposição eleitoral do Partido do Trabalhadores e partidos aliados dirigidos por Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2002 foi eleito presidente do Brasil pela primeira vez e, em 2006, reeleito.

Dentre as ações desse governo, no que se refere à Educação Profissional, passados sete anos da assinatura do Decreto nº 2.208/97, foi publicado o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que estabelece:

Art. 2º – A educação profissional observará as seguintes premissas:

---

<sup>5</sup> Educação politécnica é aquela que se opõe ao treinamento polivalente, ao domínio de algumas funções determinadas e ao conhecimento de algumas funções conexas (Frigotto; Ciavatta, 2006).

I – organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;

II – articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 4º parágrafo 1º – A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio poderá se dar de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) informam que,

enquanto o MEC se ocupava especialmente da educação profissional técnica, sem uma política consistente que atentasse para as demandas sociais dos trabalhadores jovens e adultos que realizam cursos supletivos de nível fundamental, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu seu plano de formação sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários formativos. Setores expressivos da sociedade afirmavam, então, a necessidade de se implementar uma política pública de formação profissional, integrada ao sistema público de emprego e à educação básica (p. 7).

Essas preocupações orientaram novos caminhos para a educação profissional. Considerando os discursos a favor da integração, o governo federal instituiu no âmbito da educação profissional programas focais, como Escola de Fábrica (2004); Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja (2005) e de Inclusão de Jovens – Projovem (2005).

Percebeu-se, a partir de então, a retomada da preocupação com a integração da educação profissional e o ensino médio e com o desenvolvimento da educação profissional por meio de cursos e programas que envolvem a formação inicial e continuada de trabalhadores, propiciando a aquisição de conhecimentos gerais e os especificamente do trabalho. Considera-se, que dessa forma, ambos não ocorrem

de forma isolada, mas se integram, sem barreiras, entre formação geral, formação e exercício profissional e a convivência em sociedade.

Como decorrência do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004) a Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005 (BRASIL, 2005) atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com a seguinte redação:

A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas:

I – integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (BRASIL, 2005).

Quanto à proposta de integração da educação profissional à educação geral do Proeja, Ramos (2005) apresenta a seguinte interpretação: se integrar é tornar inteiro, a ideia seria então tratar a educação como uma totalidade social. Pretende-se que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional, seja na formação inicial, seja no ensino técnico, tecnológico ou superior.

O Decreto nº 5.478/05 (BRASIL, 2005) propõe a articulação entre a Educação Profissional Técnica e Ensino Médio, mediante a implantação do Proeja, estabelecendo em seu artigo 1º, parágrafos 1º e 2º:

Parágrafo 1º – O Proeja abrangerá os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio.

Parágrafo 2º – O Proeja, a partir de uma concepção de formação humana integral, admite a oferta de cursos nas formas integrada e concomitante, conforme regulamentado nos incisos I e II do parágrafo 1º do art. 4º do Decreto 5.154/04, implicando considerar:

I – As características dos sujeitos jovens e adultos atendidos;

II – Que a forma concomitante deverá ser realizada a partir de articulações interinstitucionais e da construção prévia de um projeto pedagógico integrado único (BRASIL, 2005).

Com base nesse decreto, retomou-se, além das ofertas já existentes, a integração do Ensino Médio e da Educação Profissional conforme já previsto na LDBEN/96, em seus artigos 36 e 40:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996).

De acordo com o seu Documento Base (2006), o Proeja compreende a construção possível de uma sociedade mais igualitária e se fundamenta nos eixos norteadores das políticas de educação profissional. Este programa objetiva a expansão da oferta pública de educação profissional, estabelece novas estratégias de financiamento público e propõe a oferta de educação profissional com a concepção de formação integral do cidadão e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social e visa a constituir-se em elemento construtor de uma nova orientação para a educação profissional.

Ainda, o programa objetiva estender ao ensino médio o processo de trabalho real que possibilite a prática dos princípios científicos da produção moderna. Trata-se não apenas da polivalência, da atividade laboral no sentido estrito, mas propiciar condições de vida do trabalhador com seus vínculos políticos e culturais (BRASIL, 2006).

Portanto, o documento enfoca o trabalho como princípio educativo, incorpora a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, para formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. É a ideia de escola unitária de Gramsci (1981), segundo a qual a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais.

Assim, a formação da cultura geral não pode se distanciar da formação específica e profissional. Rodrigues (2005, p. 15) afirma que

a escola, cuja atuação é trabalho, que tem por função preparar as novas gerações para o trabalho. Preparar para o trabalho em Gramsci, não significa preparar para o mercado de trabalho, mas preparar o homem omnilateral, na sua totalidade, na sua capacidade transformadora, o que não significa se submeter ao mundo da produção.

Nesse sentido Ramos (2005) declara que a ideia de formação integrada sugere superar a perversa divisão de classes, buscando garantir ao trabalhador, não apenas a preparação para o trabalho; mas a formação completa que possibilite ler o mundo e para atuar como cidadã, ou seja, trata-se da formação omnilateral. A autora

ainda reitera que os termos formação integrada, formação politécnica e educação tecnológica visam atender as necessidades do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia como forças produtivas, e também geram, em virtude de sua força de apropriação privada, a exclusão, levando ao subemprego, desemprego e até à perda dos vínculos comunitários.

Moura (2006) considera que o Proeja pretende ser mais que programa, pois objetiva a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e, para isso, fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional: expansão da oferta pública de educação, estratégias de financiamento e oferta de educação profissional visando a formação integral do cidadão, combinando prática e fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, de trabalho, de ciência e de cultura.

Ainda de acordo com o Documento Base do Proeja (2006), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que já desenvolvia experiências de Educação Profissional com jovens e adultos, em atuação com outros profissionais, propõe a expansão do programa.

Dessa forma, visando atender a essa proposta, houve a ampliação do Programa para toda a Educação Básica com o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, cujo o art. 1º institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e estabeleceu que, considerando as características dos jovens e adultos atendidos, os cursos e programas do Proeja poderiam ser articulados

I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores,

II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

§ 3º O Proeja poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Os cursos e programas do Proeja deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais (BRASIL, 2006).

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), alterou dispositivos da LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de

jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Sob a égide da lei nº 11.741/2008, o parágrafo 3º, do artigo 37 estabelece que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 2008).

Desta forma, a ideia de integração entre formação geral e formação profissional, anteriormente instituída na forma de decretos assume a feição de uma política de governo e passa a compor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa legislação manifesta a intenção de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível fundamental e médio, da qual, geralmente, são excluídos. Refere-se ao direito de o cidadão adulto ser educado e, como ator social, compreender a importância que o saber tem na sociedade.

A seguir, será examinada a experiência da implantação e da implementação do Proeja na Rede Estadual de Ensino, na cidade de Goiânia.

#### **1.4 Aspectos legais da implantação do Proeja no âmbito nacional**

O programa em questão é originário do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, que propunha a articulação entre a Educação Profissional Técnica e Ensino Médio, denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Trata-se de uma decisão governamental para atender ao público da EJA, por meio da oferta da educação técnica de nível médio.

O MEC, objetivando dar materialidade ao Proeja, compôs um Grupo de Trabalho<sup>6</sup> (GT), visando a elaboração do documento básico para nortear o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Grupo de Trabalho foi composto por membros da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), do Departamento de Jovens e Adultos (Secad), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet/BA),

---

<sup>6</sup> As propostas discutidas e as decisões do GT estão registradas no Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 2005. (BRASIL, 2005).

Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet/ES), Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAF Rio do Sul/SC), Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAF Manaus/AM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (Cefet/RN) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ainda de acordo com o Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho (BRASIL, 2005, p. 4), os objetivos do programa consistiam em:

- Implantar uma Política Pública de Inclusão com formação profissional e elevação do nível de escolaridade.
- Implantar estratégia para assegurar EJA/nível médio como Política de Direito.
- Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no Brasil.
- Inaugurar, nos sistemas de ensino, a oferta de ensino técnico integrado ao médio, na modalidade de EJA.
- Estimular o ingresso e permanência de jovens e adultos no mundo do trabalho.

Como proposta metodológica, o grupo de trabalho dividiu-se em três subgrupos para listar os seguintes aspectos: “Grupo 1: Concepções, Princípios Gerais e Abrangência; Grupo 2: Projeto Político Pedagógico e Currículo; Grupo 3: Estrutura Operacional do Programa” (BRASIL, 2005, p. 4).

A estruturação do documento básico do Proeja teve como referência o Projovem Campo – Saberes da Terra. De acordo com o MEC, foi um programa implementado em 2005 e dois anos depois integrou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que tem por objetivo a qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Assim, o Documento Base do Proeja foi organizado em uma estrutura com os seguintes tópicos: a) Educação: a base do crescimento econômico sustentável; b) Política pública de educação profissional e tecnológica; c) Proeja; d) Antecedentes; e) Metodologia de produção do conhecimento; f) Relação Setec/Secad: a EJA, como modalidade, para atender à demanda de educação profissional e ensino médio para jovens e adultos; g) Oficinas pedagógicas: dinâmica e principais questões; h) Grupo de sistematização; i) Propostas; j) Apoio à rede federal para implementação do Proeja; l) Apoio aos sistemas estaduais para implantação do Proeja; m) Apoio às entidades do segmento comunitário para implantação do Proeja; n) Princípios e

concepções do Proeja; o) Abrangência; p) Organização curricular; q) Estrutura organizacional; r) O decreto que implanta o Proeja (BRASIL, 2005, p. 4).

Para a apresentação de resultados, foi estipulado o prazo de trinta dias, prorrogáveis por mais quinze dias. No documento apresentado pelo grupo de trabalho, estão expressos os princípios que fundamentaram o Proeja. Eles estão elencados no Documento Base Proeja (2006) na forma que se segue:

O primeiro princípio refere-se ao papel e compromisso das entidades públicas que integram os sistemas educacionais para a inclusão da população em suas ofertas educacionais:

Assim um princípio dessa política – a inclusão – precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares (BRASIL, 2006, p. 27).

O segundo princípio consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos:

Assume-se, assim, a perspectiva da educação como direito – assegurada pela atual Constituição no nível de ensino fundamental como dever do Estado. Além disso, alarga-se a projeção desse dever ao se apontar a educação básica iniciando-se na educação infantil e seguindo até a conclusão do ensino médio (BRASIL, 2006, p. 27).

O terceiro princípio trata da ampliação do direito à educação básica pela universalização do ensino médio, explanando que

a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais alongados, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo (BRASIL, 2006, p. 27).

O quarto princípio traz à luz a compreensão do trabalho como princípio educativo:

A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho – ação transformadora do mundo, de si, para si e para outrem (BRASIL, 2006, p. 28).

O quinto princípio compreende a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política. A pesquisa, nessa perspectiva é um “modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos” (BRASIL, 2006, p. 28).

O sexto princípio considera outras categorias como condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais, como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. São categorias

para além da de “trabalhadores” que devem ser consideradas pelo fato de serem elas constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo dos jovens e adultos (BRASIL, 2006, p. 28).

De acordo com o Documento Base – Proeja (2006), outro aspecto considerado é que os cursos do Proeja podem ser adotados pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, entidades veiculadas ao sistema sindical e ao Sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc, Sest, Senar, Sebrae). Também podem ser proponentes outras organizações da sociedade civil que não visem lucro na oferta de cursos desse programa.

Ainda conforme os critérios do programa, os cursos devem ser gratuitos e de acesso universal, cabendo à instituição proponente responsabilizarem-se pela oferta de vagas, inscrição, matrícula, organização de turmas, escolha do pessoal participante no processo e material pedagógico.

A formação continuada de professores e gestores é de responsabilidade das instituições proponentes e programas fomentados ou organizados pela Setec/MEC, cabendo a essa última, também, o monitoramento e a avaliação do programa.

Quanto ao Plano de Implantação do Programa, a Setec/MEC, por intermédio de edital público, compete às secretarias estaduais e municipais a apresentação de projetos, e que seja realizada, no mínimo, uma chamada anual. Cabe à Setec/MEC analisar os projetos, divulgar os resultados e realizar a convocação dos projetos aprovados e a assinatura dos convênios com as instituições proponentes.

Em relação à certificação, o nível fundamental equivale à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e nível médio corresponde à Formação Técnica, subordinada ao título profissional.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva ajustou o programa, revogando o Decreto nº 5.478/05 (BRASIL, 2005) e promulgando o Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006. Esse novo decreto possibilitou a articulação entre formação geral e profissional em outras instituições, além do âmbito federal. Essa legislação também ampliou o programa no que se refere ao nível de ensino, incluindo o ensino fundamental. O programa passou a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Moll (2010) relata que o Ministério da Educação e Cultura - MEC apresentou ao país, por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Brasil Profissionalizado, com objetivo de estimular o ensino médio integrado à educação profissional. De acordo com a autora,

o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE apresentou ao país um conjunto de ações articuladas, dentre as quais se destacam, no âmbito da educação profissional e tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado, a expansão e a reorganização institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e as modificações concertadas entre o Sistema “S” e o governo federal (MOLL, 2010, p. 131-132).

Essas ações propõem atender à demanda de profissionais qualificados pelos setores produtivos e jovens adultos, inserindo-os em dinâmicas societárias por meio da escolarização e do trabalho. Para tanto, torna-se necessário estabelecer um diálogo entre governo e sociedade, no que concerne “aos arranjos produtivos, culturais e sociais, que permitam às pessoas a produção de sua vida material e dos perfis profissionais que melhor respondam às demandas presentes e futuras” (MOLL, 2010, p. 132).

A autora reitera que “esses elementos são legítimos e cabe ao poder público organizar, regular e ofertar formação para o conjunto da população, que possibilite ao país ciclos de desenvolvimento mais equilibrados” (MOLL, 2010 p. 132).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), foi institucionalizado como política pública por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou a LDBEN nº 9.394/96, para redimensionar e integrar as ações da educação profissional com a educação básica. Nesse sentido, compreende-se

política pública como instrumento que tem como incumbência a construção da cidadania. Sposito (2003, p. 17) explica que política pública

não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais... De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias.

Na perspectiva de construção da cidadania, o Documento Base – Proeja (BRASIL, 2006, p. 8) expressa que o intuito “não é subsumir a cidadania à inclusão no mercado de trabalho, mas sim assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo”.

Assim, a formação humana expressa no referido documento é aquela que

impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente a educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica” (BRASIL, 2006, p. 8).

Ainda de acordo com o documento base (BRASIL, 2006), almeja-se a construção de um modelo societário no qual o sistema educacional propicie aos cidadãos condições necessárias de acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e com qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Firmou-se então, a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diferentes grupos populacionais. Pretende-se mais que essa ação se constitua, de fato, direito de todos.

Ao encontro desse pensamento, Rodrigues (2005, p. 25) ressalta que

a EJA que sempre esteve articulada às questões sociais, políticas e econômicas, e nem sempre teve a atenção que merecia, especialmente no Brasil, país de 3<sup>o</sup> mundo, já que a prioridade era formar recursos humanos com níveis mais elevados, hoje, quando o letramento tornou-se condição mínima para o trabalho e para a vida diária, começa a ser percebida como fundamental. Esse reconhecimento pressupõe ampliar o acesso ao ensino básico, além de requalificar e propiciar formação continuada, como forma de enfrentar o novo perfil assumido pelo emprego e desemprego de pessoas jovens e adultas, trazendo um novo quadro para a EJA.

Com o intuito de criar um novo quadro para a Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Profissional, o Proeja surge como programa social e passa a ser política pública direcionada para esses sujeitos, buscando superar a exclusão social, por meio da escolaridade e da capacitação profissional. Assim, os envolvidos podem descobrir novas formas de socialização, estabelecendo novas modalidades de inclusão.

Castro e Vitorette (2009, p. 5) inseridas nesse diálogo, afirmam que

potencializar as possibilidades colocadas pelo Programa em relação à construção de uma educação libertadora – como apontava Paulo Freire – ampliando-o de maneira que possa garantir condições de igualdade formativa para as pessoas jovens e adultas, num momento em que a educação para o mundo do trabalho tem se constituído em fundamento para a inserção social [...].

Cabe ressaltar que, na proposta do Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007), a inclusão desses jovens e adultos ao mundo do trabalho requer uma formação que supõe a apropriação da ciência, da cultura, do trabalho e da tecnologia por esses sujeitos.

A ciência, de acordo com o documento, representa o conhecimento sistematizado acerca da realidade concreta. Trata-se de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, que buscam a compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais.

A cultura é entendida como norma de comportamento e expressão da organização político-econômica dos indivíduos numa sociedade. “É o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social”, afirma o documento (BRASIL, 2007, p. 44).

O trabalho é considerado princípio educativo, o que significa que o homem produz sua realidade e, com isso, se apropria dela, podendo transformá-la.

Compreender esses pressupostos é entender a historicidade da “produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos” (BRASIL, 2007, p. 46).

## CAPÍTULO II

### FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA CIDADE GOIÂNIA

Este capítulo tem o propósito de desvendar, por meio de documentos oficiais<sup>7</sup> do MEC, da Secretaria da Educação (Seduc/GO) e das instituições educacionais Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Universitário e Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (Cepss), o processo de implantação e execução do Proeja em Goiás e, especificamente, na cidade de Goiânia.

#### 2.1 A implantação do Proeja em Goiás

O estado de Goiás se localiza na Região Centro-Oeste do país e passou por importantes transformações econômicas e políticas, como a construção planejada de Goiânia<sup>8</sup>, na década de 1930, que se tornou capital do estado e a construção de Brasília, na década de 1960, para sediar a capital da República. O desenvolvimento resultante da mudança da capital federal também atingiu Goiás, em razão da proximidade e aos investimentos em infraestrutura na região, provocando uma aceleração do ritmo do progresso do estado.

A construção de Brasília, a capital federal, gerou um crescimento surpreendente para Goiânia, sobretudo na década de 1960, conforme relatam Canezin, Queiroz e Andrade (2005, p. 4):

A construção de Brasília e os investimentos estatais em infra-estrutura, como estradas e energia elétrica, foram substanciais para concretizar o processo de ocupação, em especial, a construção de duas rodovias: a BR-

---

<sup>7</sup> Neste capítulo, os documentos citados (leis, decretos, ofícios, projetos, planos de trabalho e outros) foram consultados em arquivo organizado pelo MEC e encaminhado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG), em atendimento à solicitação do projeto de pesquisa Capes/Setec/Proeja - 2006, intitulado *O Proeja indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades*.

<sup>8</sup> Goiânia foi idealizada pelo médico Pedro Ludovico Teixeira e planejada pelo arquiteto Atílio Correia, para 50 mil habitantes. A mudança da nova capital deu-se durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira que, em outubro de 1933, lançou a pedra fundamental, na região de Campinas, atual bairro de Goiânia. O Decreto nº 1.816, assinado em 23 de março de 1937, transferiu definitivamente a capital da antiga Vila Boa, atual Cidade de Goiás, para Goiânia (Palacin; Moraes, 1989).

153, ligando Goiânia ao oeste do estado de São Paulo e a BR-060, ligando Brasília e Anápolis à Região Sudoeste do estado de Goiás. A BR-060 posicionou Goiânia de forma a deslocar a influência do entreposto comercial do Triângulo Mineiro na Região Sudoeste do estado, principal produtor agrícola da região. Nesse cenário, Goiânia e Brasília constituíram-se em centros concentradores de população no estado.

As autoras reiteram que,

nas décadas seguintes, em Goiás, do ponto de vista econômico, verificou-se o início da implantação de agroindústrias, mas a agropecuária manteve-se como principal sustentáculo econômico do estado. Esse setor, direta e indiretamente, estimulou o crescimento das cidades em atividades ligadas ao comércio varejista, à construção civil e aos serviços (CANEZIN; QUEIROZ; ANDRADE, 2005, p. 5).

Em 1988, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da Região Norte, parte do território de Goiás foi desmembrada para formar o estado de Tocantins (Palacin; Moraes, 1989).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2007), a população recenseada e estimada do estado, em 2007, era de aproximadamente 5 milhões e 600 mil habitantes<sup>9</sup>, em 246 municípios, sendo as cidades mais populosas: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia. De acordo com o instituto, aproximadamente dois milhões encontravam-se na faixa etária de dezoito a sessenta anos.

A economia de Goiás baseava-se na produção agrícola e na pecuária, no comércio e nas indústrias. Palacin e Moraes (1989) assinalam que, com a multiplicação da população, a integração entre municípios e estados, promovida pelas vias de comunicação, ocorreu imensa explosão urbana, ocasionando concomitante desenvolvimento em todos os tipos de serviço, especialmente a educação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2007 pelo IBGE, revela as expectativas dos sujeitos ao frequentarem a EJA, na Rede Estadual de Ensino em Goiás.

---

<sup>9</sup> Também a população estimada nos domicílios fechados.

**TABELA 1 - Características complementares da Educação de Jovens e Adultos em Goiás**

<b>Variáveis de Jovens e Adultos</b>	<b>Nº absoluto Taxa</b>	<b>Pessoas</b>
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de Educação de Jovens e Adultos	299 (42,7%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era retomar os estudos	125 (17,8%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era conseguir diploma	30 (4,2%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era conseguir melhores oportunidades de trabalho	55 (7,8%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era orientação do empregador	4 (0,5%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era auxiliar na educação de filhos e parentes	4 (0,5%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Educação de Jovens e Adultos cujo motivo era adiantar estudos	77 (11%)	700
Pessoas de quinze anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente Curso de Alfabetização de Jovens e Adultos para conseguir melhores oportunidades de trabalho	106 (15,1%)	700
Total	700 ( 100%)	700

**Fonte:** dados fornecidos pelo IBGE - Pnad 2007

Conforme dados agregados à tabela 1, os principais motivos que levam os jovens e adultos goianos, na faixa etária acima de quinze anos, a retornarem à escola são: 41,9% visam a retomada e conclusão dos estudos; 28,9% vislumbram a perspectiva de trabalhos melhores, e 36,3%, aceleração dos estudos e conseguir um diploma.

De acordo com os documentos oficiais (GOIÁS, 2007), com o intuito de atender a esse público de EJA, propiciando-lhes além da educação geral, também, a qualificação profissional, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás resolveu implantar o Proeja.

Cabe ressaltar, que as informações referentes ao histórico da implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, no período de 2005 a 2009,

expressas nesta pesquisa, compõem uma coletânea de documentos da SEE/GO, disponibilizada pelo MEC.

Com o objetivo de implantar o programa no país, no dia 18 de novembro de 2005, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), enviou às secretarias estaduais o Ofício Circular nº 73/2005/Setec/MEC, que tratava do “aporte de recursos para apoio à implantação do Proeja”. Nele ficavam assegurados cinquenta mil reais e, para cada Secretaria de Estado, mais mil e cem reais por vaga criada em 2006, no âmbito do Proeja, até 140 vagas, totalizando duzentos e quatro mil reais, quantia disponível para cada um dos 27 sistemas estaduais de ensino. O prazo para apresentação dos projetos foi fixado em 30 de novembro de 2005.

Em resposta ao referido ofício, no dia 9 de dezembro de 2005, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás encaminhou a proposta de implantação do Proeja em Goiás, acompanhada do projeto de aplicação de recursos, no Processo nº 23000.022072/2005-26 (BRASIL, MEC, 2005-2007).

Em 15 de dezembro de 2005, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás apresentou, como contrapartida para implantação do Proeja os seguintes Programas: *Desenvolvimento e Valorização*, referente à capacitação de professores no valor de três mil, setecentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos, *Escola que Queremos*, relativo ao material de consumo no valor de sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos, e serviços de consultoria no valor de dois mil, oitocentos e treze reais, mais quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos.

O projeto intitulado *Implantação do Proeja*, apresentado pela SEE/GO, ficou descrito da seguinte forma: a) prazo de execução, com início previsto para dezembro de 2005 e término em fevereiro de 2006; b) proposta orçamentária para a entidade proponente, conforme já citado, e para a entidade concedente (MEC), em que constava, para a capacitação de professores, o valor de trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos, para o material de consumo, o valor de sessenta e nove mil, setenta e três reais e setenta e quatro centavos, e para os serviços de consultoria, o valor de vinte e cinco mil, trezentos e dezessete reais e quatro centavos mais trinta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e três centavos, totalizando cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos de investimento.

De acordo com o projeto, a escolha dos municípios em que seria implantado o programa, foi baseada em estudos que contemplavam a realidade social e produtiva das comunidades envolvidas, tendo como justificativa o número significativo de jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade própria.

Ainda de acordo com o projeto de Goiás (BRASIL, MEC, 2005-2007), foi realizado um estudo socioeconômico e ocupacional<sup>10</sup>, com o objetivo de subsidiar a execução da implantação de cursos técnicos. Foram, então, constatadas as seguintes áreas, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com maior saldo de empregos: em Goiânia, a indústria e o comércio, em Anápolis, a indústria fármaco-química, em Ceres, atividades agrícolas e o comércio, na Cidade de Goiás, a indústria frigorífica e a agropecuária, em Goiatuba, a agropecuária e, em Piranhas, a agropecuária e a indústria de laticínio.

Foram destinadas 160 vagas para os seis polos escolhidos para sediar o Proeja em Goiás:

- a) Goiânia – Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (Cepss), articulado com Colégio Estadual Jardim da Luz e Centro de Educação de Jovens e Adultos – Ceja Universitário;
- b) Anápolis – Centro de Educação Profissional de Anápolis (Cepa), articulado com Centro de Educação de Jovens e Adultos – Ceja Elias Chadud e com Colégio Estadual Durval Nunes da Matta;
- c) Ceres – Centro de Educação Profissional em Artes de Ceres, com Colégio Estadual São Tomaz de Aquino;
- d) Cidade de Goiás – Centro de Educação Profissional Cidade de Goiás com Colégio Estadual Cora Coralina;
- e) Goiatuba – Centro de Educação Profissional de Goiatuba com Escola Estadual Manoel Vicente Rosa;
- f) Piranhas – Centro de Educação Profissional de Piranhas com Colégio Estadual Francisco M. Seixas (BRASIL, MEC, 2005-2007).

Vale destacar que, em todos os municípios, em que seria implantado o Proeja, em Goiás, já se instalava um Centro de Educação Profissional (CEP), para aproveitar a estrutura existente, o que facilitaria, consideravelmente, a execução das atividades da formação profissional.

---

<sup>10</sup> O projeto da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE/GO) não oferece maiores informações sobre o estudo socioeconômico e ocupacional.

Em 28 de dezembro de 2005, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), na pessoa de Elisângela Costa Alves Cardoso, emitiu o Parecer Técnico nº 844/2005, favorável ao atendimento do pleito da SEE/GO, submetendo-o à apreciação superior.

O Processo nº 23000.022072/2005-26 foi então encaminhado à Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão da Setec/MEC, no dia 11 de abril de 2006, para ser submetido à apreciação da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (Conjur).

Então, apresentou-se o convênio para celebrar a colaboração entre Setec/MEC e SEE/GO, visando o repasse dos recursos financeiros para implantação de ações necessárias ao desenvolvimento do Proeja.

A Conjur, no Parecer nº 203/2006, que trata da minuta de convênio a ser firmado entre Setec/MEC e SEE/GO, solicitou exame sobre o plano de trabalho proposto. Foram objeto de avaliação as Metas a serem atingidas (despesas com a contratação de pessoal/consultoria/passagem aérea), atualização do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emissão de parecer jurídico da instituição, comprovação da propriedade do imóvel, reforma ou obras e adaptações referentes ao convênio, especificamente à cláusula terceira – Da Vigência e da Alteração do Plano de Trabalho:

A vigência deste Convênio é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, ficando o CONVENIENTE com a obrigação de apresentar à CONCEDENTE, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do término de sua vigência, a prestação de contas final (BRASIL, MEC/SETEC, 2006).

Em 28 de junho de 2006, a Gerência da Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação do Estado de Goiás encaminhou à Gerência da Representação da Procuradoria Geral do Estado, o Parecer nº 0451/2006, para a análise das adaptações solicitadas.

A Superintendência de Ensino Profissional da Secretaria da Educação do Estado de Goiás (Suep/GO) encaminhou o plano de trabalho do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atualizado para o ano de 2007, à Setec/MEC, em 27 de dezembro de 2006. A atualização referia-se ao prazo de execução, que passou a ter início previsto para dezembro de 2006 e término, para fevereiro de 2008.

Nessa mesma data, o referido plano de trabalho foi aprovado pela concedente e também assinado o Convênio nº 006/2006 – Proeja, entre a Setec/MEC e a SEE/GO. A publicação da aprovação desse convênio no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu em 29 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

Em 21 de fevereiro de 2007, a Suep/GO enviou à Setec/MEC o ofício nº 086/2007, que autorizava a Secretária de Estado da Educação de Goiás, Milca Severino, a solicitar o desembolso do convênio. O documento também informava que aquela Secretaria aguardava o repasse dos recursos financeiros para que fossem tomadas as devidas providências necessárias à execução do Proeja em Goiás.

No dia 25 de outubro de 2007, a SEE/GO realizou o Pregão Eletrônico Estadual nº 037/2007 referente à consultoria e assessoria para a implantação do Proeja em Goiás. Dos lances apresentados, houve dois vencedores, o Instituto Brasileiro de Educação de Gestão Ambiental (Ibeg) e Alfa Eventos Ltda<sup>11</sup>, com valores respectivos de cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais, mais trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais para os serviços de consultoria.

O resultado do Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Estadual nº 037/2007 foi publicado no DOU em 30 de outubro de 2007 (GOIÁS, 2007).

A Suep/GO encaminhou à Setec/MEC o ofício nº 467/2007, que se referia à prorrogação do prazo ao Convênio nº 006/2006 – Proeja, por mais três meses, em razão do processo licitatório, que tratava das ações firmadas no plano de trabalho, como capacitação, consultorias e aquisição de material de consumo.

A Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão (CGPG/Setec/MEC) encaminhou à Setec/MEC, em 26 de dezembro de 2007, o primeiro apostilamento ao convênio firmado, que tinha por objeto a prorrogação do seu prazo de vigência, por mais noventa dias, por atraso na liberação.

A Divisão de Acompanhamento de Convênios e Prestação de Contas solicitou que fosse anexado o Processo nº 23000.001483/2009-10, de prestação de contas, ao Processo de Concessão nº 23000.022072/2005-26 da SEE/GO, em 23 de março de 2008.

---

<sup>11</sup> O Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (Ibeg) e Alfa Eventos são organizações de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, que buscam parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, sob a forma de contratos e convênios de cooperação técnica, para a prestação de serviços.

Após a apresentação dos documentos solicitados pelo MEC, a Suep/GO contratou as empresas que participaram do Pregão Eletrônico Estadual e que foram selecionadas para prestar consultoria aos profissionais envolvidos na implantação do Proeja em Goiás, sendo elas, conforme dito anteriormente, o Instituto Brasileiro de Educação de Gestão Ambiental (Ibeg) e Alfa Eventos Ltda.

O plano atualizado apresentou alteração na data de execução do convênio, em que o início estava previsto para dezembro de 2006 e término para dezembro de 2008. A aprovação do referido plano aconteceu em 25 de março de 2008.

O Parecer Técnico nº 26/2008/Setec/MEC, de 25 de março de 2008, foi favorável ao atendimento da Suep/GO à prorrogação da vigência do Convênio, por 24 meses, a partir da assinatura, por causa do atraso na licitação. Também naquela data foi encaminhado o Processo nº 23000.022072/2005-26 à CGPG/Setec/MEC para apreciação da Minuta do Termo Aditivo ao Convênio nº 006/2006 – Proeja referente à solicitação.

Em 27 de março de 2008, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 006/2006 – Proeja que celebrava a colaboração entre a Setec/MEC e a SEE/GO. Essa ação foi publicada no DOU/BR, em 31 de março do mesmo ano.

Em Goiás, a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008 (GOIÁS, 2008), instituiu a reforma administrativa que definiu a estrutura organizacional básica e complementar da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo.

Com essa reforma, a Superintendência de Ensino Profissional da Secretaria da Educação do Estado de Goiás (Suep/GO) assumiu o ensino superior tecnológico e passa a integrar a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec/GO), e passou a ser denominada Superintendência de Educação Superior e Profissional (Suesp/GO).

De acordo com a lei, que trata da reforma administrativa, ficou estabelecido no art. 6º que:

As competências básicas dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo são as seguintes:

XVII – à Secretaria de Ciência e Tecnologia competem a formulação e execução da política de ciência e tecnologia do Estado, a promoção da educação profissional e tecnológica, nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, visando à formação, capacitação, qualificação, difusão, inclusão e outros processos educacionais voltados para o mercado e para o serviço público, bem como a realização de concursos públicos e de outros processos seletivos, com caráter exclusivo, para os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, e facultativo, para os demais poderes, órgãos, entidades, esferas de Governo ou instituições públicas ou privadas e, ainda, a formulação da política estadual relacionada com o fomento à pesquisa e a

avaliação e controle do ensino superior mantido pelo Estado (GOIÁS, 2008, p. 4).

Assim, mediante a reforma administrativa, os centros de educação profissional do estado de Goiás, instituições de ensino destinadas à formação profissional, passaram a compor a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec/GO).

Com a reforma, a Secretaria de Estado da Educação (SEE/GO), teve alterada sua sigla para Seduc/GO.

Os contratos de prestação de serviços entre a Seduc/GO e as empresas Ibeg e Alfa Eventos foram assinados em 4 de setembro de 2008.

A Seduc/GO encaminhou ofícios aos polos: Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (Cepss), Colégio Estadual Jardim da Luz, Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), Centro de Educação Profissional de Anápolis (Cepa), Centro de Educação de Jovens e Adultos - Ceja Elias Chadud, Colégio Estadual Durval Nunes da Matta, Centro de Educação Profissional em Artes de Ceres, Colégio Estadual São Tomaz de Aquino, Centro de Educação Profissional Cidade de Goiás, Colégio Estadual Cora Coralina, Centro de Educação Profissional de Goiatuba, Escola Estadual Manoel Vicente Rosa, Centro de Educação Profissional de Piranhas e Colégio Estadual Francisco M. Seixas. O teor do ofício era convocar os professores envolvidos na implantação do Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiás.

A formação continuada destinada aos profissionais envolvidos no processo de implantação do Proeja, aconteceu no período de 10 de novembro de 2008 a janeiro de 2009, na Suesp e no Cepss, sob a coordenação das empresas Ibeg e Alfa Eventos. O objetivo era promover Cursos de formação continuada aos docentes e gestores para que esses profissionais concebessem a proposta pedagógica do Proeja e o plano de curso a ser adotado em Goiânia.

De acordo com o relatório apresentado pelo Ibeg, as atividades realizadas e os documentos produzidos durante a formação foram: a) apresentação dos objetivos, da justificativa, das metas, das estratégias, dos planos de curso, do projeto político-pedagógico e dos instrumentos de eficácia, supervisão e avaliação do Plano de Implantação do Proeja/GO; b) leitura dos textos *O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania*, *Alfabetização científica e técnica no contexto do ensino profissionalizante*, *Uma análise sobre políticas públicas e educação profissional em Minas Gerais no período*

de 1995 a 2000; c) apresentação de slides referentes ao projeto político-pedagógico na gestão democrática da escola, organização curricular, educação, ciência, tecnologia e cultura, os desafios do Proeja, elementos básicos da proposta pedagógica de EJA; d) levantamento dos cursos oferecidos pela rede particular na formação profissional (realizado oralmente, com informações dos profissionais presentes); e) orientação, acompanhamento e monitoramento da elaboração dos planos de cursos e dos projetos político-pedagógicos de cada instituição envolvida, elencando as competências e habilidades desejadas pelo mercado; f) elaboração de instrumentos de avaliação acerca das contribuições da Suesp no desenvolvimento das ações para implantação do Proeja, dos objetivos previstos e alcançados, das ações planejadas e desenvolvidas pelos professores e da relação da instituição com a comunidade escolar. Como produto final dessa formação, foram apresentados os planos de cursos a serem implantados em cada polo.

Conforme já relatado, o projeto da SEE/GO (BRASIL, MEC, 2005-2007), apresentou como áreas de maior saldo de empregos: em Goiânia, a indústria e o comércio; em Anápolis, a indústria fármaco-química; em Ceres, atividades agrícolas e o comércio; na Cidade de Goiás, a indústria frigorífica e a agropecuária; em Goiatuba, a agropecuária e em Piranhas, a agropecuária e a indústria de laticínio as da indústria e comércio. No entanto, mediante documentos apresentados pelo Ibeg após a capacitação, foram definidos para os Polos I e II (Goiânia e Anápolis) Curso de Assistente Administrativo, Polo III (Ceres) Curso de Informática Básica e Manutenção de Computadores, Polo IV (Cidade de Goiás) Curso de Assistente de Preparo de Alimentos, Polo V (Goiatuba) Curso de Assistente Administrativo em Agronegócios e no Polo VI (Piranhas) Curso de Operador de Microcomputador. Cabe ressaltar que os cursos foram escolhidos mediante o estudo socioeconômico e ocupacional de cada região, realizado pelo Ibeg, segundo o projeto da SEE/GO.

Todos os polos que aderiram à implantação do Programa definiram a previsão de início dos cursos para o ano letivo de 2009 e a oferta mínima de vinte vagas em cada polo.

Após o início dos cursos, em janeiro de 2009, a Seduc/GO encaminhou o relatório de prestação de contas do Convênio nº 006/2006 – Proeja, conforme orientação da SETEC/MEC. As notas fiscais apresentadas datam desde 9 de setembro de 2008 a 24 de março de 2009.

Somente em 26 de agosto de 2009, a Coordenação Geral de Formação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CGPEPT/Setec/MEC) emitiu o Parecer Técnico nº 367/2009, sobre a análise pedagógica de prestação de contas do Convênio nº 006/2006 – Proeja. Neste documento, a CGPEPT/Setec/MEC destacava que a firmatura do convênio buscava atender a duas metas: a) a capacitação de profissionais que iriam trabalhar com a educação profissional integrada à educação de jovens e adultos; b) a abertura de vagas dessa modalidade de ensino. Além disso, a CGPEPT/Setec/MEC ainda solicitou mais informações acerca da capacitação dos servidores, visto que estavam previstos 130 profissionais, mas havia somente 101 assinaturas, de acordo com as listas de frequência. Por esse motivo, a Setec/MEC enviou à Seduc/GO o Ofício nº 1.523 em 2 de setembro de 2009, comunicando parecer contrário à prestação de contas do Convênio nº 006/2006.

No dia 5 de outubro de 2009 a Suesp, jurisdicionada à Secretaria de Ciência e Tecnologia (Setec/GO) em resposta ao citado parecer, esclareceu que em relação à capacitação de profissionais para a implantação do Proeja, embora tenham sido realizados todos os esforços possíveis, apenas 101 professores fizeram-se presentes, nos cursos.

Após explanação da implantação do Proeja em Goiás, marcada pelas peculiaridades do próprio estado, houve a implantação do Programa em Goiânia, considerando também a diversidade que lhe é própria.

## **2.2 Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia**

Goiânia, a capital do estado de Goiás, é a maior cidade do estado e a segunda maior do Centro-Oeste. Sua economia abrange as atividades comerciais e industriais. De acordo com Canezin, Queiroz e Andrade (2005, p. 7)

o setor que mais emprega é o de serviços, seguido pelo comércio; juntos, ocupam aproximadamente 68% da força de trabalho, com destaque para a educação e a saúde. A indústria de transformação e construção civil absorve quase a quarta parte da mão-de-obra goianiense.

O IBGE registrou em 2000, no último censo divulgado, que o município de Goiânia contava com uma população de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas. Cerca de 750 mil encontravam-se na faixa etária de 15 a 59 anos de idade.

De acordo com os dados apresentados pela Gerência Técnico-Pedagógica de EJA da Secretaria da Educação, em 2009, na Rede Estadual de Ensino foram efetivadas 107.402 matrículas em instituições que atendem à Educação de Jovens e Adultos, na faixa etária de dezesseis a cinquenta anos ou mais, no Ensino Fundamental e Médio.

Conforme as Diretrizes Curriculares da EJA, a Secretaria da Educação de Goiás compreende a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional que atende a educandos, em sua maioria, trabalhadores. A referida rede assume como objetivo a formação humana, o acesso à cultura geral, possibilitando a esse público alcançar outros níveis de ensino (GOIÁS, 2009). Ainda, de acordo com o documento citado, é imprescindível a criação de situações pedagógicas satisfatórias que propiciem a igualdade de oportunidades que possibilitem aos jovens e adultos atualizarem seus conhecimentos adquirindo nova forma de inserção no mundo do trabalho.

A aprovação Decreto nº 5.840/2006 suscitou discussões sobre a implantação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

As escolas atenderam à Chamada Pública nº 002/2007 de 27 de setembro de 2007, que solicitava a apresentação do Plano de Expansão e Capacitação do projeto para o período 2008-2009 e dos Projetos de Cursos de Capacitação de Docentes e Gestores do Proeja (BRASIL, MEC, 2005-2007).

Durante os encontros, a equipe do Ibeg, responsável pelos trabalhos da primeira consultoria, promoveu discussões sobre a EJA e a Educação Profissional e orientou os profissionais do Cepss e do Ceja Universitário, instituições em que seria implantado o curso em Goiânia, quanto à elaboração do plano de curso e projeto político-pedagógico. Na ocasião, houve a escolha do curso a ser implantado.

A Alfa Eventos também promoveu novamente a discussão sobre a EJA e a Educação Profissional e a escolha e a orientação para elaboração do plano de curso.

O fato de as duas empresas proporem as mesmas atividades desencadeou críticas dos profissionais à Alfa Eventos, responsável pela segunda consultoria, visto

que a Suesp/GO exigia a conclusão dos trabalhos, mas não oferecia condições para a sua continuidade, muito menos, para possíveis avanços.

Cabe ressaltar que, no período de outubro de 2007 a setembro de 2009, o governo federal ofertou, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O referido curso tinha como público alvo professores das redes estaduais e municipais, com vistas à expansão do Proeja em tais redes.

O curso de especialização foi destinado a diferentes grupos de profissionais que atuavam no ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional e norteou-se pelos seguintes eixos curriculares: a) concepções e princípios da Educação de Jovens e Adultos, Educação Básica e Educação Profissional; b) políticas públicas e gestão democrática na educação; c) processos de ensino e sua interface com a investigação científica; d) concepções curriculares em construção para a Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Coordenação de Pós-Graduação do IFG, foram compostas três turmas, com aproximadamente 35 alunos em cada, sendo duas turmas em Goiânia, e uma, em Jataí. No total eram cem cursistas, mas apenas 47 concluíram o curso e apresentaram a monografia.

Alguns profissionais da Rede Estadual do Centro de Educação de Jovens e Adultos – Ceja Universitário e do Cepss participaram no IFG do curso ofertado pelo MEC e também dos cursos de formação continuada oferecidos pela Suesp aos docentes e gestores que iriam atuar no Proeja. O curso de Especialização foi significativo para a implantação do Programa, na elaboração do plano de curso Assistente Administrativo e do projeto político-pedagógico das instituições, por promover reflexões acerca da EJA e da Educação Profissional.

### **2.3 A implantação do curso Assistente Administrativo – Proeja, nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss, em Goiânia**

O projeto apresentado ao MEC pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, em 2006, intitulado *Implantação do Proeja*, já estabelecia que o programa

fosse implantado por meio de ações conjuntas, com projeto pedagógico, matrícula e proposta curricular únicos, para as unidades de educação profissional e para as que mantêm EJA. Na Rede Estadual de Ensino em Goiânia, ficou determinado que no Ceja Universitário seria ministrada a formação geral e, no Cepss a formação profissional.

A implantação do Proeja, em Goiânia, aconteceu no primeiro semestre de 2009, concomitantemente, nas duas unidades educacionais.

A distância entre as instituições Ceja Universitário e Cepss é de aproximadamente 12 km. Portanto, os alunos do Curso Assistente Administrativo – Proeja tinham que se deslocar, usando transporte, para a formação profissional.

Cabe ressaltar que o Ceja Universitário é jurisdicionado pela SEDUC/GO e o Cepss pela Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC, conforme disposto na Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, que trata da reforma administrativa do Estado de Goiás.

Segundo o projeto político-pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos, o Ceja foi implantado e autorizado pela Resolução CEE nº 1.170 de 15 de março de 1974, sob a denominação Centro de Estudos Supletivos (CES). Funcionava sem sede própria na Av. República do Líbano, próximo à Praça Santos Dumont, no Setor Aeroporto, em Goiânia, sob responsabilidade da Superintendência do Ensino a Distância.

O CES mantinha cursos de suplência, oferecidos de forma direta e semi-indireta, em níveis de primeiro e segundo graus. Os cursos de forma semi-indireta não exigiam frequência obrigatória e a avaliação era realizada no decorrer do processo, em cada módulo de ensino.

Os cursos oferecidos de forma direta exigiam frequência obrigatória, com avaliação no processo, com duração de quatro semestres, garantidos pela Lei nº 5.692/71 e normatizados pela Resolução CEE nº 411, de 22 de dezembro de 1977, atendendo aos jovens e adultos que não conseguiram a escolarização regular na idade própria.

Somente em 1982, o CES ganhou sede própria, na Rua 227 no Setor Universitário, em Goiânia. A partir de então, passou a funcionar apenas com aulas presenciais, para atender a adolescentes, jovens e adultos, que cursavam o ensino médio, nos três turnos.

O Cepss, a instituição de ensino designada para oferecer a formação profissional na turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja, encontra-se instalado no Parque Amazônia, em Goiânia, próximo ao município de Aparecida de Goiânia.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira – Cepss, a instituição inaugurada em março de 2000, é mantida pelo poder público estadual, jurisdicionado pela Secretaria de Ciências e Tecnologia (Sectec/GO) e vinculada à Superintendência de Ensino Profissional (Suesp/GO).

O referido centro foi regulamentado pela Lei de criação nº 13.45, de 16 de abril de 1999, e conta com o apoio de instituições públicas para implantação, sustentação e gerenciamento, como também de instituições privadas e empresas da comunidade para o fortalecimento da estrutura organizacional e funcional.

Até o ano de 2006, o Cepss contava com uma unidade no Setor Universitário, no qual funcionava o Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem e outros, de formação inicial e continuada de trabalhadores. Porém, o Curso Técnico em Enfermagem, e os demais foram transferidos para o Lyceu de Goiânia.

O Cepss oferece cursos técnicos em Contabilidade, Secretariado, Sistemas de Informação, Administração, Turismo e Hotelaria, além de vários outros cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores<sup>12</sup>. O referido centro ainda desenvolve projetos em parceria com o Salário Escola – Ensinando a Pescar, Inclusão Digital, por meio do Comitê da Cidadania do Banco do Brasil, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e Oficinas Educacionais Comunitárias (OECs).

Cabe ressaltar que a estrutura física das instituições, em nada foi alterada para a implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino, em Goiânia. No que se

---

<sup>12</sup> Trata-se dos seguintes cursos: A Arte de Falar em Público, Adobe Photoshop, Arranjos Florais e Artes com Meias de Seda, Artigos Decorativos com Sucata, Bordados com Pedrarias, Contabilidade, Corel Draw, Cuidador de Idosos, Cuidados com os Alimentos, Decoupage em Metais, Madeira e Barro, Departamento Pessoal, Desenho de Moda/Estilismo, Desenho Publicitário, *Design* Gráfico, Doenças e Cuidados com as Unhas, Escrita Fiscal, Espanhol I, II e III, Etiqueta a Mesa, Etiqueta Social e Profissional, Excel Avançado, Excelência em Atendimento, Fotografia, Garçom e Garçonete, Gestão em Estoques, Gestão em Serviços Domésticos, Imposto de Renda, Informática Básica, Inglês I, II e III, Linux, *Marketing*, Matemática I e II, Matemática Financeira, Medidas de Economia em Panificação, Mensageiro/*Office-boy*, Montagem, Manutenção e Configuração de Micro, Mosaico, Conversação em Língua Inglesa, Operador em *Telemarketing* com Ênfase em *Call Center*, *Page Maker*, Pintura em Madeira, Pintura em Telas, Porteiro, Português Instrumental, *Power Point*, Recepção em Hotel, Redação Empresarial, Restauração em Pequenos Objetos, Secretariado, Técnicas em Biscuit, Técnicas em Velas Gel, Sabonetes, Sais de Banho, Sachês, etc., Técnicas em Vendas e Violão Popular.

refere à estrutura de pessoal, as instituições Ceja Universitário e Cepss dispõem de profissionais efetivos e contratos temporários de um ano. Vale destacar que não houve contratação de pessoal para atender à demanda do Curso Assistente Administrativo – Proeja. Porém, a formação continuada para os profissionais que atuavam no programa, não teve a participação de todos os envolvidos, visto que alguns ingressaram nas instituições após a capacitação.

A escolha do Curso Assistente Administrativo – Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, nas instituições educacionais estaduais Ceja Universitário e Cepss, de acordo com os documentos apresentados pelo Ibeg, efetivou-se mediante estudo da realidade e levantamento das necessidades da comunidade local, realizado com base na análise do perfil socioeconômico constituído de trabalhadores do comércio e donas de casa de média baixa e baixa renda.

O perfil apresentado da comunidade local foi determinante para que os profissionais das instituições educacionais Ceja Universitário e Cepss decidissem que a formação profissional seria voltada para a necessidade de qualificação e ingresso no mundo do trabalho, nas áreas de vendas, informática, alimentação, saúde e auxiliar administrativo.

Os profissionais das instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss argumentavam que o Curso Assistente Administrativo – Proeja poderia suscitar maiores possibilidades para os alunos, visto que o crescimento da microrregião de Goiânia é constante, em razão de sua localização geográfica estratégica e sua economia apresentar preponderância do setor de comércio e serviços sobre os demais.

Cabe ressaltar que, de acordo com a proposta do Documento Base – Proeja (2006), o plano do curso a ser implantado no Proeja deveria ser pautado na construção coletiva. Mas, em razão do fato de a contratação temporária de profissionais e a carga horária dos profissionais efetivos já estar comprometida com outras turmas e cursos, nem todos os profissionais que estariam diretamente envolvidos no programa participaram da elaboração do Plano do Curso Assistente Administrativo – Proeja.

De acordo com o Plano de Curso elaborado pelas instituições Ceja Universitário e Cepss, a proposta curricular do Curso Assistente Administrativo – Proeja estava assim organizada: os alunos frequentariam as aulas no turno

matutino, de segunda-feira à quinta-feira, no Ceja Universitário visando a formação geral, que compreende as disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Inglês, Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia. Na sexta-feira, os alunos deveriam deslocar-se para o Cepss para a formação profissional específica, em seis cursos: Informática Básica, Desenvolvimento Pessoal e Profissional, Introdução à Administração, Técnicas em Vendas, Técnicas Administrativas e Departamento de Pessoal e Gestão de Estoque.

O curso previsto teria duração de quatro semestres, sendo a carga horária da formação geral de 1.200h e da formação profissional de 210 h. Ainda deveria ser disponibilizado o itinerário formativo com quatro disciplinas opcionais: A Arte de Falar em Público, Liderança e Motivação, Redação e *Marketing*, com carga horária de 120 h. Assim, a carga horária total do curso poderia ser de até 1.530 h.

A primeira e única turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja foi constituída por meio de processo seletivo. A seleção dos alunos teve início na primeira semana de fevereiro, quando o grupo gestor do Ceja Universitário reuniu as três turmas de alunos já matriculados no primeiro semestre do Ensino Médio da EJA do turno matutino e lhes apresentou a proposta do programa.

Em seguida, os alunos candidatos às vagas do Proeja responderam a um questionário contendo seis questões objetivas e uma subjetiva e com base na análise desses dados, foram selecionados 43 alunos.

Os alunos selecionados atestaram disponibilidade, assiduidade, pontualidade e garantia da participação em reuniões referentes ao projeto de implantação do Proeja, por meio de assinatura em Termo de Compromisso. Os alunos selecionados atendiam aos critérios propostos pelo grupo gestor: interesse pelo curso, domínio suficiente do idioma brasileiro e disponibilidade para frequentar aulas no Ceja Universitário e no Cepss.

#### **2.4 Condições sociais dos alunos ingressantes no Proeja na Rede Estadual de Ensino de Goiânia**

O intuito de apreender a realidade dos alunos que ingressaram em janeiro de 2009, na turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente

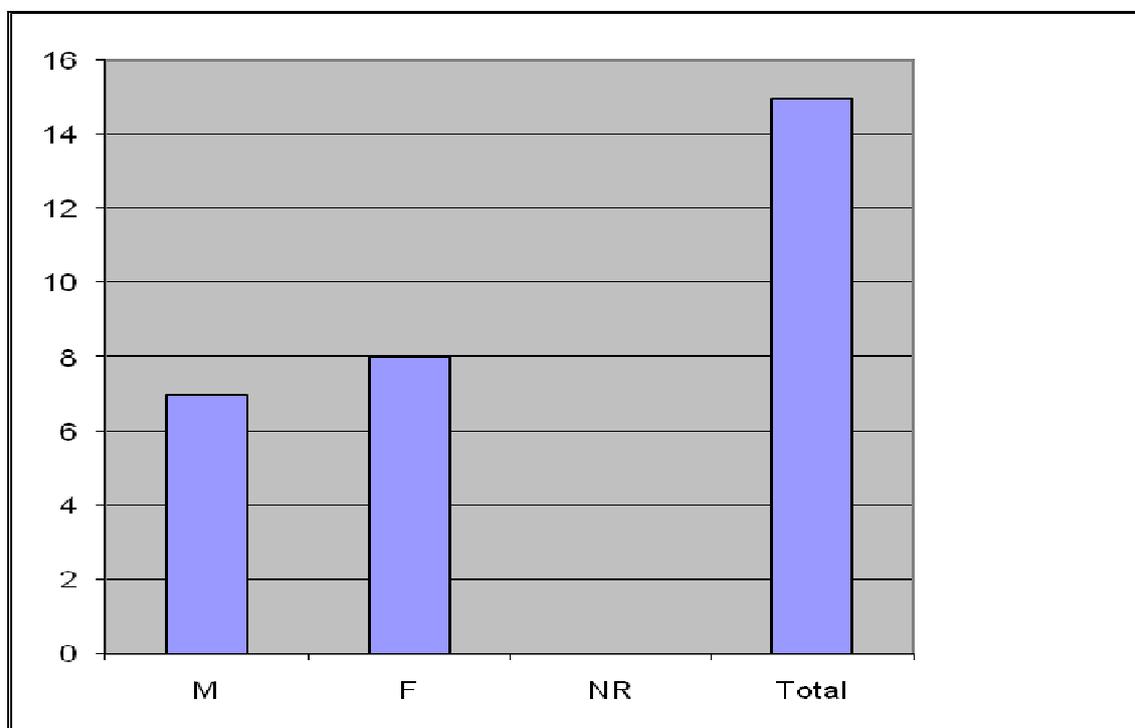
Administrativo – Proeja, no Ceja Universitário, deve-se ao fato de esses alunos comporem a primeira e única turma do programa, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia e também de essa instituição ser a responsável pela matrícula e formação geral da turma, objeto de estudo da pesquisa em questão.

Constavam nos registros do Ceja Universitário em janeiro de 2009, na turma de primeira série do Curso Assistente Administrativo – Proeja, 43 alunos matriculados, mas a evasão e a desistência atingiu 18 alunos. Portanto, considera-se que a turma em questão totalizava 25 alunos frequentes. Estavam presentes e responderam ao questionário 15 educandos, portanto, uma amostra significativa.

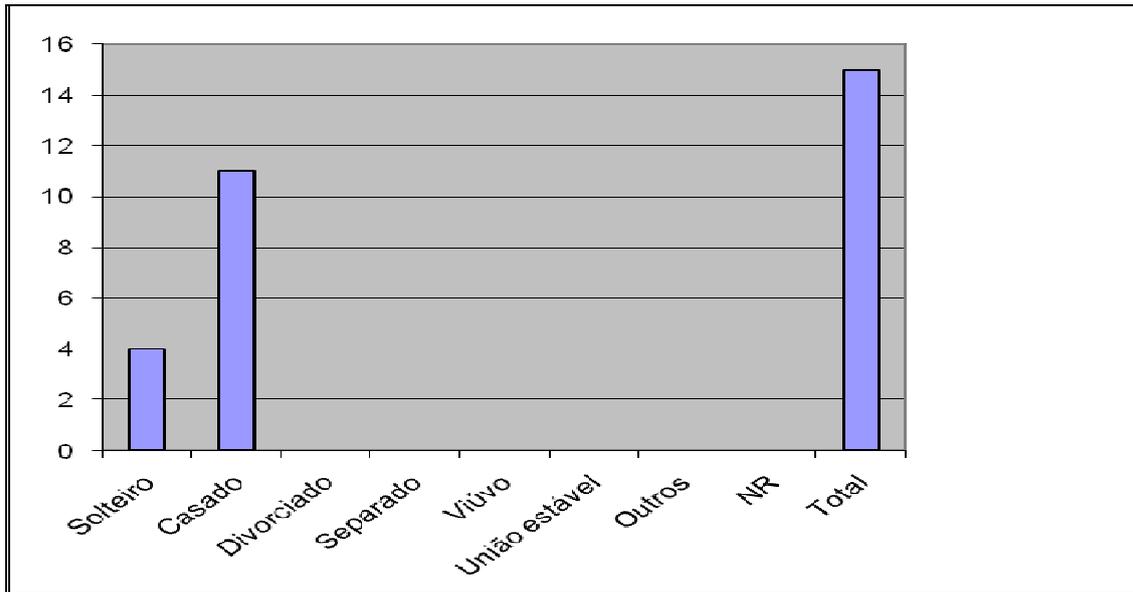
Os questionários foram aplicados no segundo semestre de 2009, época em que os alunos que ingressaram em janeiro, estavam cursando a segunda série do ensino médio, do Proeja, no Ceja Universitário. A intenção era constituir o perfil socioeconômico desses jovens e adultos.

Os gráficos apresentados a seguir, indicam a totalização dos dados obtidos nos questionários respondidos pelos alunos.

### GRÁFICO 1 - Gênero

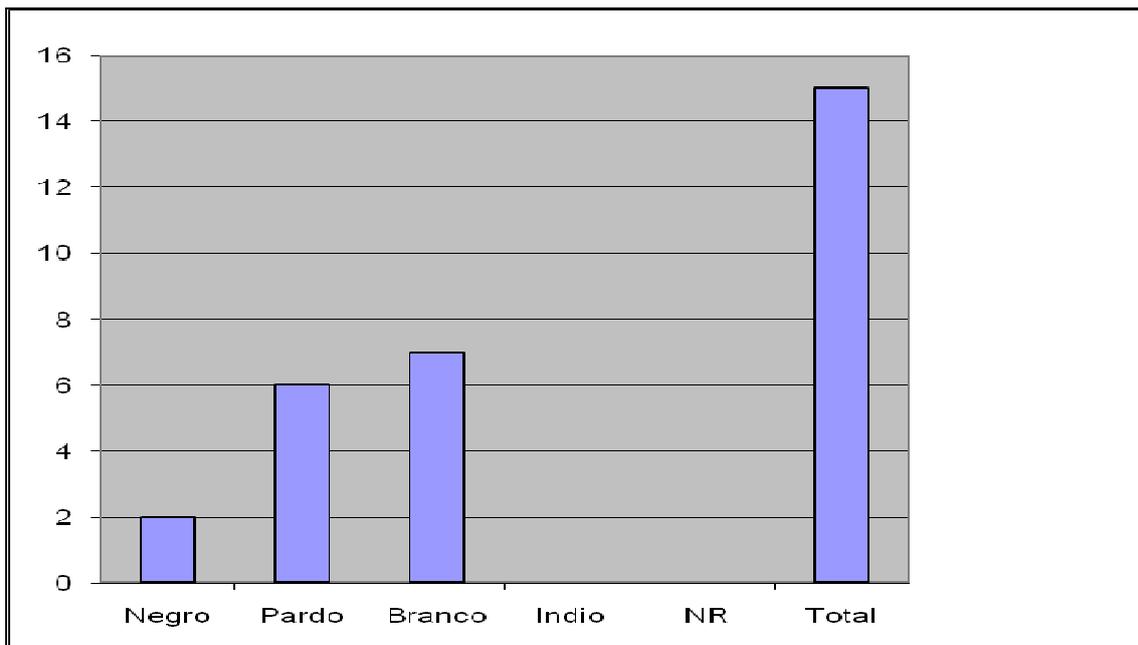


**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

**GRÁFICO 2 - Estado Civil**

**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

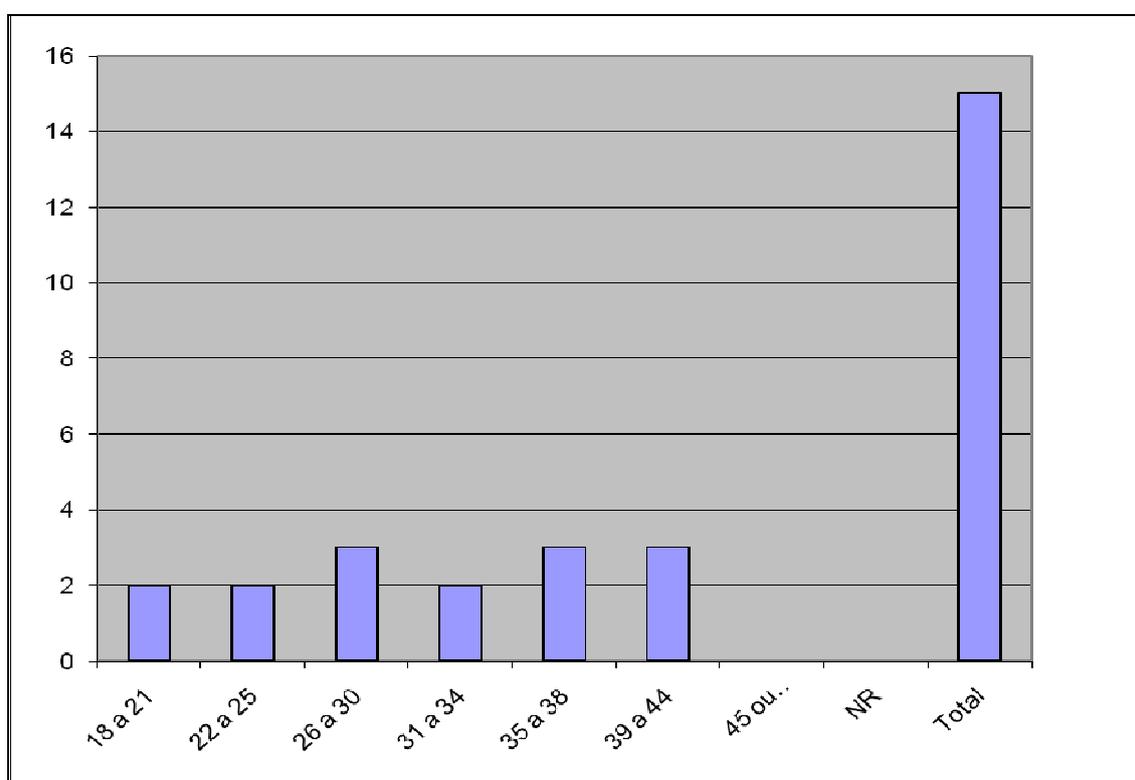
De acordo com os dados obtidos dos questionários, a maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa era de estudantes do sexo feminino, o que representa 53,3% do total (24 respondentes). O percentual correspondente ao quantitativo de casados é de 73,3%, conforme se pode observar nos gráficos 1 e 2, respectivamente.

**GRÁFICO 3 - Raça**

**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

O gráfico 3 refere-se à raça à qual os alunos se consideraram pertencer. É interessante observar que os dados coincidem com os números apresentados pelo IBGE<sup>13</sup> em 2008, quando também se constatou que a cor negra estava em terceiro lugar na admissão dos sujeitos pesquisados. Cabe destacar que a maioria dos alunos considerava-se da raça branca, totalizando 46,7%, e, em segundo lugar, os alunos pardos, o que equivale a 40,0%, e os que se consideravam negros 13,3% dos entrevistados.

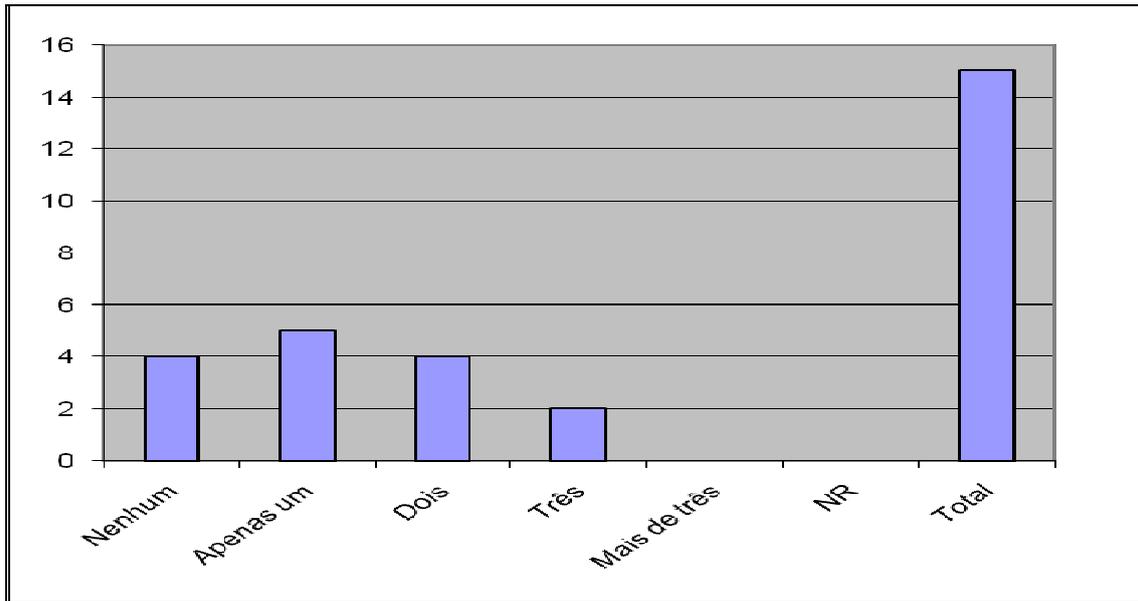
#### GRÁFICO 4 - Idade



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

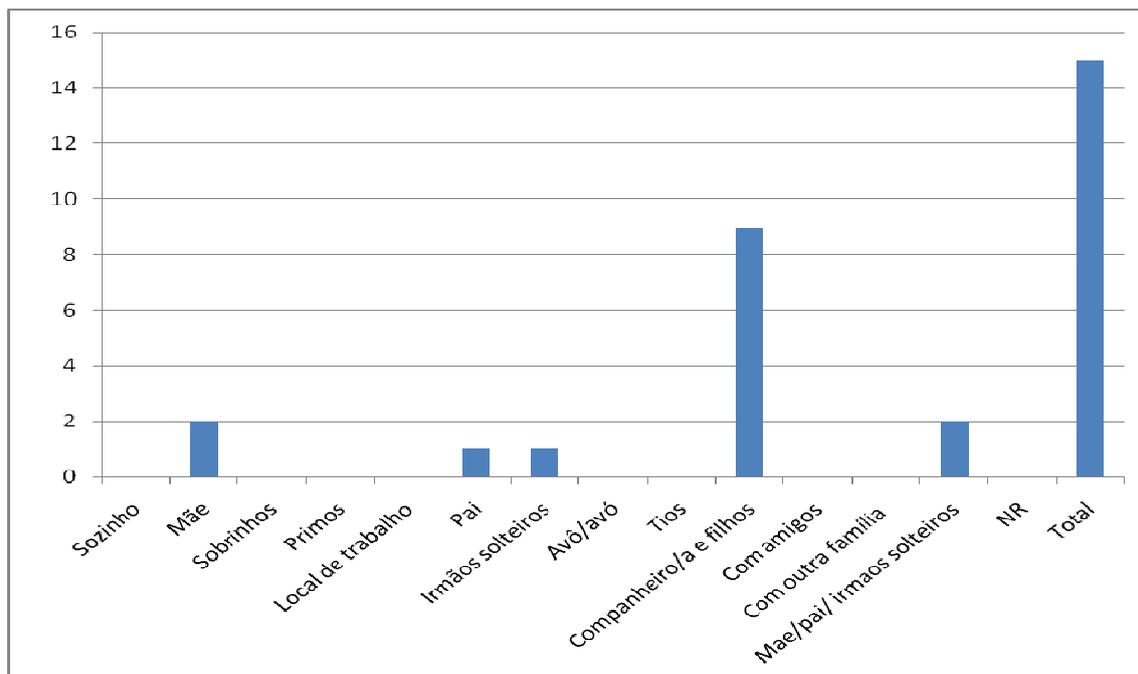
O gráfico 4 mostra a idade desses jovens e adultos. A maioria tinha entre 26 e 44 anos e não consta nos dados apresentados nenhum adulto acima de 45 anos.

<sup>13</sup> Distribuição percentual da população, segundo a cor ou raça Brasil – 1998/2008. (IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008).

**GRÁFICO 5 - Quantidade de Filhos**

**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

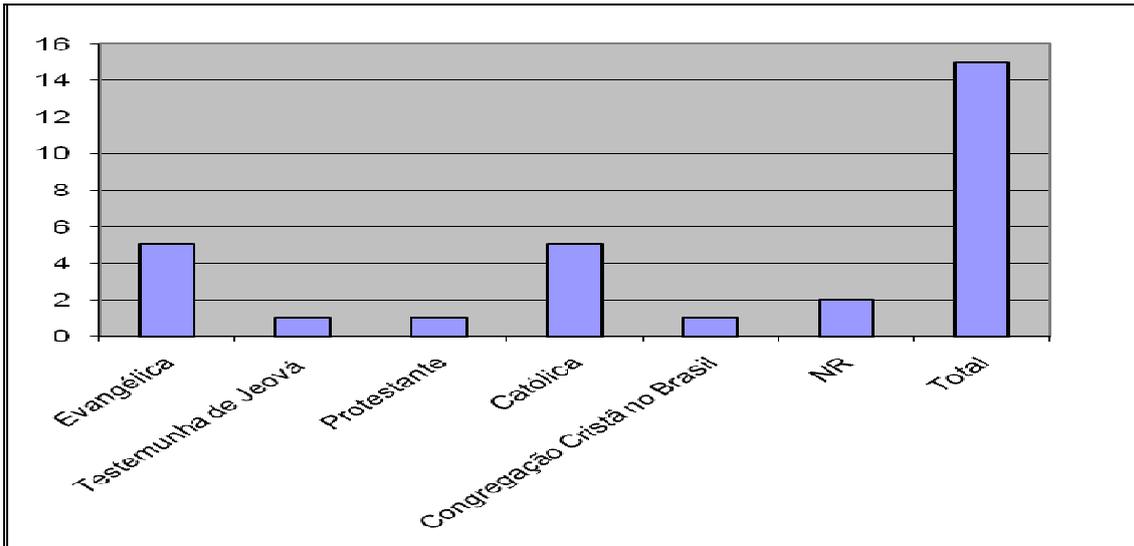
Concernente ao estado civil dos entrevistados, a maior parte declarou-se casada, pode-se observar, no gráfico 5, que há um alto índice de educandos com filhos. Esses sujeitos totalizam 73,3% dos entrevistados.

**GRÁFICO 6 - Pessoas com as quais residem**

**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

O gráfico 6 aponta que 60,0% dos alunos (9), responderam que residem com companheiro(a) e filho(s) e 26,6% moravam somente com a mãe e que residem com a mãe, o pai e irmão. Na maioria das residências desses jovens e adultos habitam quatro ou mais pessoas.

### GRÁFICO 7 - Qual religião

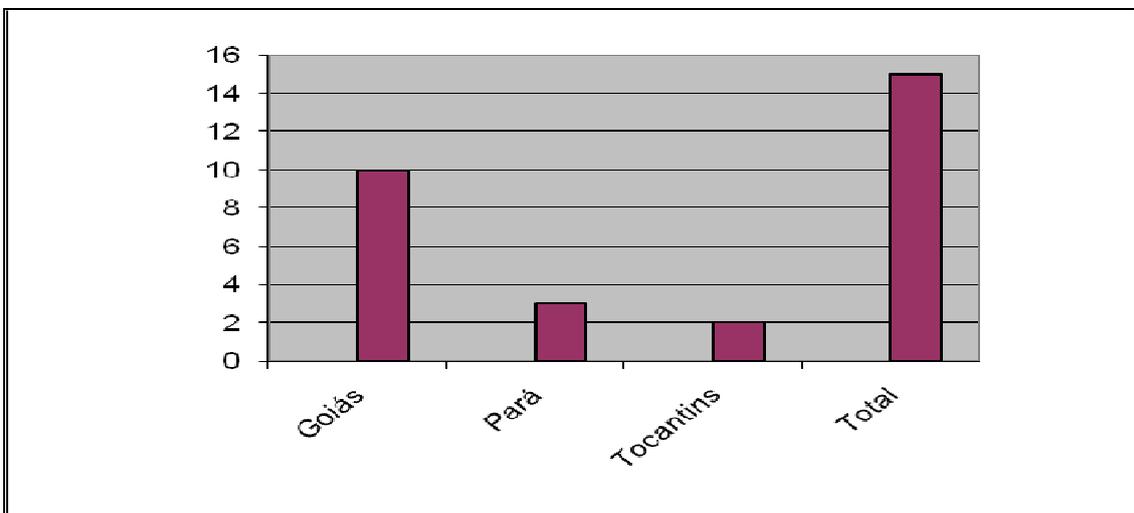


**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

A turma, em sua maioria, é composta por pessoas que disseram acreditar em alguma religião, sobretudo, as religiões católica (33,3%) e evangélica (33,3%).

O próximo gráfico traz informações sobre a naturalidade dos entrevistados.

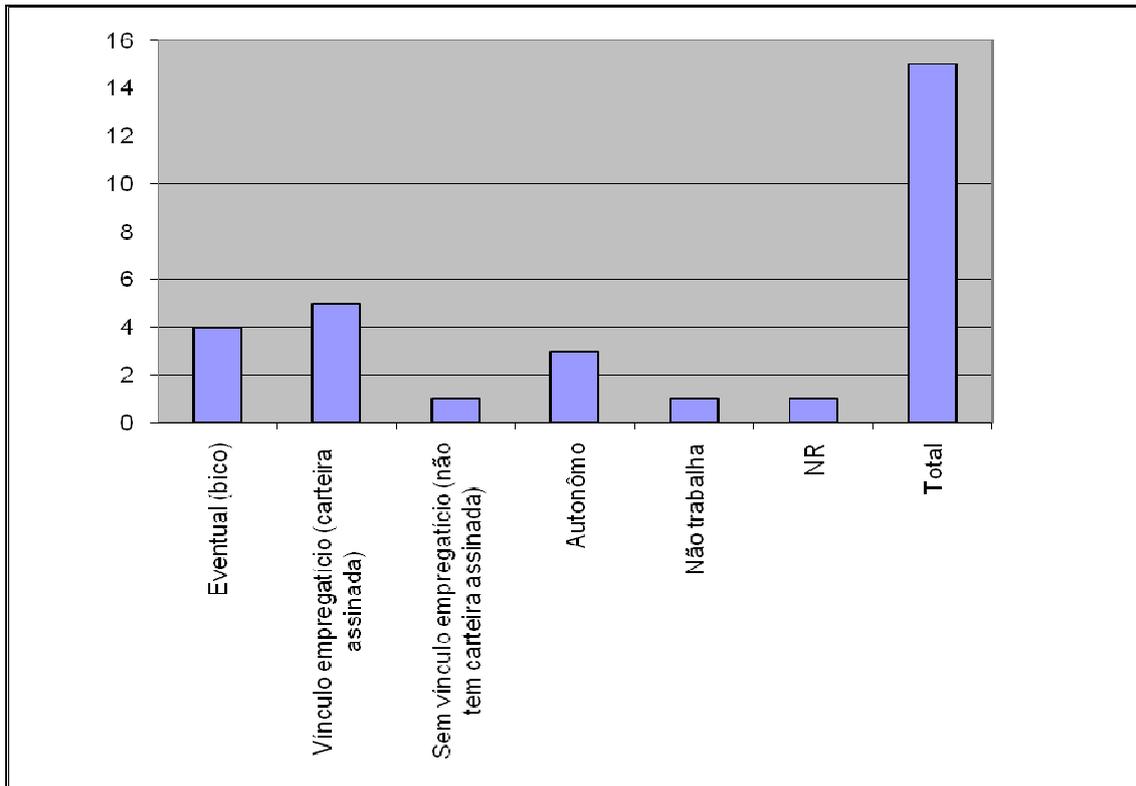
### GRÁFICO 8 - Naturalidade



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

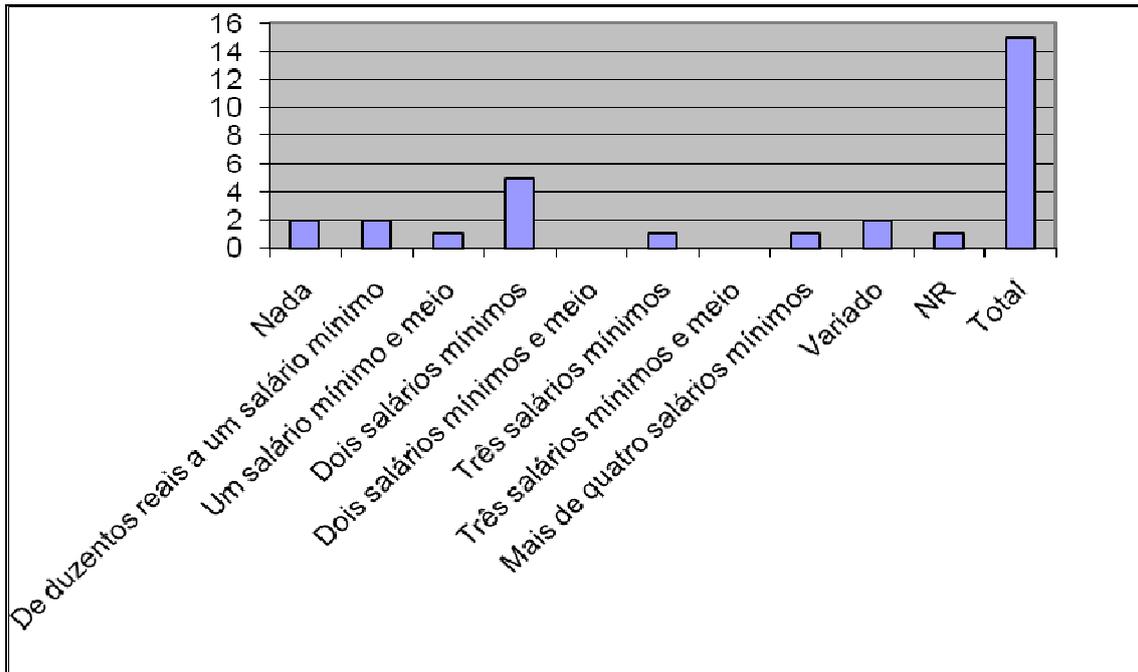
Constata-se que era uma turma composta praticamente por goianos, que totalizam 66,7% (dez entrevistados), e os outros 33,3% (cinco respondentes) estavam distribuídos entre os estados do Pará e Tocantins.

**GRÁFICO 9 - Atividade remunerada**



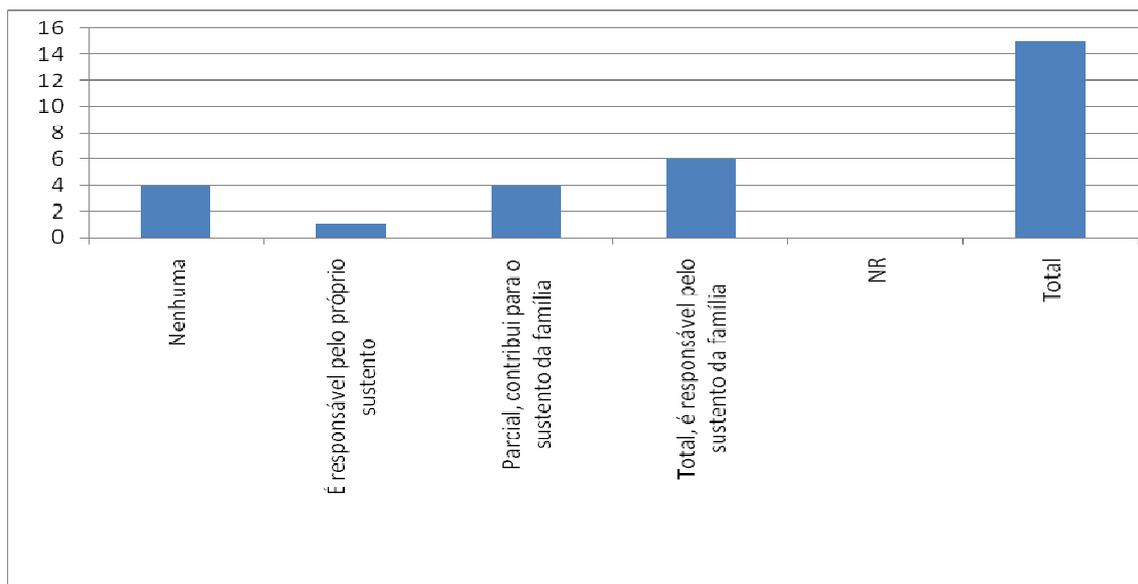
**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

Os gráficos 9, 10 e 11 referem-se à remuneração dos alunos e mostram que parte significativa dos sujeitos entrevistados (86,7%) exercia atividades remuneradas. A faixa salarial (gráfico 10), de 53,3% desses alunos, varia entre duzentos reais e mil reais. Havia 33,4% dos alunos empregados em trabalhos eventuais e sem nenhum vínculo empregatício.

**GRÁFICO 10 - Faixa salarial**

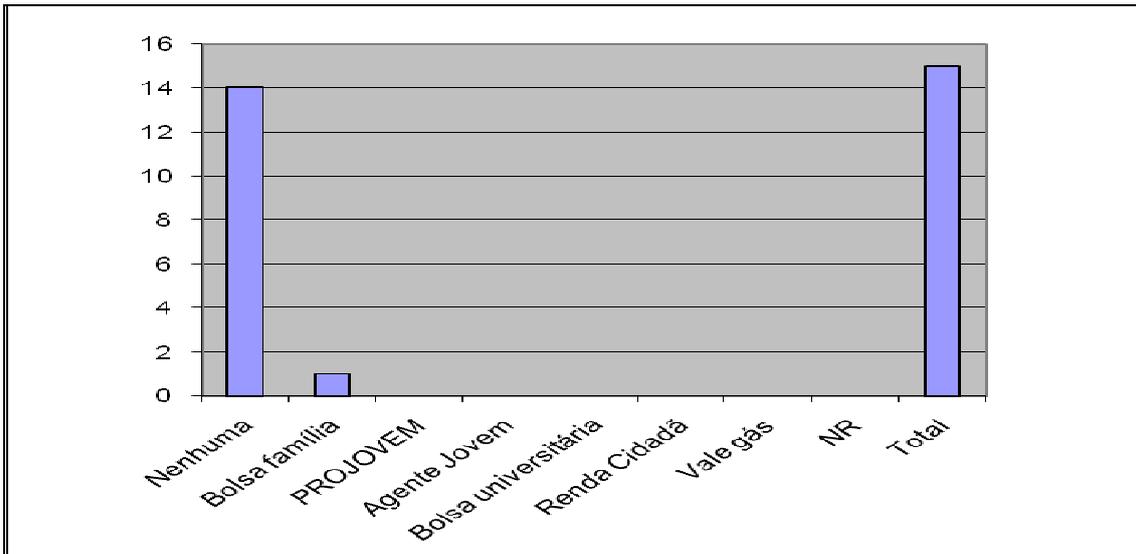
**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

Dentre os respondentes, oito recebiam até um salário mínimo e meio e quatro pesquisados (26,7%) não participavam da vida econômica da família. Os outros 73,4% totalizam os sujeitos que participavam da renda familiar ou eram responsáveis pelo próprio sustento e da família.

**GRÁFICO 11 - Participação na renda familiar**

**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

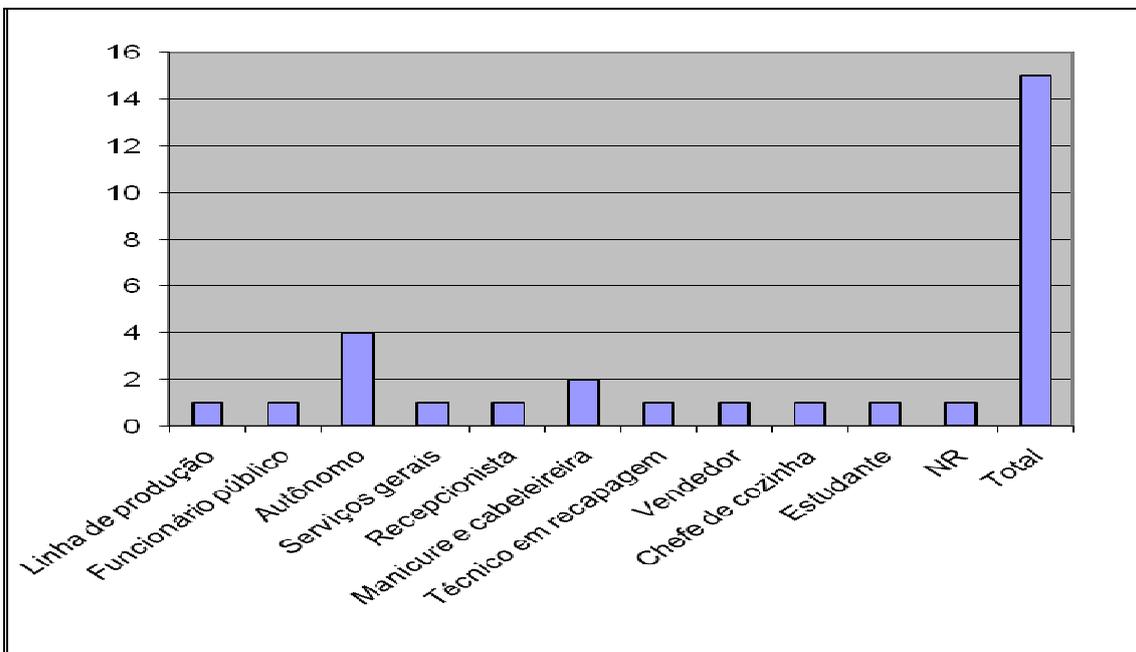
### GRÁFICO 12 - Ajuda financeira do Governo



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

No que se refere ainda à remuneração, a maioria dos alunos declarou não receber nenhum tipo de ajuda do governo. Eles somavam 93,3% dos entrevistados, de acordo com os dados apresentados.

### GRÁFICO 13 - Profissão

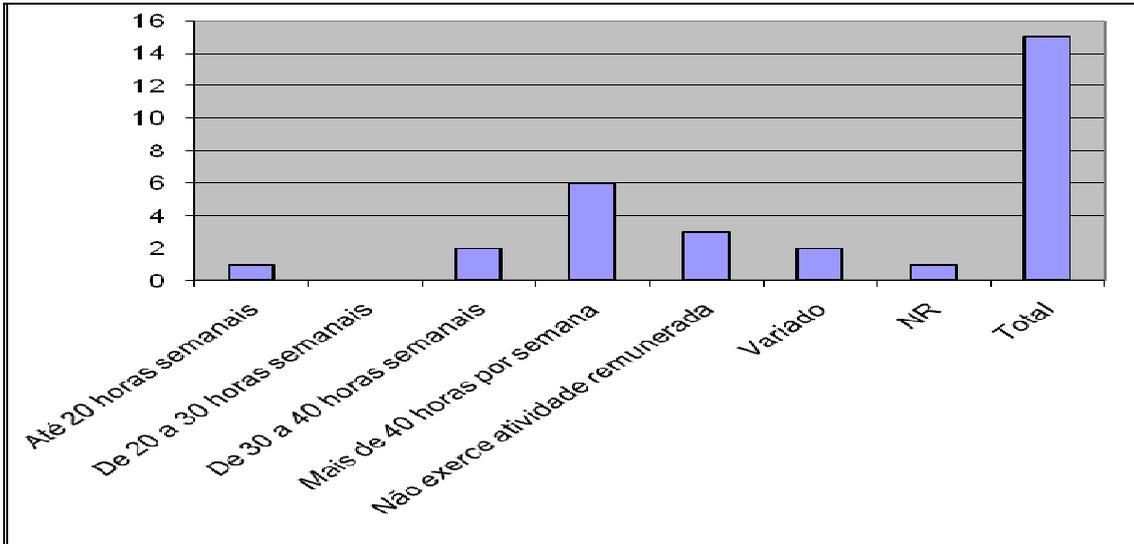


**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

O gráfico 13 apresenta as mais variadas profissões exercidas pelos entrevistados. Os autônomos totalizavam 26,7%, seguidos pelos profissionais da

estética (13,3%). Ressalta-se que, por ser uma turma do período matutino, normalmente os sujeitos trabalhadores exercem suas atividades laborativas nos turnos vespertino e noturno.

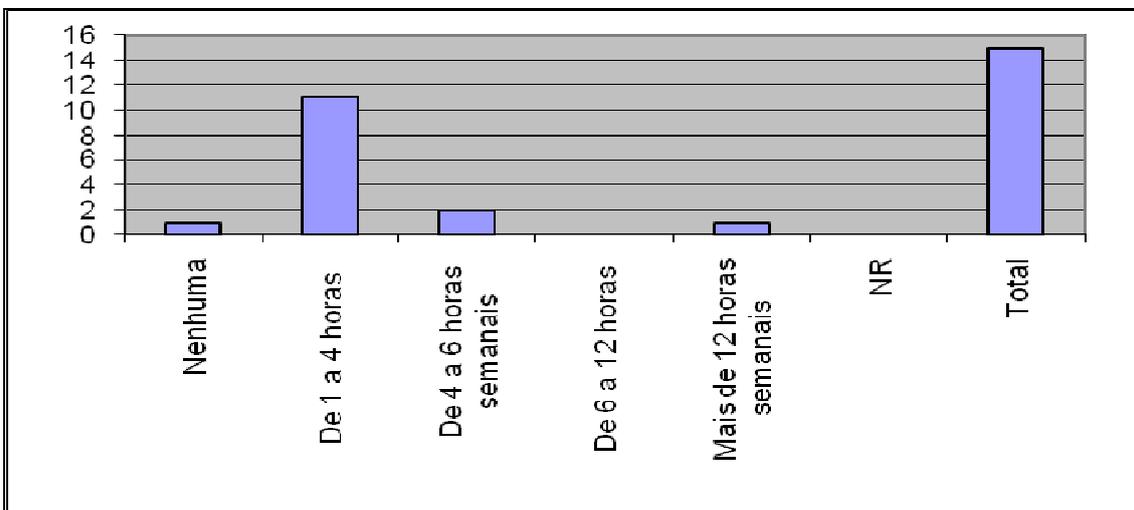
**GRÁFICO 14 - Horas trabalhadas**



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

O gráfico 14 representa as horas trabalhadas por semana pelos estudantes trabalhadores e como a jornada de trabalho pode interferir no exercício de outras atividades. Seis respondentes (40,0%) que trabalhavam mais de quarenta horas por semana.

**GRÁFICO 15 - Tempo disponível ao estudo e a leitura**

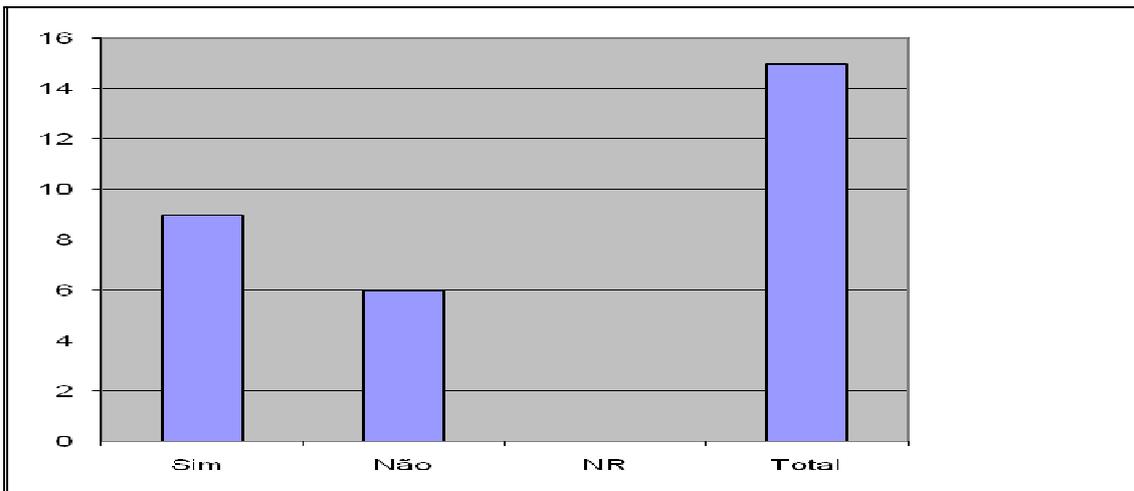


**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

O gráfico 15 apresenta o período destinado ao estudo e à leitura. Pode-se observar que 73,3% dos entrevistados dedicavam a essas atividades de uma a quatro horas durante a semana. E, durante os momentos que os alunos consideraram como *livre*, a preferência era ouvir música e assistir à televisão.

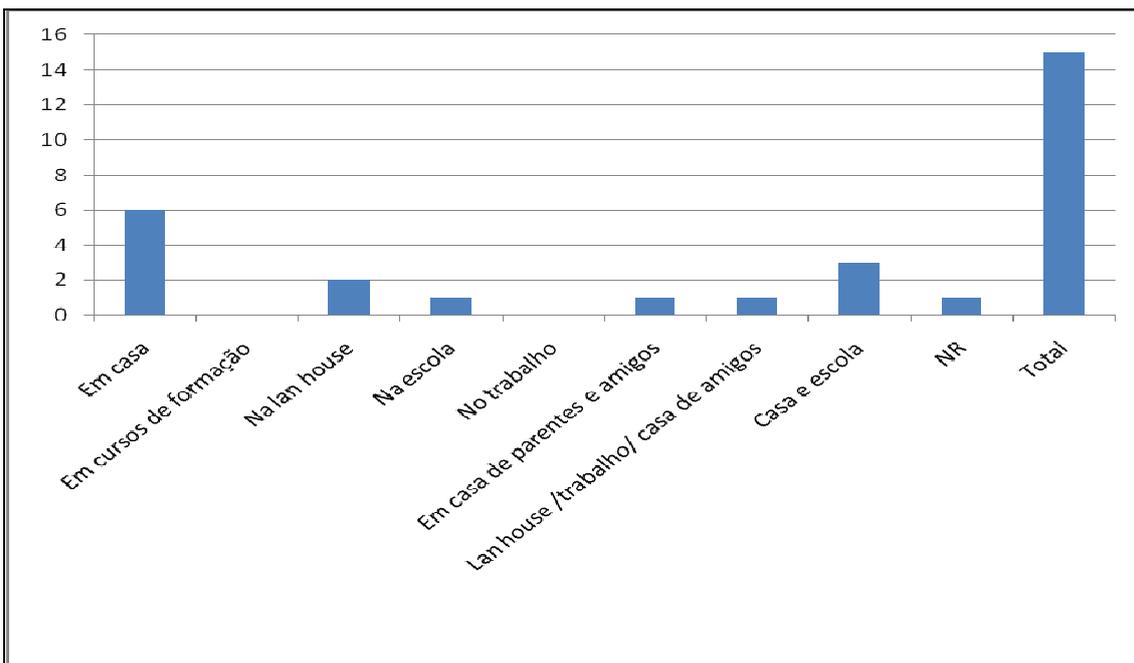
Os gráficos 16 e 17 apresentam informações referentes ao acesso à informática.

### GRÁFICO 16 - Têm computador



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

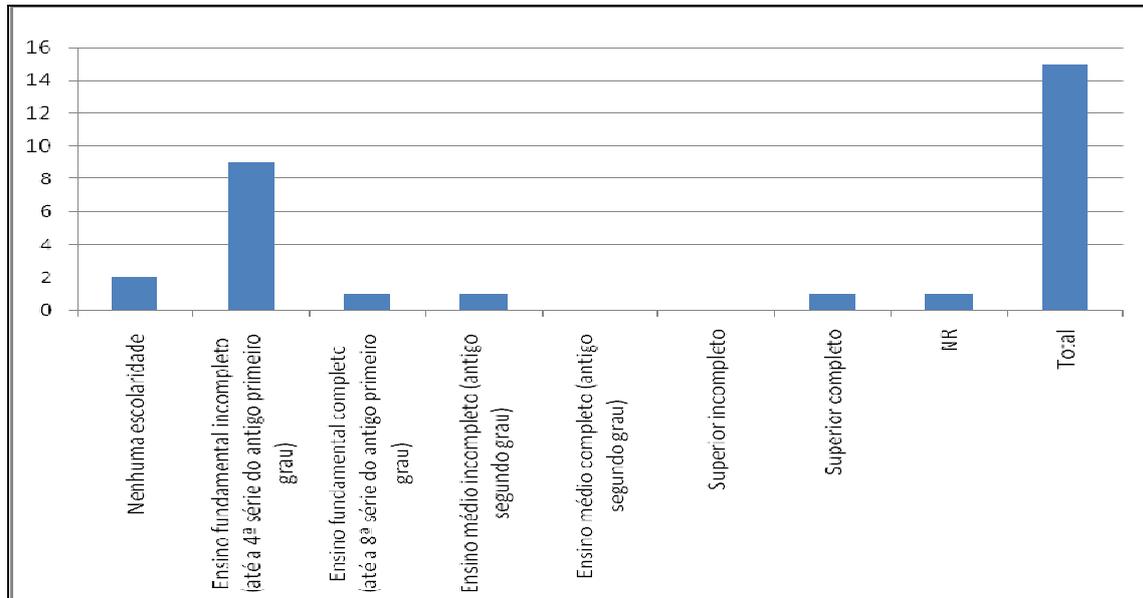
### GRÁFICO 17 - Uso da internet



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

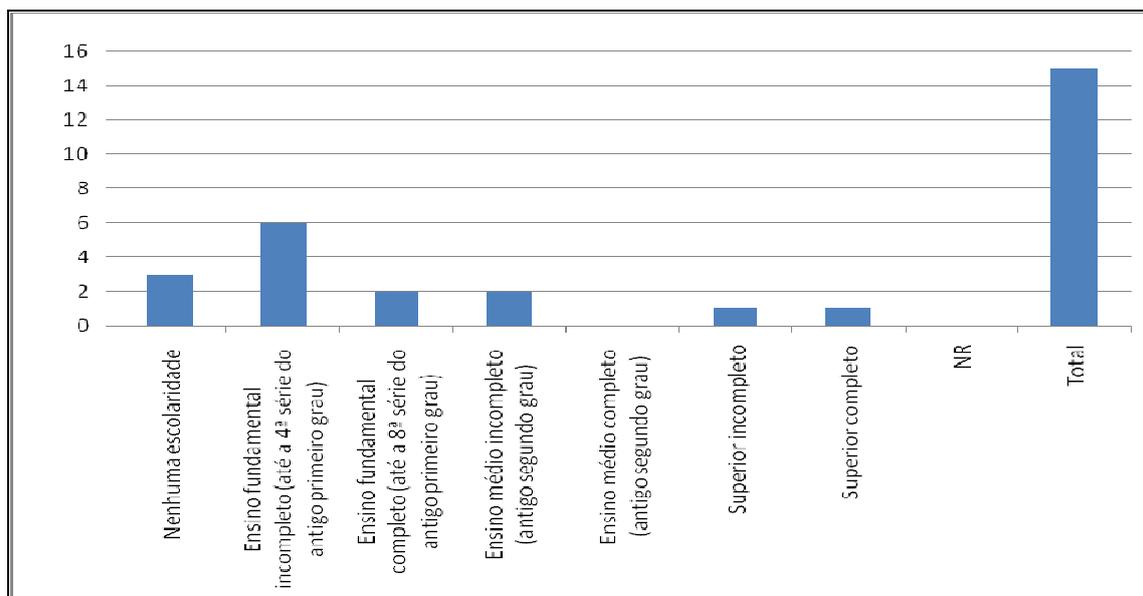
Ao analisar os gráficos nota-se que a maioria dos entrevistados (60%) possuía computador em casa e declararam ter acesso à *internet* na própria residência.

**GRÁFICO 18 - Escolaridade da mãe**



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

**GRÁFICO 19 - Escolaridade do pai**

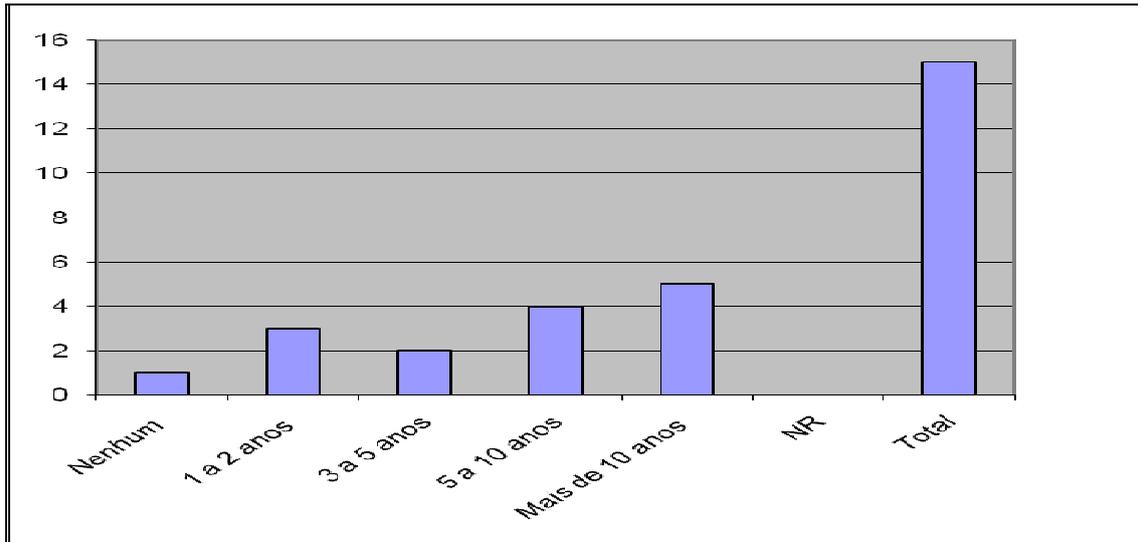


**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

Os gráficos 18 e 19 referem-se às informações sobre a família: escolaridade da mãe e do pai.

Dentre os 15 questionários respondidos, constata-se que no que se refere à escolaridade, a maioria, tanto das mães 11 (73,3%), quanto dos pais 9 (60,0%), não tem até a formação de nível fundamental completa. Observa-se também que apenas um pai e um mãe possuem formação superior completa.

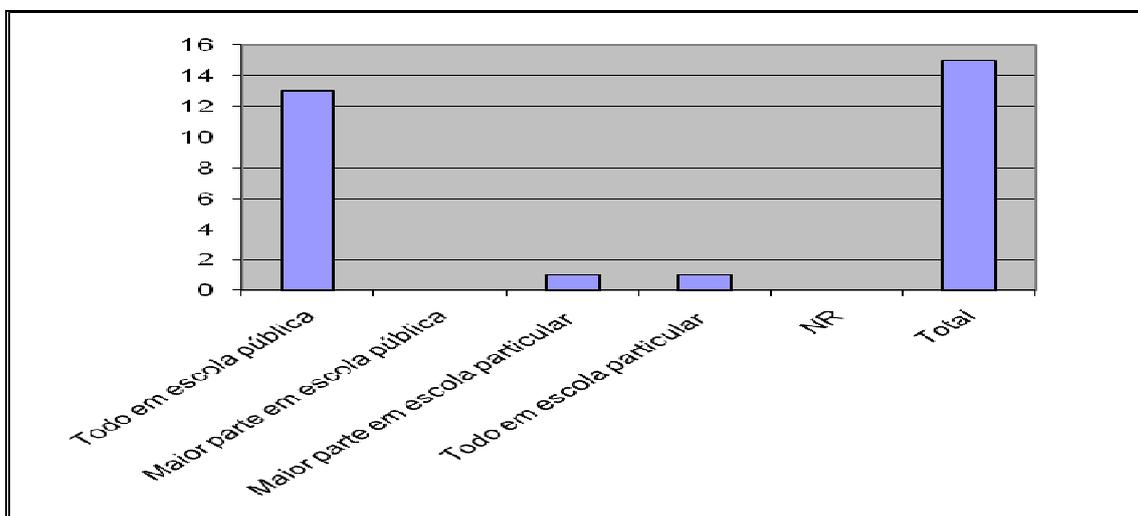
### GRÁFICO 20 - Tempo que ficou sem estudar



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

Os gráficos 20 e 21 mostram que 60%; ou seja, nove alunos ficaram mais de cinco anos sem estudar e que 86,7%, o equivalente a 13 respondentes, realizaram seus estudos na rede pública de ensino.

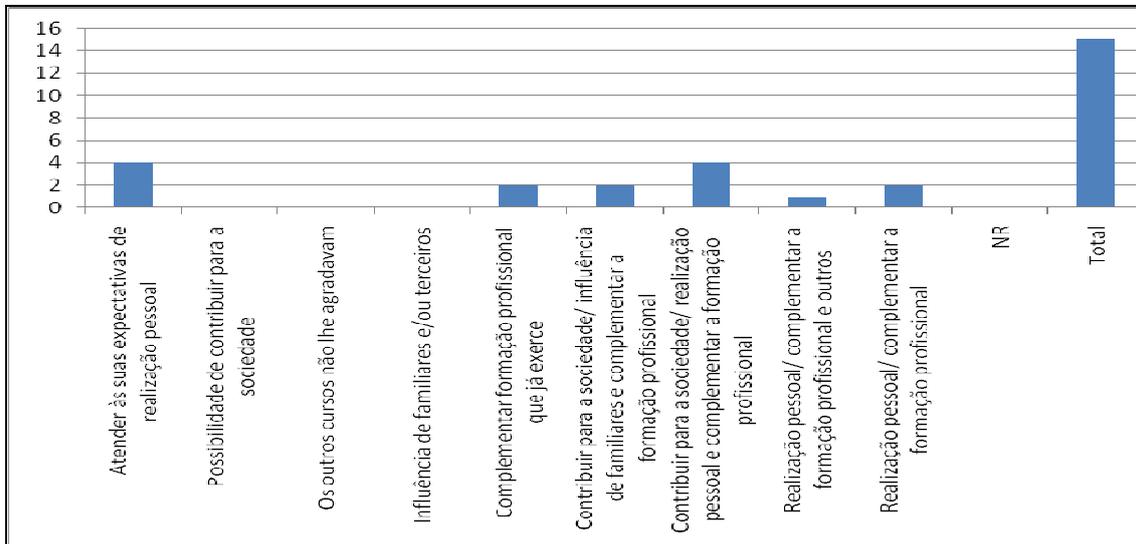
### GRÁFICO 21 - Rede de ensino que cursou o Ensino Fundamental



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

A seguir, são apresentadas as informações referentes ao curso e às expectativas profissionais.

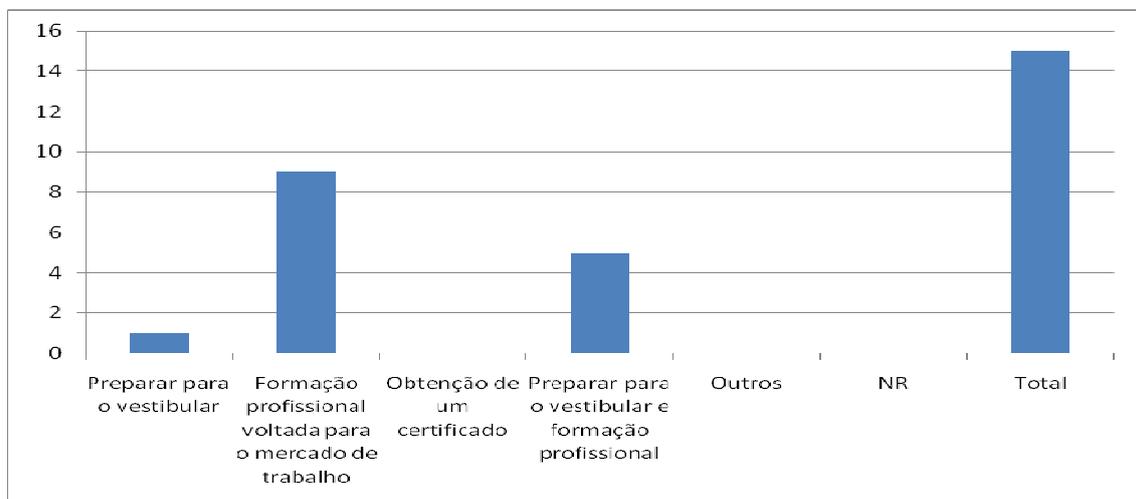
### GRÁFICO 22 - Motivos para a escolha do curso



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

Conforme o gráfico 22, os alunos entrevistados revelaram os principais motivos da escolha do curso, e os três mais indicados foram: atender às expectativas de realização pessoal e contribuir para a sociedade/realização pessoal e complementar a formação profissional (60%); realização pessoal/possibilidade de contribuir para a sociedade/influência de familiares e complementar a formação profissional (26,6%).

### GRÁFICO 23 - Expectativa ao cursar o ensino médio



**Fonte:** dados relativos à turma de primeira série do ensino médio, do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss, iniciada em 2009.

As duas expectativas mais importantes dos alunos ao cursarem o ensino médio estão dispostas na ordem: a formação profissional voltada para o mercado de trabalho (60%); preparação para o vestibular e formação profissional (33,3%) e somente preparar para o vestibular (6,7%). Portanto, percebe-se que a maioria dos alunos aspira à ascensão profissional por meio dos estudos.

Dessa forma, apresentou-se o perfil dos sujeitos jovens e adultos aprendentes da turma pesquisada, que ingressaram na primeira série do ensino médio, no Ceja Universitário, em janeiro de 2009, no Curso Assistente Administrativo – Proeja.

### **CAPÍTULO III**

#### **O PROEJA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS**

Diante dos objetivos proclamados pelos documentos oficiais – implantar uma política pública de inclusão com formação profissional, ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos e estimular o ingresso e permanência de jovens e adultos no mundo do trabalho – suscitaram-se várias indagações que circundam e constituem as falas dos sujeitos envolvidos na implantação do Proeja. Portanto, são eles os sujeitos envolvidos na pesquisa: gestores do MEC, da Suesp/GO e da Seduc/GO, gestores, coordenadores e professores, bem como os alunos da terceira série do Curso Assistente Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss. Neste capítulo, pretende-se analisar as concepções/representações dos sujeitos entrevistados<sup>14</sup> vinculados ao programa, tendo como referência a perspectiva teórica do trabalho e da educação profissional.

Para análise, o texto apoia-se no entendimento de que a vida social existe simultaneamente com as representações sociais<sup>15</sup> que dela fazem parte os homens, e,

nesse sentido, há a compreensão de que a vida social é constituída por agentes e suas praticas sociais, permeadas pelas representações ou concepções que eles elaboram. Os agentes são eminentemente ativos e atuantes e, na relação com as posições sociais que ocupam, produzem representações e práticas em um processo dinâmico (QUEIROZ; ANDRADE; CANEZIN, 2007, p. 37).

Vale ressaltar que os diferentes espaços sociais constituem-se em campos educativos, no qual surgem lutas e enfrentamentos de grupos, classes e sujeitos diversos e que,

no exercício do poder, temporalmente delimitado pela periodização da gestão, estão em jogo a conjunção de forças partidárias que se agregam e se atritam, e também as concepções de mundo dos gestores que se movimentam para implementá-las (QUEIROZ; ANDRADE; CANEZIN, 2007, p. 36).

---

<sup>14</sup> Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios, objetivando manter o sigilo sobre a identidade os entrevistados. Será apresentado o perfil de cada entrevistado e posteriormente, pretende-se analisar qualitativamente a fala de cada um.

<sup>15</sup> “Representações sociais, genericamente, são modos de pensar, concepções de mundo, discursos, imanentemente constitutivos da forma como os agentes produzem suas condições históricas de existência” (QUEIROZ; ANDRADE; CANEZIN, 2007, p. 37).

É mister destacar que a escola e o trabalho fazem parte desses campos educativos que desenvolvem ações e buscam formar jovens e adultos, por meio da dinâmica do poder público.

### **3.1 Os gestores federais e estaduais e suas concepções (de trabalho e de educação profissional) acerca da implantação do Proeja**

Neste tópico, pretende-se apreender como os gestores públicos federais e estaduais concebem o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), visto que cabe aos atores institucionais o exercício dialógico e a concretização de ideias, programas e projetos para as redes e sistemas públicos de educação do Brasil.

Foram entrevistadas três gestoras<sup>16</sup> da Setec/MEC; uma gestora da Suesp/GO e uma gestora da Gerência de EJA da Seduc/GO, que discorreram sobre as categorias de educação profissional, educação de jovens e adultos, currículo integrado, legislação que rege o programa, o quadro de profissionais nele envolvidos, recursos que o mantêm e dificuldades para a sua implantação.

Cabe ressaltar que o Documento Base – Proeja (BRASIL, 2006), que orienta e subsidia as ações para a implantação e implementação do Proeja, foi elaborado sob a coordenação da gestora 1, da Setec/MEC.

Na concepção da gestora 1, o Proeja, nasce com base na reconfiguração dos mentores da Setec/MEC, que, após auditoria anual do Tribunal de Contas, realizada nas instituições federais, reconheceram a necessidade real de qualificação e formação profissional consideradas “ações de inclusão social, porque naquele período, o Plano Plurianual chamava *Brasil, um país de todos*, e o eixo das políticas do primeiro mandato do governo Lula era a inclusão social”. A necessidade de atuação em consonância com as diretrizes gerais das políticas do governo federal foram as principais causas do surgimento do Programa.

De acordo com o relato da gestora 2, o Proeja vem ao encontro de uma necessidade real e concreta dos sujeitos da EJA, visto que “existem milhões de sujeitos fora da escola, e o Proeja vem como uma proposta de considerar este

---

<sup>16</sup> Em razão do sigilo sobre suas identidades, as gestoras foram denominadas: gestora 1, gestora 2, gestora 3, gestora 4 e gestora 5.

sujeito, um trabalhador ou tentar oportunizar um atrativo para que eles retornem para a escola”.

Conforme a gestora 1,

o Proeja no início foi pensado para ser implantado, devido às instituições federais estarem se elitizando e a necessidade delas terem alguma ação mais efetiva junto às populações marginalizadas, mas principalmente junto a jovens e adultos. Então, no dia 13 de junho de 2005, foi assinada a Portaria MEC nº 2.080/2005<sup>17</sup>.

A Portaria Ministerial depois transformou-se em um decreto. Ela foi concebida exclusivamente para instituições federais, somente cursos técnicos e ensino médio. Entretanto, a reação das instituições da rede federal, não foi exatamente como se esperava. As instituições federais, em sua maioria, habituadas com alunos com perfil mais elitizado, resistiram à implantação do Proeja. Assim, como forma de divulgar o programa e procurar formas mais adequadas para sua implantação, foram realizadas oficinas pedagógicas e organizado um grupo de trabalho para elaboração do Documento Base, com o objetivo de nortear o programa.

A gestora 1 reitera que, apesar de ser instituído por meio do Decreto nº 5.478/05 (BRASIL, 2005), a ação pública que desenhou e operacionalizou o Proeja, teve um grau de autonomia político-administrativa notável, uma vez que a ideia surgiu do Gabinete do Ministro. A gestora continua:

Foi um processo de constituição muito legítimo e ele é até hoje. Todas as escolas que a gente trabalhou, acabou formando um grupo que eram os coordenadores da especialização, uns até se desvincularam da especialização, mas continuaram nesse grupo que apóiam, faz seminários. Por exemplo, agora a gente financiou e deve acontecer em Goiás que a gente tem chamado de *Diálogos do Proeja*<sup>18</sup>. Esses locais acabam permitindo muita troca e acabam permitindo pra gente uma avaliação do programa vindo da base e a gente consegue revisá-lo, reformulá-lo, reconstruí-lo (gestora 1).

---

<sup>17</sup> A Portaria MEC nº 2.080 (BRASIL, 2005) estabelecia no artigo 1º, "no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA" (art. 1º).

<sup>18</sup> Diálogos Proeja é momento em que se poderá aprofundar questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem, de conhecer experiências construídas por professores e alunos neste processo e de discutir os limites, tensões e possibilidades da integração entre Educação Básica, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos com base no que tem sido feito no interior das instituições.

A gestora 2 discorre sobre o processo de elaboração do Programa e os critérios utilizados para escolha dos participantes. Cabe destacar, sobre a presença de outras instituições na elaboração do Documento Base do Proeja:

Foram chamados gestores e professores da Rede Federal e de Universidades, geralmente pessoas que já possuíam alguma produção prática, seja na área de EJA ou de EP. Outro critério importante foi a presença de pessoas da Rede Federal e Estadual (gestora 2).

Batistolli, Grossi Junior e Garcia (2010) afirmam que a atitude do governo federal, com o objetivo de angariar diferentes atores a participação em eventos ligados a educação profissional e tecnológica, propiciou que os gestores estaduais de educação profissional se organizassem e constituíssem espaços de discussão para tratar a temática. Assim, sobre a participação das unidades federadas Batistolli, Grossi Junior e Garcia (2010, p. 202) afirmam que

os Estados organizaram suas ações pautadas na visão política majoritária que está implantada naquela unidade federada. Significa dizer que, dentro da autonomia que lhe é conferida, assume as políticas propostas nacionalmente, de acordo com limites e direcionamento enunciado como seu projeto de governo.

Alguns aspectos, na opinião da gestora 1, são considerados relevantes para a implantação do Proeja, no plano nacional: os mentores do programa e a preocupação com o currículo integrado. Ela relata:

A professora Jaqueline Moll veio para a coordenação de política, ela tinha uma trajetória muito grande na educação popular, na educação de jovens e adultos. É lógico que a política não é feita de pessoas, mas algumas pessoas nos lugares certos, no momento certo, são decisivas. Eles eram grupos que estavam mais ou menos separados, ela traz pra dentro dessa discussão, nós conseguimos, na Secretaria, organizar com vários representantes a constituição do referencial teórico que são os documentos básicos (gestora 1).

Quanto à constituição do referencial teórico que orienta o Proeja, foram elaborados os seguintes documentos básicos: do nível técnico com o ensino médio, o da qualificação profissional com o ensino fundamental e, em seguida, o que se refere à questão indígena.

A gestora 1 ainda traz à reflexão a importância da pesquisa, seja nos cursos de mestrado, ou de doutorado, que têm o propósito de observar e analisar as várias dimensões do programa. Ela assinala que

outro desenho interessante é de grupos de pesquisa, hoje nós temos nove em andamento no país tem o subprojeto da UFG (Universidade Federal de Goiás), UNB (Universidade de Brasília) e da UCG (atual PUC-GO (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), são três que fazem o núcleo de pesquisa do Centro-Oeste que são financiamentos da Capes e da Setec (gestora 1).

A gestora 3 ratifica que as políticas apontam a inclusão social e ressalta a importância de outros segmentos envolvidos, como a Conferência Internacional de Educação de Adultos (Cofintea) e dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (Enejas). Nesses espaços, segundo a gestora há uma inserção da temática do mundo do trabalho, da necessidade de qualificação e formação profissional para o jovem e adulto.

Além das universidades, a experiência do programa em questão afeta outros setores de governo, com uma vinculação mais estreita com uns e menos com outros. De acordo com a gestora 3, em relação a outros setores, “tem demanda, do Ministério da Pesca e Agricultura, com formação na área de pesca e cultura; do Ministério da Justiça para trabalhar com a questão prisional e com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para trabalhar com a questão do indígena”.

A linha traçada entre esses setores e a oportunidade de continuidade e elevação da escolaridade do sujeito trabalhador e a capacitação para o trabalho, por meio da formação geral e profissional, fornecem a identidade do Proeja. Pois, para a gestora 3, “a integração vinha sendo discutida desde 2004; mas, não se tinha discutido na intensidade que foi discutido pra EJA, porque você tinha a questão de estar trabalhando com trabalhadores que têm um conhecimento que traz junto com ele”.

A gestora 4 integra-se à discussão e relata como se deu a implantação do referido programa, na Rede Estadual, em Goiás:

O Proeja foi implantado com o fim de resgatar o direito negado ao acesso à Educação Básica. É preciso conceder aos jovens e adultos, que não obtiveram escolarização em tempo hábil, a formação que lhes permita exercer a cidadania e emancipação, propiciando-lhes o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O programa em Goiás está sendo implantado por meio de um projeto piloto envolvendo seis Centros de Educação Profissional e seis Unidades de Ensino que mantêm a EJA, que, numa ação articulada, estão oferecendo cursos de qualificação profissional.

No entanto, a Gestora 5 afirma que a Secretaria da Educação (Seduc/GO) ficou à margem da implantação do Proeja em Goiás, pois na época a implantação do programa estava mais sob a responsabilidade da Suesp:

Quanto à implantação do Proeja no estado, eu não posso afirmar muita coisa, porque na época não era eu que estava na gerência. Quando eu entrei esse processo já estava todo montado, porque, na época, estava mais a cargo da Superintendência de Ensino Profissional. Com o rompimento, o ensino profissional passa a fazer parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia e sai da Secretaria de Educação e a gente começa a tomar pé do que é o Proeja; como estava e como deve ser; só que de forma muito superficial não dava para a gente ter uma noção precisa de como estava acontecendo.

De acordo com os relatos apresentados pelas gestoras 1, 2, 3 e 4, o Proeja vem atender aos anseios de uma classe de jovens e adultos estudantes e trabalhadores que buscam a formação profissional. Entretanto, percebe-se, com a afirmação da gestora 5 que, em Goiás, em razão da reforma administrativa, tanto a Secretaria da Educação quanto a Secretaria de Ciência e Tecnologia não conseguem articular suas ações para a implantação do programa, na Rede Estadual de ensino.

Quanto à forma de acesso ao curso a gestora 3 expõe:

Muitas instituições fizeram assim: “Ah, a gente faz aqui um processo seletivo, então nós vamos fazer a mesma coisa com o Proeja”. E eles perceberam que estavam errados. Porque não trazia o público da educação de jovens e adultos e, traziam muitos com o ensino médio feito, completo, o que não atende ao objetivo do Proeja que é elevar o nível de escolaridade.

Para a gestora 2, a experiência do Proeja revela-se como algo inovador em sua organicidade, visto que não se identifica com a prática de ensino regular de EJA ou da Educação Profissional. Trata-se de uma nova forma de perceber e de aceitar que a formação ocorre ao longo da vida, que os sujeitos da EJA já dispõem de conhecimento no presente e, que todo tempo é de aprendizagem, já que se aprende em todo lugar. Assim, considera-se a aprendizagem com um formato mais diverso do que o semestre, do que o ano escolar. “É um novo campo epistemológico ‘em ser’. Não é uma coisa ou outra. É um grande desafio também”, conforme afirma a gestora.

A gestora 4 posiciona-se de forma contrária às gestoras do MEC, pois ela considera que a prática se identifica com as duas modalidades – EJA e Educação Profissional – já que a intenção é integrar. Portanto, não se pode distanciar uma da

outra. Segundo a gestora, “trata-se de um programa de integração que pretende convergir estas modalidades educativas”.

No entanto, quanto à organização curricular as opiniões convergem, como se pode constatar na afirmação da gestora 4:

A organização curricular dos cursos, preservado o atendimento das diretrizes legais está diretamente vinculada ao grau de autonomia das instituições. A EJA possibilita aos agentes educacionais a superação dos modelos curriculares tradicionais. Essa concepção permite o uso de práticas curriculares inovadoras que promovem e valorizam saberes já adquiridos e o respeito às diversidades.

Quanto à prática do educador, as gestoras mostram a importância do comprometimento e da disponibilidade, como características essenciais para o exercício da profissão:

A primeira característica é comprometimento. O professor do Proeja tem que enxergar a dificuldade do aluno e descobrir porque ele tem aquela dificuldade. Não é só assim, você tem essa dificuldade, não atingiu o que se esperava, *tchau* ou então sua nota vai ficar baixa, e pronto. Tem uma parte que é envolvimento do aluno, mas tem uma grande parte exigida do professor que é compreender o que está faltando pro aluno chegar àquela aprendizagem. E se a pessoa não estiver comprometida ela desiste, porque é trabalhoso e pensa assim: “enquanto eu numa turma vou por uma prova e vou avaliar quarenta pessoas numa rodada só, o processo do Proeja que está posto é diferente” (gestora 1).

Precisa ter formação pedagógica fundamentada na concepção do trabalho, visto que, esta se constitui aspecto essencial para o aprimoramento profissional do educador do Proeja, na medida em que possibilita o conhecimento dos alunos com diferentes identidades, histórias e trajetórias preparando-os tanto para vida quanto para o trabalho (gestora 4).

Concernente ao pensamento das gestoras há que se reconhecer a crítica à falta de disponibilidade do professor e das instituições para a formação continuada e planejamento coletivo. É necessário compreender que esse momento vai além da reunião para repasse de informações conforme depoimento da gestora 1:

Essa reunião tem que ter um espaço de encaminhamento, um espaço de informação, é o momento em que o professor X vai conversar com o professor Y que trabalha com a mesma turma que ele e que eles vão discutir como antecipam esse problema que vai surgir ou como eles tratam o que está aparecendo.

Essa questão também afeta o alcance dos objetivos proclamados no documento, em termos de política pública. Além disso, a gestora 1 atenta para o envolvimento do Sistema S com o programa

Os objetivos são alcançados parcialmente. Acho que tem uma coisa expressa no documento que talvez se reflita um momento, ele traz o retrato do que se conseguia com acatar conjunturas de quando ele foi escrito, num ponto de vista de gestão do programa. A outra coisa que tinha para política nacional é o envolvimento do sistema 'S', que tem de ser muito bem estudado, muito bem trabalhado, tem que se envolver dentro da mesma perspectiva.

A gestora 4 admite que houve avanços significativos, de pontos construídos, reconstruídos, mas, ainda, “há limitações entre a forma como essa intencionalidade prevista no documento base se materializa politicamente e as ações efetivas para a concretização dessas políticas”.

Da mesma forma, são vistas a concepção e a elaboração do currículo, expressas no Documento Base, como uma proposta integrada e que norteia as ações do Proeja. De acordo com os depoimentos das gestoras, a concepção de currículo está se instituindo em planos e trajetórias diferentes e depende da formação dos docentes:

O que a gente percebe é que as pessoas foram provocadas, as instituições foram tiradas do espaço de conforto. Os pais, os educandos, os cônjuges, os filhos dos educandos que muitas vezes são colegas deles. Por essa questão, eu acho que do ponto de vista curricular a gente tem uma desacomodação. A segunda etapa é que escolas realmente têm se debruçado para conseguir currículos mais alinhados com o que está posto no documento base, Goiás é um exemplo disso. Acho que ainda falta muito, vai caminhar muito, vai rever muito, nunca vai achar o ponto ideal porque são coisas que estão sempre mudando. Mas o que a gente percebe é que existe caminhada e que está melhor do que antes, melhor do ponto de vista que está mais orientado do que estava antes (gestora 1).

A questão curricular é difícil de ser realizada, mas não é impossível. Tem que ter momentos para reunião. Mas, momentos que as pessoas possam ir. Capacidade de fato, de se realizar. Não é querer que a integração aconteça e não sentar para planejar junto. Não dá! Você pode fazer um projeto maravilhoso; mas, se você não rearticular, não fizer um replanejamento, não vai sair. Porque senão, a gente está fazendo uma justaposição na escola (gestora ).

A gestora 5 relata que, apesar da intenção de trabalhar com o currículo integrado, a ideia não se concretizou, na implantação inicial do programa pela Secretaria da Educação:

Porque todo mundo tinha a preocupação de que realmente fosse implantado e que tivesse sucesso. A ideia nossa é que teria que ser dado integrado. Só que a única forma que a gente encontrou naquele momento, era que se faria em duas instituições; porque não dava para fazer de forma integrada, até porque tinha toda uma matriz curricular, que já tinha que ser pensada, mas não tinha sido pensada. E aí nós até montamos uma matriz curricular, na época, para trabalhar tanto integrando a parte profissional como a parte da área do conhecimento; e aí, vai usar algum dia do plantão

para trabalhar a parte profissional e os demais dias trabalharia as partes das áreas do conhecimento.

No entanto, de acordo com a mesma gestora,

nesse mesmo período, a Suesp soltou um edital convocando os nossos alunos para se inscreverem para fazer o curso de Proeja, totalmente alheio às nossas matrículas. A gente tinha combinado que seria feito de forma integrada, que a gente sentaria e definiria esse edital junto, em conjunto. Só que não foi feito dessa forma. Eles fizeram, implantaram e nós tentamos de todas as formas fazer essa articulação, essa parceria, mas isso não foi possível. É um momento de rompimento, que não é fácil.

No tocante à alteração na legislação que trata da educação profissional, para a implantação do Proeja, ter deflagrado mudanças curriculares na organização dos cursos e até no processo seletivo, as opiniões das gestoras são diferentes. Conforme relata a gestora 1, “o Proeja traz uma mudança maior ainda, porque a gente não tem outra legislação que regulamente a formação continuada. É o único decreto, a única lei que regulamenta”.

No entanto, a gestora 3 afirma: “Deveria ter refletido, sim. E deveria ter feito mais. Principalmente, a organização curricular, a gente percebe que ainda está muito na caixinha”.

Para a gestora 4, na rede de ensino estadual goiana,

na verdade, não houve mudanças significativas, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais disciplinadas no Decreto Federal nº 5.154/04 e no Parecer Federal de nº 16/99 foram mantidas. A alteração mais significativa diz respeito à carga horária dos cursos interpretada no Parecer CNE/CEB nº 20/2005<sup>19</sup>.

Outro aspecto a ser analisado é a fonte de recursos que mantém o programa e como se efetiva o repasse dessa verba. De acordo com as gestoras, há duas fontes de recursos com dois modelos, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que é obrigatório e condiciona os valores ao número de matrículas, e a transferência voluntária, que é feita mediante convênio.

---

<sup>19</sup> Parecer CNE/CEB nº 20/2005 (BRASIL, 2005) estabelece no Artigo 6º: “Os cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio realizados de forma integrada com o Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA de Ensino Médio deverão contar com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à Educação Geral, cumulativamente com a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica de nível médio, desenvolvidas de acordo com Projeto Pedagógico unificado, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação”.

A gestora 3 refere-se à origem e à descentralização da verba a ser utilizada no Proeja, nas redes estaduais e municipais:

A descentralização é prioritariamente para a Rede Federal. Não há recurso internacional, tudo é do tesouro nacional. Em 2005 e 2006, quando ele foi implantado, a Setec descentralizou recurso para a implantação: precisava reformar as escolas, formação de professores. A partir daí, no próximo ano de oferta, ele é um curso regular da escola, ele não tem todo ano uma descentralização. Por isso, a gente diz hoje que o Proeja é um curso da escola, ele está institucionalizado, porque ele não depende de uma ajuda extra da Setec para acontecer.

De acordo com a gestora 1, do MEC, a prestação de contas financeira e pedagógica, é feita da seguinte forma:

No estado e município é feita via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), eles têm que seguir toda legislação, tem os prazos de prestação de contas. Até 2005 o pessoal prestava conta só do financeiro. Cada vez mais, a gente tem exigido que eles prestem conta do pedagógico, por exemplo, o ano passado quando o estado de Goiás prestou conta de um convênio que fez com o MEC, foram duas técnicas ver as turmas e isso a gente tá fazendo no país inteiro. Eu não quero saber se eu te dei dez e você gastou dez, quero saber se eu te dei e você gastou dez com aquilo que você falou que ia gastar os dez e qual o resultado disso, qual a efetividade, a qualidade da utilização.

As gestoras reiteram que os relatórios de gestão são anuais, e que em 2009, foram investidos trinta e cinco milhões de reais nessas ações: vagas para estudantes e formação dos profissionais para as redes federal e estadual.

Quanto ao quadro de agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação), as gestoras esclarecem:

Atualmente, os Técnicos em Assuntos Educacionais da Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica são os que estão diretamente responsáveis pelo acompanhamento do Proeja. Contamos com o trabalho do grupo de Coordenadores dos Polos de Especialização em Proeja (32 pessoas, sendo que alguns que não são mais coordenadores continuam colaborando no acompanhamento e na avaliação). Além disso, o Proeja é acompanhado pela Secretaria Executiva do MEC e pelo trabalho incansável dos Fóruns de EJA e da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Cnaeja (gestora 1).

Na verdade, nossa equipe faz tudo. Ela pensa a política, pensa os editais, ela seleciona os projetos, faz o acompanhamento e o monitoramento. A gente não consegue realizar, de fato, uma avaliação efetiva. O que a gente tem feito é um projeto que se chama Projeto de Avaliação Redistributiva que a gente realiza nas escolas, reuniões para avaliarmos as escolas que têm uma evasão significativa (gestora 3).

O acompanhamento e avaliação do Programa ficarão a cargo da própria Setec/MEC por meio de núcleos regionais com a colaboração de outras

Secretarias e ministérios por ventura envolvidos. Os Estados, por meio de suas Secretarias (de Educação e de Ciência e Tecnologia, principalmente), também procuram acompanhar e avaliar o programa (gestora 4).

As opiniões das gestoras divergem ao tratar do quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa:

O ministério [da Educação] hoje tem um jeito de funcionar muito ruim, não tem equipes específicas, permanentes pra trabalhar com o programa dentro dele. O que a gente tem dentro do ministério, acho que hoje está caminhando pra rever isso porque não é como na escola que um sai e você substitui com concurso, é saiu você perdeu (gestora 1).

O problema que eu vejo, é que até as pessoas efetivas ficam muito transitórias aqui no ministério [da Educação], devido à precariedade salarial e, se junta a isso, ainda o político, que vem e leva (gestora 2).

Na Setec, para trabalhar com o Proeja nós temos um quadro de profissionais permanentes; nós não trabalhamos com nenhum consultor. É um diferencial com relação a outros programas, até mesmo do Governo Federal. Então, tem como a gente acompanhar o processo de implantação do Programa. Embora o quadro seja insuficiente, e é porque é pequeno, mas é bom (gestora 3).

Na Rede Estadual, em Goiás, de acordo com a gestora 4 “o quadro permanente são os próprios gestores e professores de EJA e de educação profissional lotados nas instituições selecionadas para participar da execução”.

As gestoras do MEC foram unânimes ao afirmar que as principais dificuldades ou desafios encontrados para a implantação do Proeja se referem a colocar o jovem e adulto na rede federal, considerando a evasão e os conflitos do adulto:

Você tem que fazer uma análise da evasão na escola toda. A evasão tem a questão da escola, tem a questão do adulto que tem casa, tem que colocar comida em casa, tem vários conflitos. Se for uma mulher, o marido não deixa trabalhar; às vezes, se é avó, ela tem que cuidar do neto. Então, tem conflitos do adulto; mas, a rede federal nunca se preocupou com isso. Agora com o Proeja, isso está tendo outra forma, porque tem uma equipe que só cuida disso, mesmo com todas nossas restrições, a gente tem uma equipe que só cuida disso. Era natural para a rede federal o aluno ir embora. Isso porque, quer dizer assim, eu formei os melhores (gestora 3).

A construção do Proeja é algo desafiador, pois pressupõe a integração de duas modalidades de ensino EJA e EP. Essa, com certeza, é uma das maiores dificuldades. Para além da dificuldade de construção epistemológica de um novo campo do saber, também tivemos muitas resistências da própria Rede Federal em aceitar o desafio da construção do Proeja – resistência ao jovem e adulto e aos cursos de formação financiados pela Setec (gestora 3).

Santos (2010) expõe que a Setec/MEC realiza monitoramento da evasão tanto no Proeja quanto nos demais cursos das instituições, que também apresentam problemas de evasão, considerando ainda, o aluno na condição de trabalhador, de provedor da família. A intenção é desvelar os processos de evasão que se efetivam na educação profissional.

Para a gestora 4, a dificuldade na Rede Estadual de Ensino de Goiás “está centrada na formação de recursos humanos; pois o professor precisa estar preparado para entender os parâmetros que alicerçam a construção do sujeito do Proeja”.

A gestora 5 relata como uma história de insucesso a implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino, em Goiânia, considerando o índice de evasão e os obstáculos que os alunos enfrentaram ao estudarem em duas instituições distantes uma da outra:

O novo diretor colocou também que não teve êxito, teve muita desistência, muita evasão, mas justamente porque o espaço é diferente, é a distância muito grande para esse aluno. É um sacrifício ele ter que sair de casa ou do trabalho, ir pra escola e aí ainda tem que ir pra outro local, que é distante. Então eu penso que se a gente realmente não trabalhar de forma integrada o Proeja não vai acontecer com o sucesso esperado. O que eu sei desse processo doloroso, não sei nem se eu coloco assim, é isso. Hoje eu nem sei mais te falar como que está acontecendo no Proeja.

A gestora 1 encerra a entrevista afirmando que a educação “vai ser sempre desafio, vai ter sempre dificuldade, vai ter que ter sempre pesquisa, não vai chegar o modelo ideal que dali se congela e continua”.

### **3.2 Os profissionais da educação e suas concepções acerca do Proeja no *chão da escola***

Neste tópico, será apresentado o perfil dos entrevistados<sup>20</sup> (diretores, coordenadores e professores das instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss), pois são os representantes que colaboraram para a implantação e/ou ministraram aulas na turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja. O intuito é conhecer as experiências e posteriormente, compreender qualitativamente a fala de cada um.

<sup>20</sup> Em virtude da ocupação de cargos diferentes serão utilizados os codinomes dos entrevistados. Sendo assim, ficam denominados: Evelyn (diretora 1), Avelino (diretor 2), Elias (coordenador pedagógico 1), Elisa (coordenadora pedagógica 2), Denise (professora de Química 1) e Rosana (professora de Técnicas em Vendas 2).

A diretora 1 exerce a profissão de magistério há 29 anos. Atualmente, é diretora indicada. Trabalha há oito anos na profissão, tempo igual de experiência em educação profissional. Sua experiência em Proeja vem desde a elaboração do projeto em 2007.

O diretor 2 tem nove anos de magistério e atualmente é diretor, escolhido mediante eleição direta, do Centro de Educação de Jovens e Adultos – Ceja Universitário, com o mesmo período de experiência na EJA e em Proeja desde 2009.

Cabe ressaltar que o Proeja iniciou as atividades de implantação em 2008, e o diretor 2 assumiu a gestão da instituição em agosto de 2009, após realização de eleição direta em maio do mesmo ano. O diretor fazia parte do quadro de professores da escola no turno matutino, mas não participou das atividades que deram origem ao Proeja em Goiânia.

O coordenador pedagógico 1 há dezesseis anos exerce a profissão do magistério, na EJA com experiência em Educação Profissional há oito anos. Atualmente compõe a equipe de coordenação pedagógica e participa do Proeja desde 2008.

A coordenadora pedagógica 2 há dezenove anos exerce a função de magistério e é coordenadora pedagógica há um ano, mesmo período de experiência em EJA e Proeja.

A coordenadora pedagógica 2 está na instituição desde janeiro de 2009, portanto, também não participou das atividades relativas à implantação do Proeja em Goiânia.

A professora 1 atua no magistério há três anos, tendo o mesmo tempo de experiência na EJA. É professora de Química.

A professora 2 tem experiência na EJA desde 2002 e, em Educação Profissional, desde 2004. Atua no Proeja desde 2008 e é professora de Técnicas em Vendas. Dentre os entrevistados, é a única que cursou a Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

De acordo com a diretora 1, o Proeja em Goiânia foi implantado para

oportunizar a jovens e adultos com atraso escolar, a recuperação da escolaridade com uma profissionalização de valor social, que proporcionará novos rumos ao direito à cidadania e, ao mesmo tempo, de inserção no mundo do trabalho.

Os entrevistados afirmam que a implantação pode ter ocorrido em razão da intencionalidade no financiamento do programa, conforme expõem:

Foi devido ao incentivo financeiro que o MEC deu para a implantação desse programa. *A verba já estava disponível então tinha que se gastar.* Penso que foi muito rápido sem tempo para as instituições se prepararem bem para tal objetivo (coordenador pedagógico 1 ).

Não sei. É difícil porque eu não conheço nenhum programa. Nem o Proeja eu conheço. Eu acho que tinha que ser uma proposta levada a sério e não foi. *Acredito que seja a verba.* Porque senão, eles não estariam (Cepss e Seduc) querendo tanto a implantação. O Proeja não foi implantado no Ceja Universitário (diretor 2 ).

A diretora 1 relata que o Proeja, em relação à prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional, “se identifica com as duas modalidades; pois, se trata de um projeto de currículo único, no qual os conhecimentos se complementam e é valorizado pela forma que aluno concebe como significativo pra vida dele”. Ela reitera que a proposta, no que se refere à concepção do currículo único, é inovadora, pois o Proeja é visto como experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.

A referida diretora elencou como aspecto positivo a implantação do programa nas instituições de ensino de EJA e de Educação Profissional. Segundo ela, “será um crescimento profissional para a equipe e também uma nova possibilidade de oferta de Educação Profissional. Não vejo dificuldades e sim, possibilidades”.

A diretora reitera que como em qualquer modalidade, é necessário que o educador do Proeja seja um profissional da educação ético, educado, ter conhecimento, ser competente, hábil, flexível e ser proativo.

Quanto à escolha do Curso Assistente Administrativo, segundo a diretora 1, havia uma grande demanda por profissionais capacitados nessa área.

No que se refere à elaboração do Plano de Curso Assistente Administrativo – Proeja, nas unidades de ensino Ceja Universitário e Cepss, de acordo com a entrevistada, os critérios utilizados e a escolha dos participantes foram realizados em virtude de “professores que já estavam se especializando em Proeja e demais profissionais que quiseram fazer parte do quadro”.

Quanto ao índice de desistência ou evasão da turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja, a diretora considera que existe uma série de fatores intervenientes, que não se aplicam exclusivamente ao programa.

O diretor 2 elencou somente aspectos negativos em relação à implantação do programa nas instituições de ensino de EJA e de Educação Profissional, conforme se pode constatar na fala transcrita a seguir:

Aí está o problema. O programa foi implantado na gestão anterior e eu assumi a direção em agosto de 2009. Depois vieram os problemas sobre a implantação. Alunos desistiram por problemas financeiros, tinham de se deslocar. Não tinha seguimento de nada... os alunos se deslocarem daqui para o Cepss foi horrível. Os professores reclamaram porque não podiam opinar em nada. Só quem sabia, era o pessoal do Sebastião Siqueira. Fechando assim, a grade curricular continuou normal, onde os alunos perdiam o direito do plantão de dúvidas na escola.

O diretor 2 refere-se às sextas-feiras, quando os alunos do Proeja tinham aulas de formação profissional no Cepss e os demais alunos da escola poderiam solicitar dos professores auxílio nesse período, que era reservado ao plantão de dúvidas.

Portanto, de acordo com o diretor, os objetivos expressos no Documento Base (BRASIL, 2006) não foram alcançados. Além disso, o diretor declara não saber o motivo da escolha do Curso Assistente Administrativo – Proeja.

Percebe-se, na fala do diretor 2, a naturalização do índice de desistência e evasão da turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja e, ainda, maior atenção ao plantão de dúvidas do que à formação profissional, ocasionando a falta de incentivo para que os alunos continuassem a frequentar o curso.

Em janeiro de 2010, de acordo com o diretor 2, houve o ingresso de novatos na turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja, visto que, conforme documentação anexa, dos 43 que ingressaram na turma, constavam apenas 8 alunos na referida turma. Ele assinala que “abriram vagas que foram oferecidas aos alunos que se interessaram em ingressar. Sabendo que existem módulos que eles irão fazer”.

Quanto ao ingresso desses alunos, a professora 2 relata:

Eu perguntei por que eles não estavam desde o início e eles disseram que estavam em outra cidade ou outra escola e vieram para estudar e resolveram fazer o Proeja. São alunos que tinham abandonado. Isso acontece muito na EJA e Proeja é o abandono. Ele não encontra muita motivação e acaba abandonando os estudos. Alguns alunos já estavam na escola antes.

Para o coordenador pedagógico 1, embora na experiência do Proeja o aluno tenha uma vantagem em relação ao ensino regular que é formação profissional; o tempo ainda é muito curto, assim como o é no supletivo (classes de aceleração).

O coordenador pedagógico 1 reitera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja poderia deflagrar mudanças curriculares e na organização dos cursos. No entanto, isso não acontece na prática, “pois deve acontecer a integração entre os currículos da educação básica e da educação profissional”.

Outro problema apontado pelo coordenador, ainda no que se refere ao currículo, é que o calendário das secretarias que regem as duas modalidades de ensino é distinto e não propicia qualquer tipo de integração entre a formação geral e a formação profissional, ou mesmo qualquer ideia que reporte a essa integração. Portanto, o currículo não se institui conforme proclamado no Documento Base (BRASIL, 2006).

A coordenadora pedagógica 2 ratifica a opinião do coordenador pedagógico 1, quando expõe:

Eu vejo o Proeja como implantação ainda, é um período experimental. Então, não pode se dizer que tudo está sendo cumprido. Até, as reuniões, esse período de preparação dos professores, muitas vezes são desmarcados os cursos...

Foram elencados pelo coordenador pedagógico 1 outros aspectos positivos e negativos em relação à implantação do programa nas instituições de ensino de EJA e de Educação Profissional.

Por exemplo, o quadro de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa, para o coordenador pedagógico 1 é a maior dificuldade para a implantação do programa. Ele esclarece:

A maioria do quadro profissional é de contratos temporários com a Sectec e que na verdade não tem licenciatura e sim bacharelado. Vejo que os bacharéis não têm didática e nem experiência de relacionamento em sala de aula. E isso faz com que o trabalho sempre volte para a estaca zero. Apenas uma professora efetiva os demais são contratos temporários e um coordenador efetivo. Sem um quadro permanente de docentes não tem como ter certeza de que haverá aula de acordo com a grade pré-estabelecida. Por outro lado, a própria secretaria dá a ordem para a execução: “Tem que fazer assim”.

De acordo com a coordenadora pedagógica 2, na instituição responsável pela formação geral, regida pela Secretaria da Educação, os profissionais que atuam no Proeja são os mesmos que ministram as disciplinas da EJA, em outras turmas.

Percebe-se, então, que o quadro de servidores é um diferencial em relação à implantação do Proeja na rede federal, que tem profissionais designados para o programa, mesmo com número reduzido, conforme já havia exposto a gestora 2.

Dessa forma, em relação aos educadores, é difícil conceber quem são e de onde provêm os profissionais que trabalham no Proeja, qual sua formação, ou ainda, até quando vão atuar no Proeja, pois, ao receberem proposta de trabalho mais interessante, eles abandonam a sala de aula por não terem vínculo empregatício.

Segundo relato do coordenador pedagógico 1, o Curso Assistente Administrativo – Proeja, foi escolhido pelos profissionais do Ceja Universitário, que fizeram uma análise das ações dos alunos em seus respectivos trabalhos para chegar a um diagnóstico: “Penso que deveria ser decidido pelas duas escolas e com todos os alunos envolvidos participando das decisões, opinando sobre a sua realidade”, declara o coordenador pedagógico 1. A professora 2 também expressa sua opinião:

Bom, eu acredito que seja para atender a demanda do mercado de trabalho. O que eu entendo de aluno de EJA e de Proeja, que ele ficou um tempo sem estudar e ele está retornando ao estudo. Então, o Assistente Administrativo é o que dá mais embasamento para ele trabalhar. Porque ele já vem de uma dificuldade na educação, ele já parou, ele está desmotivado. Então, o curso teria que se adequar mais à realidade dele.

Quanto à elaboração do Plano de Curso Assistente Administrativo – Proeja, de acordo com o coordenador pedagógico 1, em razão da divergência de data de início do ano letivo nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss,

não foi possível fazer o plano de curso juntos. Cada escola fez o seu da parte que toca para cada um. O duro é que nas reuniões ficou decidido que seria tudo feito junto, mas nada aconteceu. Também, houve uma mudança de direção no Colégio Ceja Universitário. Não sei se isso afetou alguma coisa (Coordenador pedagógico 1 ).

É notória a preocupação do entrevistado no tocante à integração das áreas do conhecimento. No entanto, é perceptível que não existe planejamento conjunto dos professores da formação geral e da formação profissional.

Em cada instituição de ensino, Ceja Universitário ou Cepss, os profissionais envolvidos no programa se reúnem em alguns momentos na própria instituição. Portanto, de acordo com a coordenadora pedagógica 2, “não há planejamento envolvendo as duas unidades de ensino”.

Em relação ao índice de desistência ou evasão da turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja, para o coordenador pedagógico 1

é alto! Pois, o aluno não sabe o que é propriamente dito o tal programa Proeja. E por ser novo e diferente do tradicional, pois o objetivo é resgatar os alunos que não conseguiram atingir o seu objetivo. Eles ainda não sabem como reagir. Tudo isso leva um tempo para a absorção e modificação. Contudo, deve-se fazer um trabalho constante para que isso seja absorvido pelos alunos com mais rapidez.

A coordenadora pedagógica 2 e a professora 1 apontaram como motivos da evasão e desistência a distância entre as instituições, que provocava o deslocamento dos alunos e a perda do plantão de dúvidas.

O índice foi um pouco alto... Não é nem a questão do curso na sexta-feira ser ministrado no Cepss. Mas, pela questão do ônibus, da locomoção, da acessibilidade da escola até o Cepss e isso dificultou alguns continuarem (coordenadora pedagógica 2 ).

Agora para os meninos, o difícil foi a parte profissionalizante, que ficou em outro local e muito distante. Também era no dia do plantão de dúvidas. Aí, muitas vezes eles não tinham como tirar dúvidas nas nossas disciplinas, no Ceja Universitário, porque tinham de ir lá para o curso. Agora como a profissionalização está sendo aqui, eles têm uma hora, das 7h às 8h para tirar dúvidas e depois vão para a aula. Agora quem quiser, eu fico também das 10h às 11h (professora 1 ).

A professora 1 ainda expõe outro fator que contribuiu para a evasão ou desistência dos alunos:

Uma coisa que os meninos reclamavam muito para mim era assim: “Eu queria mudar de sala e não posso, porque eu assinei um papel lá, um termo de compromisso, me obrigando a ficar. Eu não quero mais e sou obrigado a continuar. Então, eu paro de estudar e no próximo semestre, eu vou ingressar como aluno comum”.

A professora refere-se ao termo de compromisso que os alunos assinaram após terem sido selecionados para compor a turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja. No termo, os selecionados atestavam disponibilidade, assiduidade, pontualidade e garantia da participação em reuniões referentes ao programa.

A professora 2 destaca a falta de incentivo para que os alunos continuassem frequentando às aulas do Curso Assistente Administrativo – Proeja:

Eu não tinha o número de alunos do início, porque eu estava em aula para outra turma; mas, eu percebo que está faltando a coordenação da escola,

do Ceja Universitário, a incentivar mais o aluno. Porque esse aluno da EJA e do Proeja precisa de incentivo para que ele busque a profissionalização.

Cabe ressaltar que os alunos que ingressaram, em janeiro de 2010, na turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja, conforme relato do diretor 2, já vinham cursando a formação geral no próprio Ceja Universitário ou em outra instituição de ensino de EJA. Por isso, pelo fato dos mesmos não estarem presentes durante as aulas da formação profissional ministradas até o momento do seu ingresso, foi então questionado, como seria realizada a reposição dos conteúdos referentes à formação profissional. O coordenador pedagógico 1 responde:

De certa forma já existe um projeto para recuperação dos conteúdos, mas deve ser revisto para um melhor aproveitamento e tentar evitar a evasão... Disponibilizaremos aos sábados e/ou nas férias para aqueles alunos que não concluíram qualquer disciplina para fazê-las... Tudo gratuito!

Para o coordenador pedagógico 1, o educador do Proeja não necessita dispor de características diferenciadas do professor da rede estadual, mas “ele tem que saber qual que é a proposta de trabalhar com o Proeja, das inovações, dessa parte legal, para que ele possa desenvolver o que é esperado no Proeja”.

A professora 1 indica como requisito essencial para atuar no Proeja que “o professor entenda a educação de jovens e adultos, respeitando as características deles”.

Para a respondente, as metodologias previstas no Curso Assistente Administrativo – Proeja, para garantir a interdisciplinaridade exigida pela legislação atual, dependem da integração das áreas de formação geral e de formação profissional. Nesse sentido, a professora 1 explana que

fica difícil, porque do jeito que está sendo dado, está muito separado. Nós ficamos com o curso básico e eles com a formação profissional. Então, pelo que eu estou vendo aqui, essa interdisciplinaridade está difícil.

No entanto, a professora 2 assinala:

O professor de EJA pensa que o aluno é o mesmo do ensino regular e não é. Aí, teria de usar uma metodologia para a EJA e outro para o aluno do ensino regular, jovem, que tem a cabecinha tranquila, que nunca parou de estudar. É um aluno que talvez não trabalhe durante o dia, como o aluno da EJA, que é um aluno que trabalha, que tem outra realidade, que tem mais limitações. A gente fala dificuldades de aprendizagens, mas é mais limitações. Então, os educadores deveriam repensar os conteúdos. Será que ele está trabalhando o conteúdo para realidade do aluno de EJA? É diferente quando eu pego um aluno que teve toda a formação no ensino

regular. É diferente até na forma de se expressar. Eu tenho formação em Proeja, porque eu fiz uma especialização, tenho experiência em EJA e também sou professora do ensino profissional há seis anos. Então eu tenho conhecimento em todas as realidades ensino profissional, EJA e juntando eu fiz uma Especialização em Proeja e estou ministrando curso para a turma de Proeja.

Ao ser questionada sobre a existência, atualmente, de alguma atividade de formação de educadores de EJA e EP para profissionais que atuam no Proeja, sendo desenvolvida na instituição, na Sedu/GO ou na Suesp/GO, a professora 1 conta que “para a formação de EJA e Proeja, nós já nos inscrevemos para o curso que vai ter. Nós só estamos esperando a data”.

E a coordenadora pedagógica 2 reitera que,

nesse ano, já houve algumas reuniões, outras que marcaram e desmarcaram, para que isso seja rápido; até porque senão termina o ano e inicia um semestre e vamos continuar com algumas falhas. Aí, pode ser que o Proeja não vá em frente. Isso é para as próximas turmas. O que foi proposto em janeiro para o mês de março, ainda não aconteceu.

Cabe ressaltar a divergência de opiniões entre dois profissionais pertencentes à mesma instituição de ensino. De acordo com a coordenadora pedagógica 2, houve acompanhamento das etapas de avaliação do programa, desde a sua formulação até a sua implementação, uma vez. No entanto, o diretor 2 ressalta que não houve referida ação.

Dois entrevistados afirmam que o Curso Assistente Administrativo – Proeja está contemplado no projeto político-pedagógico das instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss

Como houve a nova gestão, ele foi engajado na reformulação do PPP (coordenadora pedagógica 2 ).

Está, porque desde 2009, quando falou que ia implantar, que foi quando eu entrei aqui, eu já assisti à palestra dizendo que ia implantar o Proeja no PPP daqui (professora 1 ).

Ao final das entrevistas, os respondentes registraram comentários, críticas e sugestões sobre o Proeja, sobre o Curso Assistente Administrativo – Proeja, nas instituições Ceja Universitário e Cepss e também discutiram sobre as futuras turmas de Proeja, na Rede Estadual de Ensino, em Goiânia, como se constata em suas falas:

Essa iniciativa veio ao encontro de uma necessidade em nosso país. Somos iniciantes, temos muito que aprender é claro, mas seremos atores de uma

ação que trará benefício a uma parcela da sociedade que carece desta oportunidade. Teremos um crescimento importantíssimo em nossa vida pessoal e profissional no atendimento ao Proeja. É preciso buscar sempre a capacitação/atualização e fazer uma constante avaliação do processo (diretora 1 ).

Se a implantação do Proeja ocorrer como foi discutida em fevereiro de 2010, onde todos os professores puderam palpar sobre os conteúdos a serem ministrados no curso, acredito que irá funcionar (diretor 2 ).

Eu quero acrescentar que para este ano, houve falhas que, como todo e qualquer projeto implementado, não pode chamar de falhas e sim de adaptação (coordenadora pedagógica 2 ).

Uma sugestão, eu quero propor. Eu espero que esse curso que vem aí nos prepare realmente para dar um ensino profissionalizante junto com a Educação de Jovens e Adultos, que as disciplinas sejam mais voltadas para o profissionalizante, não só como está sendo agora desta maneira, com os profissionais separados do ensino básico. Que seja de forma realmente integrada (professora 1 ).

Quando formar outra turma, que seja realmente o Proeja e não vamos deixar que o aluno decida. É realmente implantar e fazer acontecer o Proeja. Porque senão deixa o aluno muito livre: “Ah! Eu não quero me profissionalizar, quero só fazer o ensino médio” (professora 2 ).

Dessa forma, os gestores nacionais e estaduais, os gestores (diretores, coordenadores e professores) das instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss expuseram suas diferentes concepções, considerações e expectativas em relação à efetiva implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino, em Goiânia.

### **3.3 Os alunos que persistiram na primeira turma do Proeja**

Neste tópico, busca-se, compreender os sujeitos em sua condição de estudantes que buscam qualificação profissional, considerando a diversidade e o modo de expressarem valores, crenças, formas de conhecer o mundo, sentimentos e aspirações.

Os alunos que compõem a primeira turma de Proeja, da Rede Estadual de Ensino, de Goiânia, ingressaram nas escolas por meio de matrícula única no Ceja Universitário e mediante processo seletivo, em fevereiro de 2009.

Na primeira série do Ensino Médio, a turma do Curso Assistente Administrativo – Proeja era constituída por 43 estudantes. Na segunda série a turma era composta por 28 alunos e atualmente, são 4 homens e 3 mulheres, da terceira série do Ensino Médio, que permaneceram nessa turma, iniciada em janeiro de 2009. Cabe destacar que constavam 8 alunos na turma; mas, por causa da licença-

maternidade de uma aluna, estavam presentes 7 alunos, os respondentes das entrevistas apresentadas nesta pesquisa.

Os discentes estão denominados: aluno 1, aluna 2, aluno 3, aluno 4, aluna 5, aluna 6 e aluno 7.

O aluno 1 tem 33 anos de idade, é casado e mora com a esposa e um filho. Nasceu no interior do estado do Tocantins e se mudou para Goiânia ainda criança. Ele é branco e evangélico (não praticante), filho de pais separados. Seu pai é vigilante, analfabeto, e sua mãe é profissional do lar e tem ensino fundamental incompleto. Ele trabalha como Técnico em Recapagem, com carteira assinada e recebe dois salários mínimos<sup>21</sup> por mês, com uma jornada de mais de quarenta horas semanais e aprendeu o trabalho na própria empresa. Ele é totalmente responsável pelo sustento da família e não recebe qualquer tipo de ajuda financeira do governo. É oriundo de escola pública e, durante seu tempo livre, costuma exercer algumas atividades, como assistir à televisão, a competições esportivas e participar de jogos de baralho, vídeo game, futebol e outras.

A aluna 2 tem 37 anos, é casada e mora com o esposo e dois filhos. Nasceu em Goiânia, é parda e evangélica praticante. É autônoma, dona de um restaurante com o seu esposo. Ambos são responsáveis pelo sustento da casa, e a renda familiar é suficiente para todos. Trabalha mais de quarenta horas por semana. Não recebe ajuda do governo, por meio de bolsa ou similares. Concluiu o ensino fundamental e está cursando o ensino médio em escola pública. Nas horas livres, gosta de ler a bíblia.

O aluno 3 tem 38 anos, é pardo, solteiro, não tem filhos e mora com a mãe, o pai e os irmãos. Acredita em Deus, mas não é adepto de nenhuma religião. É goianiense, trabalhador autônomo em reciclagem, sem carteira assinada, e sua remuneração mensal é de aproximadamente dois salários mínimos, com uma jornada semanal de quarenta horas. É responsável pelo próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento da família. Sua mãe é costureira, seu pai, carpinteiro, e ambos têm o ensino fundamental incompleto. Não recebem ajuda financeira do governo. O aluno sempre frequentou escola pública. Nos momentos livres costuma participar de atividades artísticas, culturais e ecológicas, assistir à televisão e ir ao cinema. Não possui computador em casa e não tem acesso à *internet*, por isso,

---

<sup>21</sup> Valor do salário mínimo quinhentos e dez reais.

aprendeu a utilizar os recursos do computador no curso de Informática, no Cepss. Ele relata ainda que o seu trabalho não exige escolaridade e/ou conhecimentos relacionados às novas tecnologias.

O aluno 4 é o mais novo dos homens, com 21 anos de idade. Nascido no Pará, mudou-se para Goiânia, acompanhando a família. É negro, solteiro, católico (praticante), não tem filhos e mora com a mãe. Possui computador com acesso à *internet* em casa, e aprendeu a utilizar as ferramentas da máquina. Trabalha quarenta horas semanais como vendedor na Empresa Vivo, com carteira assinada e tem remuneração de dois salários mínimos. A empresa exige o ensino médio e adaptação às novas tecnologias, em razão da troca de sistemas de programas. Para tanto, a própria empresa capacita os funcionários. Aliás, o aluno relata que só fez curso profissionalizante nessa empresa. Ele contribui parcialmente para o sustento da família. Seus pais nunca viveram juntos. De acordo com o depoimento do aluno, seu pai exerce trabalho braçal e é analfabeto, e sua mãe trabalha no Carrefour e tem o ensino fundamental incompleto. O aluno 4 é oriundo de escola pública, ficou dois anos sem estudar, mas sentiu necessidade de retornar. Em seu tempo livre, manuseia o computador, ouve músicas e pratica jogos.

A aluna 5 é a mais nova da turma e também, dentre os entrevistados, é a única que não trabalha. Tem dezenove anos de idade, é negra, católica praticante, solteira e mora com os pais e a irmã. Nasceu em Goiânia. Realizou a maior parte dos estudos na rede particular de ensino e nunca parou de estudar, e também não fez curso profissionalizante. Possui computador com acesso à *internet* em casa, e aprendeu a utilizar as ferramentas da máquina. Seu pai é professor, graduado em História, e sua mãe, dona de casa. A família não recebe ajuda do governo, por meio de bolsa ou similares. Nas horas livres, gosta de acessar a *internet*, ler e ouvir música.

A aluna 6 tem 21 anos de idade, é casada e mora com o esposo e um filho. É autônoma, cabeleireira e esteticista. Considera que sua remuneração é baixa, em relação ao que gasta. Aprendeu o seu trabalho com a mãe. Embora sua atividade não exija escolaridade e/ou conhecimentos relacionados às novas tecnologias, a aluna declara que precisa se aperfeiçoar frequentemente, e sempre consulta a *internet* sobre novos produtos. Ela já fez vários cursos profissionalizantes no Senac, na Embelleze, na Vitaderme e viaja para participar de congressos fora do estado, porque a profissão assim o exige. Sempre estudou em escola pública. Parou de

estudar, quando o pai faleceu e ela teve depressão. Depois parou novamente quando se casou e engravidou. Voltou a estudar porque quer e precisa, segundo relatou.

O aluno 7 tem 25 anos de idade, é pardo, casado e mora com a esposa e um filho. Trabalha como chefe de cozinha, com carteira assinada e, segundo o entrevistado, sua remuneração é compatível com seu crescimento profissional. Aprendeu o ofício na própria empresa. Embora o trabalho não exija formação profissional, o aluno faz cursos na empresa, para se adequar às novas tecnologias. É oriundo de escola pública. Ficou oito anos sem estudar e diz que retornou por necessidade.

De acordo com os depoimentos, nenhum dos entrevistados participou anteriormente de programas de transferência de renda e qualificação para o trabalho, tais como: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Agente Jovem, Projovem, Gente Cidadã, ou qualquer outro.

Por meio das entrevistas, é possível apreender a preocupação dos alunos com o emprego no mercado de trabalho. Em suas falas, percebe-se que eles acreditam que o Proeja foi implantado como forma de acessibilidade a um mercado competitivo e defasado de mão de obra qualificada:

Eu acredito que o programa, vai favorecer a acessibilidade ao mercado de trabalho, que está com uma necessidade muito grande, a qualificação profissional é muito interessante. Porque, hoje o aluno sai do Ensino Médio sem ter um mínimo de qualificação (aluno 1).

Bom, eu entendi assim no início, que era para a melhoria de nossa atividade no dia a dia, conquistar emprego, para o mercado de trabalho (aluna 2).

Eu participei do programa pela qualificação, porque ajuda né, a gente arranjar um serviço. E não houve influência de ninguém (aluno 3).

Eu acho que tem muitas vagas no mercado de trabalho e falta qualificação, por isso, o governo pôs esse projeto (aluno 4).

Escolhi o curso para aumentar o meu currículo, para me qualificar como profissional; porque hoje em dia está faltando profissional nas áreas (aluna 5).

Para facilitar a entrada no mercado de trabalho. Eu quis participar pela oportunidade de qualificação (aluna 6).

Eu acredito que este projeto veio para qualificar os alunos para entrar no mercado de trabalho (aluno 7).

A perspectiva da profissionalização funciona como a principal motivação para o aluno realizar o Curso Assistente Administrativo – Proeja. Por isso, na opinião dos alunos, a profissionalização permite a empregabilidade quase imediata, portanto,

para eles a função da escola, é a preparar para a produção. Estudiosos, como Kuenzer e Garcia (2008), alertam que

a escola não pode ficar subordinada a lógica da produção, mas também não pode ignorar as exigências demandadas dela, a escola teria então o papel da leitura crítica desse mundo da produção (KUENZER; GARCIA, 2008, p. 57).

Porém, o discurso frente à escola como superação das condições sociais é historicamente comum nas aspirações e anseios das camadas populares, como aponta o aluno 1 que fica um período sem estudar

Eu fiquei treze anos fora da escola. Parei por necessidades familiares e condições de trabalho mesmo. Voltei, porque há uma necessidade muito grande de estar na escola. Acho que muda muito a mentalidade da gente, quando se está na escola, você está evoluindo... Então, eu acho que contribui bastante. O meu trabalho não exigia, mas agora exige escolaridade, porque tem mudado muito o sistema. Os equipamentos que a gente trabalha hoje são muito evoluídos e a era da informatização está aí e a gente está sempre diante dessas situações.

Cabe destacar o ciclo que o aluno trabalhador faz na sua trajetória de escolarização *truncada*: abandona a escola para trabalhar e depois retorna a ela, com defasagem idade-série, com o intuito de conseguir melhores condições de vida, movido pelo ideário de que a escola tem papel importante na sua inserção ao mundo do trabalho.

Percebe-se que existe na sociedade uma ideia generalizada de que a falta de qualificação gera o desemprego. Assim, os trabalhadores sentem-se responsáveis por sua empregabilidade ou pela falta dela. É o que mostra o depoimento a seguir:

Quando a gente busca o conhecimento e está interessado em aprender; tanto lá quanto aqui, as pessoas estavam com o intuito de ensinar. E para quem quer aprender, prestando atenção, vai buscar o conhecimento que precisa (aluno 7).

A opção pelo Curso Assistente Administrativo – Proeja parece corresponder às expectativas dos alunos quanto às necessidades imediatas de trabalho e de melhoria de vida do grupo. Destaca-se que a maioria dos entrevistados atua no comércio ou são autônomos.

Segundo declara a aluna 2, dentre os motivos que a levaram a escolher o Curso Assistente Administrativo – Proeja, estão a perspectiva de conseguir um emprego e a influência de terceiros, “eu participei pela facilidade que é para depois

arrumar emprego”. A fala da aluna vai ao encontro com o exposto no gráfico 22, que corresponde à opinião de 60% dos alunos entrevistados.

É interessante constatar que, embora ela seja proprietária de um estabelecimento, aspira por um emprego com carteira assinada e horário determinado, como forma de reconhecimento social.

Para os alunos o Curso Assistente Administrativo – Proeja, ajuda-os na sua relação com seus pares. Os entrevistados, ainda, explanam sobre o desenvolvimento de suas habilidades escritas e orais:

Eu não sabia nem mexer com computador e aprendi mexer na *internet*. É claro que tem que aprofundar mais, o básico para mim, pesquisa de trabalho, tudo isso eu sei e aprendi lá. Eu mexo com vendas, com restaurante e toda hora vem uma pessoa diferente e a gente tem de saber como lidar, como receber um cliente, como analisar o cliente para saber o que vai falar. Na minha igreja também tem ajudado muito. Eu era muito tímida para ler a palavra [a Bíblia] e me ajudou muito (aluna 2).

Ajudou bastante, porque eu tenho de conviver com as pessoas, toda hora eu tenho que conversar com uma pessoa que vêm me vender material e tenho que usar o que eu aprendi, a tratar bem e tudo (aluno 3).

Para mim, tem contribuído muito, facilita para conviver com as pessoas, em comunidade, se comunicar, porque eu trabalho com estética. Na verdade, eu vendo trabalho de estética e beleza (aluna 6).

Os alunos 1 e 4 admitem ter bom relacionamento com colegas, professores e gestores das duas instituições e declaram ter observado a falta de planejamento durante a execução do programa:

O que faltou mesmo de verdade, eu observei ao longo do curso, foi um pouco de falta de planejamento. Às vezes, você critica um módulo e elogia outro; porque que esse deu certo, e o outro não deu tão certo. Acho que o projeto surgiu no papel, mas não ouviu a parte essencial que seria o aluno. Esse foi o grande fator que prejudicou um pouco o projeto (aluno 1).

No início, eu achei interessante conhecer pessoas novas, em outro local, mas o pessoal que estava elaborando o projeto no começo não estava dando muita atenção. Por exemplo, a gestão daqui comunicava aqui, e a gestão de lá comunicava lá (aluno 4).

De acordo com a fala do aluno 1, o professor que atua no Proeja necessita de características diferentes do professor do curso regular, pois “são campos de trabalho semelhantes com dinamismo diferentes”. O aluno reitera, ainda, que “eles têm de ser diferentes, primeiro pelo período que é muito curto e acaba exigindo um dinamismo maior do professor do Proeja, maior do que do ensino regular”.

Para os alunos 3 e 5, o que diferencia o Ceja Universitário e o Cepss de outras instituições que eles já frequentaram são a limpeza e a organização. Não se percebe como prioridades o ensino e a aprendizagem, conforme se pode constatar em suas falas:

As duas escolas são boas, são organizadas, são limpas e a gestão é excelente (aluno 3).

Nas outras escolas, sempre tinha uma coisa ou outra que me atrapalhava. Quando eu entrei aqui, eu fui tão bem recebida e hoje é uma escola que eu não gostaria de sair. Mas, este ano está acabando, e eu até falei para os meus pais que eu vou sentir muita falta das pessoas daqui; porque elas são muito amigas, que quando você está com problemas são pessoas que sempre estão te dando conselhos, principalmente a Cida, que é uma amigona para mim. [A escola] melhorou muito o meu relacionamento com as pessoas (aluna 5).

No entanto, o aluno 4, embora considere também o espaço e o tratamento recebido, agrega outros valores à concepção de boas instituições de ensino. Ele relata, com certo encantamento, que “o espaço é muito bem preparado para estudar e eu fui muito bem recebido. As matérias e os professores daqui [do Ceja] e do Cepss são muito bem qualificados. As duas para mim são cem por cento”.

As disciplinas específicas da formação profissional foram as que caíram nas graças do aluno 3. Segundo ele, “as disciplinas que eu mais gostei foram: Técnicas em Vendas e Introdução à Administração”. Expressa-se nessa fala a idealização do *aprender a fazer*.

O aluno 1 percebe a proposta *acelerada* do programa:

A maioria do pessoal que evadiu do Curso de Informática, não conseguiu entender a questão do módulo de informática, porque a informática é muito complexa e o período de uma aula por semana foi muito curto. Seria impossível um professor ensinar um grupo de trinta alunos com uma aula semanal, para aprender todo o conteúdo.

No que se refere à execução do curso, os alunos manifestam opiniões diferentes sobre o fato de estudar em duas instituições para fazer um só curso. Assim, dentre os sete entrevistados, quatro alunos relataram a difícil experiência de deslocamento:

No início, foi algo bom, diferente. Mas depois veio as dificuldades; porque lá é muito longe, mas foi bom (aluna 2).

Eu achei bacana, só que depois foi ficando dificultoso por causa da falta de transporte. Mas, consegui chegar lá (aluno 3).

Para mim, foi muito interessante; porque a vida toda foi sempre na mesma instituição, no mesmo colégio, nunca eu fazia algo diferente. Aí, surgiu essa oportunidade, de fazer o curso em um lugar diferente, aí eu agarrei com toda força. Mas, com o passar do tempo, eu fui encontrando dificuldade, porque Aparecida de Goiânia [cidade do entorno de Goiânia] e [Setor] Coimbra [bairro de Goiânia] para mim era muito longe, só que mesmo assim eu continuei e to aqui até agora (Aluna 5).

É difícil esse caso de ficar aqui até quinta-feira e depois ter de ir para lá, que é longe daqui da escola e longe da casa da gente (aluna 6).

Entretanto, três entrevistados ressaltam a importância justamente de realizar a formação em espaços diferentes, conforme os seus depoimentos:

Eu achei super interessante, porque quando você está em outro ambiente, você interage com pessoas diferentes, consegue visualizar fora de um ângulo que você já está habituado. Eu acho interessante essa interação com outro grupo de pessoas. Até uma sugestão que eu daria, é que se for ficar o projeto, deveria ter um centro de referência para este projeto. Para funcionar o curso num lugar só, separado do colégio. Porque quando o curso é junto no colégio, parece que não é tão interessante. Apesar de que todo mundo vai encontrar uma dificuldade qualquer: seja no transporte, seja no horário. Então, eu acho que a gente tem de sobressair nas dificuldades. Então, eu achei super interessante essa forma de fazer o curso fora do colégio. O Cepss tem vários laboratórios, muitas modalidades de curso, é muito diferente (aluno 1).

Eu achei interessante, porque durante a semana a gente tem aula aqui e lá na sexta-feira com uma aula diferente, aprendendo algo a mais. Achei muito importante (aluno 4).

É a gente fica aqui a semana inteira, e chega na sexta-feira, a gente vai para um lugar diferente, é bem interessante. E, para a turma que estava é mais empolgante conhecer novas pessoas, professores novos em outro lugar novo, é mais legal assim (aluno 7).

De acordo com os depoimentos, percebe-se que, embora demonstrem conformidade em sua condição e situação ocupacional, os alunos têm expectativas acerca da educação escolar e da ascensão social que ela pode promover:

A gente não pode dizer que está insatisfeito com o trabalho, porque é dali que a gente tira a base de tudo. Mas, a gente tem que procurar sempre uma melhora, estar evoluindo e se preparando para galgar um espaço maior, mais adiante (aluno 1).

Eu estou satisfeita com o meu trabalho, porque é o que eu sei fazer. Mas, quando terminar o curso, eu pretendo arranjar outro emprego e trabalhar de carteira assinada (aluna 2).

Estou satisfeito com o meu trabalho, porque dele eu tiro o meu sustento. Mas, espero futuramente prestar um concurso público. Espero algo novo, algo melhor para minha vida. Já parei de estudar e voltei porque pretendo fazer um concurso público (aluno 3).

Em consonância com os dados apresentados no capítulo 2, as falas dos alunos entrevistados expressam, de forma clara, as suas expectativas em relação ao término do ensino médio. A *esperança* de formação profissional e preparação para o vestibular confirma o proposto na LDBEN nº 9.394/96, no art. 38, segundo o qual “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (BRASIL, 1996).

Também, fica explícita a retomada dos estudos, sobretudo, quando os alunos expressam a intenção de concluir um curso superior:

Estou satisfeito, mas quando eu terminar o curso vou procurar outro trabalho. Eu espero entrar na faculdade e fazer um Curso de Administração (aluno 4).

O meu sonho é fazer Direito e conseguir um bom cargo (aluna 5).

Estou satisfeita com minha profissão, adoro o que eu faço, espero me qualificar mais para ganhar novos clientes. No final do ano, pretendo prestar vestibular para Gestão de Beleza (aluna 6).

Eu pretendo arranjar outro trabalho e é por isso que eu estou aqui na escola, para me qualificar e ter uma nova oportunidade no mercado de trabalho. Eu tenho vontade de fazer um curso na faculdade para melhorar a vida da minha família (aluno 7).

No entanto, retomar os estudos não é tarefa tão fácil, pois os alunos-*trabalhadores* ou *trabalhadores-alunos* sentem dificuldades para conciliar trabalho e estudo. Essa realidade pode ser constatada no capítulo 2 que apontam que 40% dos entrevistados exercem mais de 40 horas de atividades laborais e o tempo disponível para o estudo varia de uma a quatro horas por semana. Por isso, quando questionados sobre a disponibilidade de tempo para o estudo fora da escola, eles relataram:

Só dedico uma pequena parte do tempo, porque a carga horária de trabalho é muito desgastante. Eu estudo pela manhã e trabalho até 23h00min ou até mais. Então não tem como se dedicar o tempo que seria necessário. Mas assim que posso que é mais no final de semana, eu me dedico sim. Eu praticamente não consigo conciliar estudo com trabalho. Eu sempre fui muito aplicado em sala de aula e minha produção como estudante é toda em sala de aula. Porque basicamente eu não tenho de estudar fora da sala de aula (aluno 1).

É um pouco difícil, porque quando a gente trabalha para a gente mesma, se esforça mais. Porque não tem hora para começar, não tem hora para almoçar, não tem hora para parar. Então, às vezes eu fico muito cansada, mas dá para me virar bem. Tem a igreja também, que eu ocupo um cargo lá (aluna 2).

É difícil conciliar trabalho com estudo, porque nem toda hora você está disponível para estudar, mas você tem mais é que correr atrás do seu objetivo, tem que continuar tentando conseguir algo (aluno 3).

Eu consigo conciliar o trabalho com o estudo devido ao meu horário de trabalho. É mais no fim de semana quando eu estou de folga e durante a semana eu tiro umas duas horas para estudo, para ler jornal e revista e controle das matérias (aluno 4).

Eu procuro conciliar os dois e dá para fazer mais ou menos. Porque não é todo dia que eu posso. Eu tenho um nenenzinho com problemas de saúde e que tem que fazer um acompanhamento. Então três dias da semana, são só para ele (aluna 6).

É difícil estudar fora da escola, porque a gente que trabalha à noite e estuda cedo, já vem para escola com sono. Então, tem que dormir um pouco à tarde. No meu caso, eu trabalho muito no fim de semana e eu estou fazendo o curso justamente para tentar mudar isso aí. Além disso, ainda tem a família, tem criança. Então, é praticamente impossível (aluno 7).

Quanto à evasão dos 36 alunos que iniciaram o curso, foram elencados alguns motivos pelos entrevistados. Um deles foi o Curso de Informática, que contribuiu significativamente para a saída dos colegas, pois em geral, o conteúdo tecnológico [base tecnológica] continha exigências que a maioria não conseguia acompanhar. Também, na versão dos alunos, faltaram perseverança e dedicação:

A maioria do pessoal que evadiu no Curso de Informática não conseguiu entender a questão do módulo de informática, porque informática é muito complexa, e o período de uma aula por semana foi muito curto, e eu acho que foi isso que ocasionou a evasão. Seria impossível o professor ensinar um grupo de trinta alunos com uma aula semanal, para aprender todo o conteúdo. Claro que o curso de informática teve suas falhas, mas quem estava realmente interessado, acaba absorvendo muita coisa interessante, conseguiu aprender (aluno 1).

A única disciplina que eu não gostei foi a primeira, de Informática. Foi quando as pessoas foram saindo. Mas, as outras todas foram ótimas, eu gostei. E, as pessoas que desistiram não levavam muito a sério e eram cheias de piadinhas. Por exemplo, se eu estou aqui para estudar, eu tenho um propósito de aprender e se profissionalizar. Então só depende da gente, se você quiser, você consegue ir até o final. Eu não faltei nenhum dos cursos e pretendo ir até o final. Eu aprendi muito, porque eu trabalho com vendas e aí pude aproveitar muito (aluna 2).

É complexo explicar os fatores que determinaram o alto índice de evasão dos alunos do curso, o que certamente exigiria outra investigação. Entretanto, cabe acrescentar que o professor de Informática compunha o quadro de servidores com contrato temporário e, portanto, não participou da formação continuada, específica, para a implantação do Proeja, realizada pela Seduc/GO.

Percebe-se, nas falas dos alunos, a naturalização do índice de evasão e desistência de alunos no Curso Assistente Administrativo – Proeja como também constatou o diretor 2.

Dois alunos que persistiram avaliam o curso:

Eu acho que seria incoerente chegar aqui e dizer que daria 10 para o curso. Porque, desde o início, eu abordo esse assunto, que a falta de planejamento é o fator principal. Não teve aquele planejamento necessário. Mas nada que vá impedir que aconteça o projeto. Eu acho que a minha nota hoje seria 8,5 (aluno 1).

Eu dou nota 9 porque não me senti bem no primeiro curso (aluna 2).

Um entrevistado aborda sobre a necessidade de ações efetivas do Proeja, relacionadas a outros setores do poder local (secretarias, coordenações, etc.) para otimizar a acessibilidade ao mercado de trabalho:

Acho que deveria criar um programa de acessibilidade ao aluno ao mercado de trabalho além do Proeja, porque aqui é só estudar. Teria de dar acessibilidade ao aluno, a parceria com algumas empresas, com alguns órgãos municipais ou estaduais; porque senão fugiria da realidade. Porque o fator principal seria preparar o aluno para quando ele terminar o ensino médio ele ter acesso ao mercado de trabalho. Só que quando o aluno termina o ensino médio e está qualificado, não tem acessibilidade. Então, eu acho que as parcerias proporcionariam isso (aluno 1).

Os relatos dos alunos da Rede Estadual de Ensino de Goiânia, divergem da fala de gestora 2, que afirmou, em termos de concepção do programa, a parceria e/ou os vínculos do programa com outros órgãos na instância federal. Um aluno comenta:

Se tivesse alguma parceria com alguma empresa ou instituição, quando a gente terminasse tudo aqui, a gente seria encaminhado para alguma entrevista ou algum trabalho e seria bem legal (aluno 7).

O desconhecimento em relação aos programas, mesmo o Proeja, não só dos alunos, gera situações e comentários preconceituosos, conforme pode-se constatar na fala do aluno:

Mas, o que dificultou mesmo é o fato do que os outros vêem... é o pessoal do Proeja chegando aqui... às vezes eles falam que a gente é *ratinho de laboratório*, não dá muita atenção. Isso aí deixava a gente um pouco constrangido (aluno 7).

Mesmo assim, respondentes da pesquisa demonstraram credibilidade no Proeja, que iniciou como um programa do governo federal e se instituiu como política pública. Conforme declara o aluno 7, “mesmo se eu não fizer uma faculdade, com o ensino médio e esses cursos já dá para tentar uma coisa melhor no mercado de trabalho”.

Ao observar as falas, os perfis, as situações financeiras, os aspectos relacionados à renda familiar dos diferentes estudantes envolvidos no Proeja, constata-se que as aspirações quanto à escola e à profissionalização chamam a atenção, pois a escola se depara com os saberes acumulados dos alunos que já têm profissão, mas embora não disponham de certificados.

Os depoimentos revelaram que, na expectativa da maioria dos alunos, retornar à escola é uma forma de obter certificado com o propósito de ingressar no mercado de trabalho e de ascensão funcional, com melhores perspectivas salariais, por meio da qualificação profissional ofertada no Curso Administrativo – Proeja, das instituições Ceja Universitário e Cepss.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nesta dissertação teve como proposta a investigação do processo de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, na Rede Estadual em Goiânia, nas instituições de ensino Centro de Educação de Jovens e Adultos – Ceja Universitário e Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira – Cepss.

Para tanto, buscou-se analisar documentos e concepções dos sujeitos envolvidos (gestores nacionais e estaduais, gestores das instituições de ensino – diretores e coordenadores, professores e alunos), bem como compreender os elementos que contribuíram para os avanços ou obstáculos na implantação do programa, na perspectiva de uma política pública.

Certas dificuldades pautaram a realização da pesquisa: o acesso aos documentos que deram origem à implantação do Proeja, na Rede Estadual de Ensino em Goiânia, a obtenção de informações sobre as empresas de consultoria ao projeto e a resistência dos profissionais da educação, da Seduc/GO e Ceja Universitário, em participar das entrevistas. Apesar dos obstáculos encontrados foi possível realizar o trabalho de acordo com as exigências de uma dissertação de mestrado e abrir espaços para que outros pesquisadores desenvolvam outros estudos sobre a temática.

Cabe destacar que algumas informações em relação ao programa, foram detectadas durante a pesquisa, visto que a pesquisa e a implantação do Proeja na Rede Estadual de Ensino em Goiânia se desenvolveram quase simultaneamente.

De acordo com o Documento Base – Proeja (BRASIL, 2006), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja visa atender os sujeitos trabalhadores (jovens e adultos) que vislumbram a oportunidade da elevação do nível de escolaridade e formação profissional. Esse programa insere-se em um conjunto de medidas do governo federal, nos últimos anos, que pretendem representar a tentativa de superação do problema histórico da exclusão de grande parcela da população brasileira da educação escolar.

A temática da Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de EJA, iniciada por um processo de discussão, durante a elaboração

do Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), tem por referência o atendimento a esses sujeitos, como questão de democracia social.

Trata-se de uma proposta de ensino com uma mesma base unitária, mas, enriquecida em relação à formação profissional, apresentada por meio das imbricações entre teoria e a prática.

Os princípios e concepções expressos no Documento Base – Proeja (BRASIL, 2006) visam uma educação permanente capaz de lidar com as necessidades dos educandos (jovens e adultos), incentivar suas potencialidades e contribuir para a sua autonomia. O objetivo é que eles sejam sujeitos da aprendizagem, capazes de vincular de forma orgânica a educação e as práticas sociais ao mundo do trabalho.

Assim, com a compreensão do trabalho em sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido, pode-se apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade. Esta é a base da compreensão do trabalho como princípio educativo.

Nessa perspectiva, a relação educação e mundo da produção é vista com maior amplitude do que uma preparação específica para o mercado de trabalho, que passa a ser considerado um elemento de intervenção/realização do ser humano, embora não seja exclusivamente o único. É importante ressaltar que a educação tem como objetivo a formação de sujeitos capazes de refletir e atuar politicamente na sociedade, de apropriar-se do conhecimento, adquirindo uma sólida formação para além da ação profissional específica. Conforme essa lógica, a educação que garante uma formação que desenvolve nos educandos a capacidade de aprender a aprender é aquela que contribui para o processo de desenvolvimento socioeconômico.

A reflexão sobre a mediação entre escola e trabalho, este último entendido como fundante da condição humana, perpassa a compreensão dos sujeitos da EJA como *alunos-trabalhadores* ou *trabalhadores-alunos*. Portanto, torna-se essencial um currículo adequado a esses sujeitos e à etapa de ensino, concebendo ainda, que não se pode negar habilitação profissional aos que vivem do trabalho. No entanto, há que se ter clareza de que essa formação profissional não deve ser confundida com preparação estreita para o trabalho. Nesse sentido, a realização do processo completo do trabalho diz respeito a comunicar-se, produzir e usufruir dos bens materiais e espirituais da sociedade brasileira.

É necessário entender o trabalho para além de sua forma alienada, dominada pelas relações capitalistas de produção e enfatizar a sua condição ontológica de categoria constitutiva do ser social que produz as condições gerais de existência. Nesse sentido, a pedagogia do trabalho adquire significação política caso contribua para novas formas de pensar, sentir e conhecer, em oposição à visão utilitarista, segundo a qual o sujeito resume-se à condição de capital humano, e a educação, à condição mercantil.

Cabe à educação escolar, primeiramente, priorizar o crescimento humano e só então voltar-se para o atendimento do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o ensino deve assumir uma atitude epistemológica e estabelecer um diálogo entre conhecimento produzido/adquirido/acumulado no mundo do trabalho e saber escolar.

Por isso, Frigotto (2007) adverte que uma educação básica de baixa qualidade redundaria em uma educação profissional ordinária, desprezível. Portanto, se a educação estiver refém da formação para o mercado, ela será cada vez mais reafirmada como condição para negociação no setor econômico, deixando mais distante a perspectiva de formação omnilateral. O autor ainda reitera que a universalização da educação básica com a formação profissional implica o resgate da educação básica pública, gratuita, laica e universal com uma visão unitária e politécnica, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia.

Quanto ao ideário pedagógico, cabe delinear, coletivamente, um currículo integrado coerente, marcado por estudos, reflexões e discussões que atentem para a concepção de EJA, de Ensino Médio e de Educação Profissional, que seja capaz de elencar e organizar a cultura e a ciência da humanidade. O objetivo consiste em subsidiar os alunos para incorporar-se à sociedade, como membros de plenos direitos.

Percebe-se que intenção da proposta de currículo integrado deveria propiciar conteúdos culturais relevantes para a escola e fora dela. Deve-se pensar interdisciplinariamente, obter a participação efetiva de professores na elaboração, execução do currículo, bem como na sua avaliação, favorecer conhecimento significativo para preparação para o trabalho como princípio educativo e formar o sujeito reflexivo.

Para Moll (2010) dentre os desafios a serem enfrentados na construção do Proeja, destaca-se a aproximação de campos concebidos e desenvolvidos, historicamente, por itinerários acadêmicos e políticos próprios: educação de jovens e adultos (EJA), a educação profissional e tecnológica (EPT) e a educação básica (EB), que pouco têm dialogado entre si. Realizar essa aproximação, para a autora “significa produzir um campo epistemológico, pedagógico e curricular novo. Não significa subsumi-los uns aos outros, mas relacioná-los no plano da reflexão e da ação educacional e política” (p. 134).

A implantação do Proeja nas redes estaduais, organiza-se de acordo com a visão política de cada unidade federada. Assim, as políticas propostas nacionalmente são adotadas segundo os limites e direcionamento do projeto de governo local.

Assim, alguns aspectos referentes à concepção e à implantação do programa, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, nas instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss, despertam atenção.

As falas dos gestores do MEC e da Suesp/GO, gestores, coordenadores e professores e, especificamente, dos alunos da terceira série do Curso Assistente Administrativo – Proeja, revelam suas diversas concepções acerca das categorias que envolvem o programa.

É significativa a parcela de jovens que buscaram no programa uma forma de inserção no mundo do trabalho ao final do ensino médio, ou ainda, em seu decorrer. A pesquisa revela esse aspecto como principal motivador do ingresso dos jovens no Proeja, da Rede Estadual de Ensino de Goiânia.

A pesquisa desvenda que vários fatores contribuíram para obstacularizar a implantação do Proeja e expressaram a fragilidade do programa e das unidades educacionais. Esses fatores também são apontados nos pontos de convergências e de divergências entre as falas dos sujeitos entrevistados.

Dentre esses fatores, pode ser citada, a resistência dos institutos federais em implantar o Proeja, nos moldes específicos do público da EJA.

Outro fator a ser considerado é a concepção da implantação do programa, que, de acordo com os gestores nacionais e estaduais, professores e alunos, busca atender aos sujeitos da EJA, no que se refere à defasagem de escolarização e formação profissional, ou, visando a intencionalidade do financiamento e da promoção dos seus benefícios.

O desconhecimento de alguns profissionais da Rede Estadual de Educação e de alguns alunos a respeito dos propósitos do Proeja contribuiu para ineficiência do programa.

A ideia de integração curricular entre a formação geral e a formação profissional expressa no Proeja, não se concretizou, visto que, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, o Curso oferecido foi estruturado na forma concomitante com escassa participação de profissionais que atuavam no Programa.

Verificou-se, também, que a reforma administrativa ocorrida no estado de Goiás, em 2008, propiciou o afastamento entre a formação geral, sob responsabilidade da Seduc/GO e a formação profissional, jurisdicionada à Sectec/GO, em virtude do gerenciamento e calendário diferenciado das referidas secretarias. Além disso, a Sectec/GO passou a contratar profissionais, na forma de prestação de serviços temporária, para trabalhar no Cepss.

Ainda, no que se refere ao quadro de profissionais que atuaram no Proeja, apresentam-se duas visões: o MEC afirma que uma equipe específica foi designada para acompanhar o Proeja, ao passo que as instituições de ensino Ceja Universitário e Cepss criticam a forma de contratação temporária de pessoal que trata a educação como necessidade passageira, uma vez que não estabelece vínculo entre o profissional e a instituição.

Constatou-se que a falta de planejamento conjunto entre as instituições de ensino, Ceja Universitário e Cepss, ocasionou a falta de organização e de integração entre os profissionais e as instituições.

A formação continuada é ferramenta imprescindível para o desempenho pedagógico, por incentivar a apropriação dos saberes dos professores, como intelectuais que combinam reflexão e prática, com vistas à formação de cidadãos reflexivos e ativos. Portanto, a verdadeira formação exige tempo, para que não se restrinja ao consumo de conhecimentos e de técnicas momentâneas de um *saber-fazer*, independente de um *saber-conhecer* e de uma visão crítica e ética da sociedade. Entretanto, a formação continuada oferecida aos profissionais da Rede Estadual de Ensino de Goiânia, para implantação do Proeja, ao direcionar a elaboração dos planos de cursos voltada para as expectativas do mercado, não contemplou a formação integral do aluno proposta pelo programa.

A pesquisa constatou que a maioria dos alunos do Curso Assistente Administrativo – Proeja é casada, goiana, trabalha, não tem ajuda financeira do

governo, não dispõe de tempo para estudar, é oriunda de escola pública, e os pais e mães têm, no máximo, escolaridade até o ensino fundamental.

Pelos alunos, foram observadas várias dificuldades para a realização do curso, como a distância entre as unidades educacionais. O Ceja Universitário, que ofereceu a formação geral, e o Cepss, responsável pela formação profissional, situam-se aproximadamente a 12 quilômetros de distância.

Outro fator interveniente mencionado foi a forma *acelerada* do curso, que dispensou pouco tempo para a formação dos alunos. Assim, houve prejuízo na aquisição de conhecimentos e as habilidades básicas, segundo os depoimentos dos educandos.

Cabe ressaltar que os sujeitos da EJA acreditam que a educação é um mecanismo de mobilidade e ascensão social, que visa superar uma condição que os coloca em posição inferior. Em suas opiniões, a ascensão ocorre por meio da obtenção do certificado de conclusão de curso, que se torna tão importante para eles, que, embora às vezes, ignoram saber se o conhecimento adquirido equivale ao que está oficializado na certificação.

A falta de tempo é outro agravante apontado pelos alunos como forte indício de prejuízo causado à sua formação. Em razão de esses jovens e adultos necessitarem de trabalhar, eles dedicam poucas horas para os estudos, uma prática que tende a priorizar o trabalho. Para manter-se no mercado de trabalho, muitas vezes o jovem ou adulto trabalhador abandona a escola, durante a escolarização obrigatória. Nesse sentido é preciso pensar em políticas públicas que considerem essa disparidade.

Cabe ressaltar, que, embora não seja o objeto de estudo desta pesquisa, o índice de evasão e desistência merece destaque, pois o dado apresentado é alarmante. Dos 43 alunos que ingressaram no Curso Assistente Administrativo – Proeja, na Rede Estadual de Ensino de Goiânia, nas unidades educacionais Ceja Universitário e Cepss, somente 7 permaneceram até a terceira série, ou seja, 36 alunos evadiram-se do Curso.

As reflexões expostas apontam que o Proeja pode abrir possibilidades de formação omnilateral, mas também pode ser apenas mais um programa que somente apresenta um discurso de integração entre a formação geral e a formação profissional, sem realizá-lo na prática.

Por isso, um dos desafios expostos é refletir sobre a possibilidade de inclusão, proclamada pelo Proeja, considerando a busca da concretização do direito de todos à educação e ao trabalho, por meio de políticas educacionais e sociais capazes de abranger os vários aspectos envolvidos. Para tanto, torna-se imprescindível que se repense a luta pela educação e pelo trabalho, como direito do indivíduo e dever do Estado, pautada na justiça social e na possibilidade de satisfação das necessidades mínimas do ser humano.

A efetivação e consolidação do Proeja exige que, de fato, ele seja considerado política pública, estratégica e integrada a um sistema nacional de educação, que pense na complexidade do conhecimento do mundo do trabalho, marcado por contradições, e na qual a educação possa se inserir como prática formadora e comprometida com a democracia social.

Ao direcionar a atenção para a história, para as condições e para o enfrentamento desse conjunto de desafios, esta pesquisa busca contribuir para a construção de uma nova forma de pensar a educação profissional integrada à educação básica, que tenha por objetivo a educação integral e cidadã.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARAÚJO, Denise Silva. Conceituando políticas educacionais. Curso de Licenciatura em Física a Distância do Consórcio Setentrional. Goiânia, 2008. (Não publicado).

AZEVEDO, Janete. M. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BATISTOLLI, Edna Correa; JUNIOR, Geraldo Grossi; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. As redes estaduais de ensino e a construção de uma política nacional de educação profissional. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei n. 4.024, de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei n. 11.741 de 16 julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996.** Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/pdf/e1496.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec2208\\_17abr97](http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec2208_17abr97)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec5154\\_23jul04](http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec5154_23jul04)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.478 de 24 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, que propunha a articulação entre a Educação Profissional Técnica e Ensino Médio e dá outras providências. Brasília, 24 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e dá outras providências. Brasília, 13 julho de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho para elaboração do documento básico para o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.** Brasília, 5 e 6 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Documento Base Proeja/2006.** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/doc\\_base\\_fev06](http://www.portal.mec.gov.br/doc_base_fev06)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Documento Base 2007.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Coletânea de Documentos do MEC.** Brasília: 2005-2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contagem da População 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>. Acesso em: 09 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **População de Goiás**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estados/perfil>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Distribuição percentual da população, segundo a cor ou raça. Brasil – 1998/2008**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic\\_sociais2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Tabela 200 – População residente por sexo, situação e grupos de idade**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=200>>. Acesso em: 18 maio 2010.

CANEZIN, Maria Tereza. A realidade temática e os dilemas da produção teórica. In: **Sindicato e Magistério: constituição e crise**. Goiânia: UFG, 2009.

\_\_\_\_\_. QUEIROZ, Edna Mendonça O. de; ANDRADE, Maria Dalva Pereira. Juventude, educação e poder local: desenhos institucionais em municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Goiânia, 2005. (Não publicado).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Juventude e educação: concepções que permeiam o poder público municipal da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). In: CANEZIN, Maria Tereza (Org.). **Jovens, educação e campos simbólicos**. Goiânia: UCG, 2007.

\_\_\_\_\_. NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Apontamentos sobre a noção de conhecimento e o processo de investigação nas ciências humanas**. Goiânia: UCG, v. 12, n. 1, p. 85-107, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/educativa/article/view/896/634>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro; VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO): uma análise a partir da Implantação do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE GOIÂNIA SEBASTIÃO DE SIQUEIRA – Cepss. Projeto político pedagógico, 2009. Goiânia, Arquivo da Escola.

CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – Ceja Universitário. Projeto político pedagógico, 2009. Goiânia, Arquivo da Escola.

COSTA, Sílvio. O trabalho como elemento fundante da humanização. **Estudos**, Goiânia, v. 22, n. 3/5, p. 171-188, dez. 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 116, 2002.

FREIRE Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

\_\_\_\_\_. CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho (Orgs.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005a. p. 63-71. Disponível em: <[http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho\\_principio\\_educ.doc](http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho_principio_educ.doc)>. Acesso em: 10 maio 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Lei n. 16.272 de 30 de maio de 2008**. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/2008/lei\\_16272.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2008/lei_16272.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (v. 2).

\_\_\_\_\_. Dos cadernos do cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Fontes do pensamento político. Porto Alegre: LPM, 1981. p. 198-199. (v. 2).

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Educação e trabalho no Brasil: o processo de construção de ideias e as principais contribuições. In: \_\_\_\_\_. **Ensino do 2º grau**: o trabalho com o princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1997, p. 40-96.

\_\_\_\_\_. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. Os fundamentos políticos e pedagógicos que norteiam a implantação da educação profissional integrada ao ensino médio. In: **O ensino médio integrado a educação profissional**: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED-PR. 2008

\_\_\_\_\_. Conhecimento e competências na escola e no trabalho. **Boletim Técnico do SENAC, 2003**. Disponível em:

<[http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos\\_Videos/Acacia\\_Kuenzer/CONHECIMENTO\\_E\\_COMPETENCIA\\_NO\\_TRABALHO\\_E\\_NA\\_ESCOLA.PDF](http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos_Videos/Acacia_Kuenzer/CONHECIMENTO_E_COMPETENCIA_NO_TRABALHO_E_NA_ESCOLA.PDF)> Acesso em: 04 ago. 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. Prática educativa, pedagogia e didática. In: \_\_\_\_\_. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 15-31.

MACHADO, Maria Margarida. Contexto históricos da alfabetização: analfabetismo de Jovens e Adultos no Brasil. Goiânia, maio 1997. (Não publicado).

\_\_\_\_\_. A educação de jovens e adultos na Lei Complementar n. 26 de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. In: FALEIRO, Marlene de O.; TOSCHI, Mirza Seabra (Orgs.). **LDB do estado de Goiás**: análises e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANFREDI, Maria Sílvia. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (v. 1).

\_\_\_\_\_. O processo de trabalho e o processo de produzir mais valia. In: \_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro, 2000.

MOLL, Jaqueline. Projeção e democratização da educação básica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica de alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 3. ed. Maceió: Edufal, 2004.

MOURA, Dante Henrique. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. **Boletim**. Secretaria da Educação a Distância/MEC. Brasília, n. 16, set. 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira. A educação profissional na Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás: avanços e perspectivas. In: FALEIRO, Marlene de O.; TOSCHI, Mirza Seabra (Orgs.). **LDB do estado de Goiás**: análises e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. **História de Goiás**. 5. ed. UFG, 1989.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire 40 horas 40 anos depois**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, Marise. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: \_\_\_\_\_. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Concepção do ensino médio integrado a educação profissional. In: GREGÓRIO, Na Nelly de Castro; GARCIA, Sandra Reina de Oliveira. **O ensino médio integrado a educação profissional**: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2008.

\_\_\_\_\_. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

QUEIROZ, Edna M. O. Juventude, escola e trabalho. **Educativa**. Goiânia, v. 1, n. 1, 1997.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Educação de jovens e adultos: retomando uma história negada. Goiânia, 2000. (Não publicado).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMÃO, José Eustáquio. **Pedagogia dialógica**. São Paulo: Cortez. 2002.

SÁ, Nicanor Palhares. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SANTOS, Simone Valdete. Sete lições sobre o Proeja. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira. A Cruzada ABC contra o sistema Paulo Freire e a esquerda no pós-golpe de 1964. In: **Educação de Jovens e Adultos: histórias e memórias da década de 60**. Brasília: Plano, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, 2003.

ZORZAL, Marcos Freisleben. **Educação em tempos neoliberais: uma leitura possível da repetição histórica em Marx a partir da análise conjuntural de Antonio Gramsci**. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### Protocolo de entrevista semiestruturada e de questionário aplicados a alunos do Curso Assistente Administrativo – Proeja

#### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Este questionário foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da realidade sócio-cultural do jovem. Responda-o com sinceridade. Para responder, marque com um X.

Instituição educacional \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Período que cursa na escola \_\_\_\_\_ Turno de estudo \_\_\_\_\_

Número de matrícula \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

#### DADOS GERAIS

##### 1 Sexo

( ) Masculino      ( ) Feminino

##### 2 Idade

- ( ) Até 15 anos
- ( ) De 15 A 20 anos
- ( ) De 20 A 25 anos
- ( ) De 25 A 30 anos
- ( ) Acima de 30 anos

##### 3 Como você se considera

- ( ) Negro
- ( ) Pardo
- ( ) Branco
- ( ) Índio

##### 4 Estado civil

- ( ) Solteiro
- ( ) Casado
- ( ) Divorciado
- ( ) Separado
- ( ) Viúvo
- ( ) União estável
- ( ) Outros

##### 5 Número de filhos

- ( ) Nenhum
- ( ) Apenas um
- ( ) Dois
- ( ) Três
- ( ) Mais de três

**6 Com quem você mora? Marque uma ou mais opções**

- |                                                                              |                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sozinho                                             | <input type="checkbox"/> Pai                          |
| <input type="checkbox"/> Mãe                                                 | <input type="checkbox"/> Irmãos solteiros             |
| <input type="checkbox"/> Irmãos casados                                      | <input type="checkbox"/> Avô/Avó                      |
| <input type="checkbox"/> Sobrinhos                                           | <input type="checkbox"/> Tios                         |
| <input type="checkbox"/> Primos                                              | <input type="checkbox"/> Com o companheiro/a e filhos |
| <input type="checkbox"/> No local de trabalho                                | <input type="checkbox"/> Com amigos                   |
| <input type="checkbox"/> Com outra família (parentes ou amigos de seus pais) |                                                       |

**7 Quantas pessoas moram na sua casa (contando com você)**

- |                                         |                                                |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Duas pessoas   | <input type="checkbox"/> Cinco pessoas         |
| <input type="checkbox"/> Três pessoas   | <input type="checkbox"/> Mais de cinco pessoas |
| <input type="checkbox"/> Quatro pessoas |                                                |

**8 Aspectos da religião**

Para todos responderem:

**8.1 Você tem religião?**

- Sim  
 Não

**Questões 8.2 a 8.4: só para quem tem religião**

**8.2 Em caso positivo, qual a sua religião?** \_\_\_\_\_

**8.3 Você é praticante?**

- Sim  
 Não

**8.4 Qual é a igreja/templo/centro/terreiro que você mais frequenta?**

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

**9 Territorialidade**

**9.1 Onde você nasceu?** \_\_\_\_\_

**9.2 Em que estado?** \_\_\_\_\_

Questões 9.3: para quem é proveniente de outro lugar

**9.3 Por que veio para a cidade onde mora?**

- |                                         |                                                   |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Para estudar   | <input type="checkbox"/> Para tratamento de saúde |
| <input type="checkbox"/> Para trabalhar | <input type="checkbox"/> Motivos familiares       |
| <input type="checkbox"/> Outros _____   |                                                   |

**10 Se você tem atividade remunerada, ela é**

- Eventual (bico)  
 Com vínculo empregatício (carteira assinada)  
 Sem vínculo empregatício (não tem carteira assinada)

**11 Aproximadamente, quanto você ganha por mês?**

- Nada  
 De 200 a um salário mínimo  
 Um salário mínimo e meio  
 Dois salários mínimo  
 Dois salários mínimo e meio  
 Três salários mínimo  
 Três salários mínimo e meio  
 Mais de quatro salários mínimo

**12 Qual a sua jornada de trabalho fora de casa?**

- Até 20 horas semanais  
 De 20 a 30 horas semanais  
 De 30 a 40 horas semanais  
 Mais de 40 horas por semana  
 Não exerce atividade remunerada

**13 Caso exerça alguma atividade profissional, em qual lugar você trabalha (tipo de estabelecimento)?**

R: \_\_\_\_\_

**14 Qual a sua participação na vida econômica da família?**

- Nenhuma  
 É responsável pelo próprio sustento  
 Parcial, contribui para o sustento da família  
 Total, é responsável pelo sustento da família

**INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA****15 Seus pais**

- Vivem juntos                       São casados novamente  
 São separados                       Nunca viveram juntos

**16 Informe sempre a escolaridade dos pais e a do chefe da família, se for outra pessoa: (mesmo que falecido):****16.1 Qual o grau de escolaridade de sua mãe?**

- Nenhuma escolaridade  
 Ensino fundamental incompleto (até a quarta série do antigo primeiro grau)  
 Ensino fundamental completo (até a oitava série do antigo primeiro grau)  
 Ensino médio incompleto (antigo segundo grau)  
 Ensino médio completo (antigo segundo grau)  
 Superior

**16.2 Qual o grau de escolaridade de seu pai?**

- Nenhuma escolaridade  
 Ensino fundamental incompleto (até a quarta série do antigo primeiro grau)  
 Ensino fundamental completo (até a oitava série do antigo primeiro grau)  
 Ensino médio incompleto (antigo segundo grau)  
 Ensino médio completo (antigo segundo grau)  
 Superior

**16.3 Qual o grau de instrução do chefe de família?**

- Nenhuma escolaridade  
 Ensino fundamental incompleto (até a quarta série do antigo primeiro grau)  
 Ensino fundamental completo (até a oitava série do antigo primeiro grau)  
 Ensino médio incompleto (antigo segundo grau)  
 Ensino médio completo (antigo segundo grau)  
 Superior

**17 Qual a atividade profissional de seu pai?** \_\_\_\_\_

**18 Qual a atividade profissional de sua mãe?** \_\_\_\_\_

**19 Qual a atividade profissional do chefe de família?** \_\_\_\_\_

**20 Que tipo de ajuda financeira você e/ou sua família recebe do governo?**

- Nenhuma
- Bolsa Família
- ProJovem
- Agente Jovem
- Bolsa Universitária
- Renda Cidadã
- Vale Gás
- Outra

**ANTECEDENTES ESCOLARES****21 Antes de iniciar o curso atual, quanto tempo (anos) você ficou sem frequentar escola?**

- Nenhum
- 1 a 2 anos
- 3 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

**22 Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?**

- Todo em escola pública
- Maior parte em escola pública
- Maior parte em escola particular
- Todo em escola particular

**23 De quais atividades sociais você participa? (se você participa, coloque em ordem de importância: 1,2,3)**

- Artísticas/culturais
- Movimento religioso
- Políticos partidárias
- Movimento estudantil
- Movimento ecológico
- Movimento comunitário
- Feira de ciências
- Nenhuma

**24 Como frequentemente você realiza essas atividades?**

- Sozinho
- Em grupo. Qual? \_\_\_\_\_

**25 Em sua casa tem computador?**

- Sim
- Não

**26 Você tem acesso à Internet?**

- Sim
- Não

**26.1 Em que local?**

- |                                                |                                                       |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Em casa               | <input type="checkbox"/> Na escola                    |
| <input type="checkbox"/> Em cursos de formação | <input type="checkbox"/> No trabalho                  |
| <input type="checkbox"/> Na <i>lan house</i>   | <input type="checkbox"/> Em casa de parentes e amigos |



**33 Assinale até três motivos que o levaram a escolher/permanecer no seu curso, numerando-os em ordem de prioridade (1, 2, 3)**

- ( ) Atender às suas expectativas de realização pessoal
- ( ) Possibilidade de contribuir para a sociedade
- ( ) Os outros cursos não o agradavam
- ( ) Influência de familiares e/ou terceiros
- ( ) Complementar formação profissional que já exerce
- ( ) Outros \_\_\_\_\_

**34 O que você espera ao cursar o ensino médio? Assinale as duas mais importantes:**

- ( ) Preparar para o vestibular
- ( ) Formação profissional voltada para o mercado de trabalho
- ( ) Obtenção de um certificado
- ( ) Outros \_\_\_\_\_

**35 O que você pretende fazer logo após concluir o ensino médio? (assinale apenas uma)**

- ( ) Trabalhar
- ( ) Continuar estudando
- ( ) Trabalhar e continuar estudando

Se continuar estudando, qual curso superior pretende fazer \_\_\_\_\_

Justifique a sua escolha \_\_\_\_\_

**36 Qual o seu objetivo principal ao estudar no Ceja?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**37 Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O que você sabe sobre esse Programa? \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_

**38 Qual o seu objetivo principal ao estudar no Centro de Educação Profissional de Goiânia Sebastião Siqueira? \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_

**39 Em sua opinião, existem diferenças entre estudar nestas escolas e outras escolas que você já estudou? \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_

**Autorizo a utilização dos dados aqui fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Nome \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada aos gestores do MEC

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade  
Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso

#### Entrevista semiestruturada aplicada aos gestores do MEC

##### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
- 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 4 Tempo de trabalho no Mec? \_\_\_\_\_
- 5 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

- 1 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
- 2 Quais os marcos teóricos que fundamentam o Proeja?
- 3 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?
- 4 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
- 5 Você considera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja deflagrou várias mudanças curriculares e na organização dos cursos? Quais?
- 6 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
- 7 Por favor, relate aspectos relevantes do processo de implantação desse programa no Brasil.
- 8 Quem foi chamado a participar? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?
- 9 Qual é o quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa?
- 10 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.

- 11 Que setores de governo esta experiência afeta (Ministério, Secretaria, Coordenadoria)?
- 12 Com qual grau de autonomia político-administrativa a ação pública foi desenhada e operacionalizada?
- 13 Em sua opinião, os objetivos expressos no Documento Base – Proeja foram alcançados em termos de política pública?
- 14 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 15 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 16 Qual é a fonte de recursos que mantém o programa (Fundef, Tesouro Nacional, financiamento internacional)?
- 17 Onde e como é feito o acompanhamento financeiro do programa?
- 18 Qual é a porcentagem do orçamento para EJA e para EP? Há divisão entre os tipos de formação ou o total é destinado para o programa?
- 19 Como é feita a prestação de contas?
- 20 É possível apresentar um quadro com o gasto no Proeja em 2006/ 2009 no Brasil?
- 21 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 22 Registre seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

### APÊNDICE 3

#### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada aos gestores das instituições estaduais de ensino Suesp/GO e da Seduc/GO

#### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade  
Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso

#### Entrevista semiestruturada aplicada aos gestores das instituições estaduais de ensino Suesp/GO e Seduc/GO

#### I – IDENTIFICAÇÃO

1 Nome \_\_\_\_\_

2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

4 Instituição estadual de ensino que trabalha? \_\_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

5 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

1 Qual a concepção de trabalho que fundamenta o Proeja?

2 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?

3 Quais os marcos teóricos que fundamentam o Proeja?

4 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?

5 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?

6 Você considera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja deflagrou várias mudanças curriculares e na organização dos cursos? Quais?

7 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.

8 Por favor, relate aspectos relevantes do processo de implantação desse programa no Brasil.

9 Quem foi chamado a participar? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?

- 10 Qual é o quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa?
- 11 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.
- 12 Que setores de governo esta experiência afeta (Ministério, Secretaria, Coordenadoria)?
- 13 Com qual grau de autonomia político-administrativa a ação pública foi desenhada e operacionalizada?
- 14 Em sua opinião, os objetivos expressos no Documento Base – Proeja foram alcançados em termos de política pública?
- 15 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa?
- 16 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 17 Qual é a fonte de recursos que mantém o programa (Fundef, Tesouro Nacional, financiamento internacional)?
- 18 Onde e como é feito o acompanhamento financeiro do programa?
- 19 Qual é a porcentagem do orçamento para EJA e para EP? Há divisão entre os tipos de formação ou o total é destinado para o programa?
- 20 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 21 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 22 Registre seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 4

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada aos diretores

#### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

**Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade**  
**Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso**

#### Entrevista semiestruturada aplicada aos diretores

##### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
- 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 4 Tempo de magistério \_\_\_\_\_
- 5 Nome da instituição de ensino que trabalha \_\_\_\_\_
- 6 Tempo de trabalho nesta instituição \_\_\_\_\_
- 7 Como se deu sua escolha para diretor \_\_\_\_\_
- 8 Você tem experiência de docência na EJA? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 9 Você tem experiência de docência na EP? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 10 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

- 1 Qual a concepção de trabalho que fundamenta o Proeja?
- 2 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
- 3 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa?
- 4 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?
- 5 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
- 6 Você considera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja deflagrou várias mudanças curriculares e na organização dos cursos? Quais?
- 7 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
- 8 Por favor, relate aspectos relevantes do processo de implantação desse programa no Brasil.
- 9 Configuram-se no âmbito do Proeja, ações relacionadas a outros setores do poder local?

- 10 Qual é o quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa?
- 11 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.
- 12 Que setores de governo esta experiência afeta (Ministério, Secretaria, Coordenadoria)?
- 13 Com qual grau de autonomia político-administrativa a ação pública foi desenhada e operacionalizada?
- 14 Em sua opinião, os objetivos expressos no Documento Base – Proeja foram alcançados em termos de política pública?
- 15 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 16 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 17 Qual é a fonte de recursos que mantém o programa (Fundef, Tesouro Nacional, financiamento internacional)?
- 18 Onde e como é feito o acompanhamento financeiro do programa?
- 19 Qual é a porcentagem do orçamento para EJA e para EP? Há divisão entre os tipos de formação ou o total é destinado para o programa?
- 20 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 21 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo?
- 22 Quem foi chamado a participar da elaboração do plano de curso? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?
- 23 Como se deu o ingresso de novatos na turma, em janeiro de 2010?
- 24 Existe um projeto para recuperação dos componentes curriculares, já estudados, para esses novatos?
- 25 O índice de evasão ou desistência é alto ou baixo? Por quê?
- 26 Registrar seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 5

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada ao Coordenador do Cepss

#### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

**Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade**  
**Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso**

#### Entrevista semiestruturada aplicada ao coordenador do Cepss

##### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
  - 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
  - 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
  - 4 Tempo de magistério \_\_\_\_\_
  - 5 Nome da instituição de ensino que trabalha \_\_\_\_\_
  - 6 Tempo de trabalho nesta instituição \_\_\_\_\_
  - 7 Como se deu sua escolha para coordenador \_\_\_\_\_
  - 8 Você tem experiência de docência na EJA? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
  - 9 Você tem experiência de docência na EP? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
  - 10 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_
- 
- 1 Qual a concepção de trabalho que fundamenta o Proeja?
  - 2 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
  - 3 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa nesta instituição de ensino?
  - 4 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?
  - 5 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
  - 6 Você considera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja deflagrou várias mudanças curriculares e na organização dos cursos? Quais?
  - 7 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
  - 8 Por favor, relate aspectos relevantes do processo de implantação desse programa nessa instituição de ensino.
  - 9 Em sua opinião, os objetivos expressos no Documento Base – Proeja foram alcançados em termos de política pública?

- 10 Qual é o quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa?
- 11 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.
- 12 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 13 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 14 Configuram-se no âmbito do Proeja, ações relacionadas a outros setores do poder local?
- 15 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 16 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo?
- 17 Quem foi chamado a participar da elaboração do plano de curso? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?
- 18 Qual ou quais metodologia/as previstas no Curso Assistente Administrativo – Proeja, para garantir a interdisciplinaridade exigida pela legislação atual?
- 19 No projeto político-pedagógico provêm que referenciais teóricos e normativos?
- 20 Quem são e de onde os profissionais que trabalham no Proeja? Eles têm formação específica em Proeja?
- 21 Existe planejamento conjunto dos professores da formação geral e da formação profissional?
- 22 Que tipo de homem o Curso Assistente Administrativo – Proeja pretende formar, de acordo com o projeto do curso?
- 23 Que tipo de atividade, disciplina e/ou metodologia garantiriam esse modelo de formação? Você concorda com o que está proposto? Justifique sua resposta.
- 24 Que conteúdos, atividades, metodologias precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender, para assegurar essa preparação?
- 23 Como se deu o ingresso de novatos na turma, em janeiro de 2010?
- 24 Existe um projeto para recuperação dos componentes curriculares, já estudados, para esses novatos?
- 25 O índice de evasão ou desistência é alto ou baixo? Por quê?
- 26 Registrar seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 6

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada ao coordenador do Ceja Universitário

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade  
Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso

#### Entrevista semiestruturada aplicada ao coordenador do Ceja Universitário

#### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
- 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 4 Tempo de magistério \_\_\_\_\_
- 5 Nome da instituição de ensino que trabalha \_\_\_\_\_
- 6 Tempo de trabalho nesta instituição \_\_\_\_\_
- 7 Como se deu sua escolha para coordenador \_\_\_\_\_
- 8 Você tem experiência de docência na EJA? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 9 Você tem experiência de docência na EP? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 10 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

- 1 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
- 2 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?
- 3 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
- 4 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
- 5 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa nesta instituição de ensino?
- 6 Qual é o quadro permanente de técnicos, docentes, profissionais administrativos e operacionais envolvidos no programa?
- 7 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.
- 8 Em sua opinião, os objetivos expressos no Documento Base – Proeja foram alcançados em termos de política pública?

- 9 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 10 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 11 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo?
- 12 Quem foi chamado a participar da elaboração do plano de curso? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?
- 13 Qual ou quais metodologia/as previstas no Curso Assistente Administrativo – Proeja, para garantir a interdisciplinaridade exigida pela legislação atual?
- 14 No projeto político-pedagógico provêm que referenciais teóricos e normativos?
- 15 Quem são e de onde os profissionais que trabalham no Proeja? Eles têm formação específica em Proeja?
- 16 Existe planejamento conjunto dos professores da formação geral e da formação profissional?
- 17 Que conteúdos, atividades, metodologias precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender, para assegurar essa preparação?
- 18 Configuram-se no âmbito do Proeja, ações relacionadas a outros setores do poder local?
- 19 Como se deu o ingresso de novatos na turma, em janeiro de 2010?
- 20 Existe um projeto para recuperação dos componentes curriculares, já estudados, para esses novatos?
- 21 O índice de evasão ou desistência é alto ou baixo? Por quê?
- 22 Registrar seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 7

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada ao professor do Cepss

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade

Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso

#### Entrevista semiestruturada aplicada ao professor do Cepss

##### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
- 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 4 Tempo de magistério \_\_\_\_\_
- 5 Nome da instituição de ensino que trabalha \_\_\_\_\_
- 6 Tempo de trabalho nesta instituição \_\_\_\_\_
- 7 Você tem experiência de docência na EJA? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 8 Você tem experiência de docência na EP? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 9 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

- 1 Qual a concepção de trabalho que fundamenta o Proeja?
- 2 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
- 3 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa nesta instituição de ensino?
- 4 Na sua opinião, o que fornece identidade ao programa?
- 5 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
- 6 Você considera que a mudança da legislação que trata da educação profissional, com o objetivo de implantar o Proeja deflagrou várias mudanças curriculares e na organização dos cursos? Quais?
- 7 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
- 8 Por favor, relate aspectos relevantes do processo de implantação desse programa nessa instituição de ensino.
- 9 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.

- 10 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 11 Quais são os agentes/atores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das etapas do programa (formulação, implementação, avaliação)?
- 12 Configuram-se no âmbito do Proeja, ações relacionadas a outros setores do poder local?
- 13 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 14 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo?
- 15 Quem foi chamado a participar da elaboração do plano de curso? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?
- 16 Qual ou quais metodologia/as previstas no Curso Assistente Administrativo – Proeja, para garantir a interdisciplinaridade exigida pela legislação atual?
- 17 O curso do Proeja está contemplado no projeto político-pedagógico da instituição?
- 18 Quem são e de onde os profissionais que trabalham no Proeja? Eles têm formação específica em Proeja?
- 19 Existe planejamento conjunto dos professores da formação geral e da formação profissional?
- 20 Avaliando seu curso superior, você identifica alguma lacuna na sua formação para vir a ser um professor do Proeja?
- 21 Ao pensar na elaboração de um currículo voltado para a formação de educadores de EJA e EP, que temáticas ou atividades você incluiria?
- 22 Existe alguma atividade de formação de educadores de EJA e EP sendo desenvolvida na escola, na Suesp/GO ou na Seduc/GO?
- 23 Você participa de alguma atividade de formação continuada?
- 24 Que tipo de homem o Curso Assistente Administrativo – Proeja pretende formar, de acordo com o projeto do curso?
- 25 Que tipo de atividade, disciplina e/ou metodologia precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender para assegurar o modelo de formação humana que o Proeja pretende?
- 26 Que conteúdos, atividades, metodologias precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender, para assegurar essa preparação?
- 27 Como se deu o ingresso de novatos na turma, em janeiro de 2010?
- 28 Existe um projeto para recuperação dos componentes curriculares, já estudados, para esses novatos?
- 29 O índice de evasão ou desistência é alto ou baixo? Por quê?

30 Registrar seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa, descrita na apresentação deste questionário.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 8

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada ao professor do Ceja Universitário

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade  
Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso

#### Entrevista semiestruturada aplicada ao professor do Ceja Universitário

##### I – IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome \_\_\_\_\_
- 2 Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 3 Pós-Graduação \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_
- 4 Tempo de magistério \_\_\_\_\_
- 5 Nome da instituição de ensino que trabalha \_\_\_\_\_
- 6 Tempo de trabalho nesta instituição \_\_\_\_\_
- 7 Você tem experiência de docência na EJA? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 8 Você tem experiência de docência na EP? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 9 Tempo de trabalho com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja? \_\_\_\_\_

- 1 Em sua opinião, por que foi implantado o Proeja?
- 2 A experiência do Proeja identifica-se como prática de ensino regular da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Profissional? Em caso de resposta afirmativa, em quais aspectos?
- 3 Em sua opinião, quais as dificuldades para a implantação do programa nesta instituição de ensino?
- 4 Destacar o que há de inovador na experiência que aponta a superação dos dois modelos clássicos: seriação/semestralidade, ou seja, ensino regular ou antigo supletivo.
- 5 Quais características são necessárias para ser um educador do Proeja? Justifique.
- 6 O Proeja possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 7 Em sua opinião, as concepções de currículo expressos no documento do MEC estão se instituindo?
- 8 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo?
- 9 Quem foi chamado a participar da elaboração do plano de curso? Quais critérios foram utilizados para escolha dos participantes?

- 10 Qual ou quais metodologia/as previstas no Curso Assistente Administrativo – Proeja, para garantir a interdisciplinaridade exigida pela legislação atual?
- 11 Quem são e de onde os profissionais que trabalham no Proeja? Eles têm formação específica em Proeja?
- 12 Existe planejamento conjunto dos professores da formação geral e da formação profissional?
- 13 O curso do Proeja está contemplado no projeto político-pedagógico da instituição?
- 14 Avaliando seu curso superior, você identifica alguma lacuna na sua formação para vir a ser um professor do Proeja?
- 15 Ao pensar na elaboração de um currículo voltado para a formação de educadores de EJA e EP, que temáticas ou atividades você incluiria?
- 16 Você participa de alguma atividade de formação continuada?
- 17 Existe alguma atividade de formação de educadores de EJA e EP sendo desenvolvida na escola, na Suesp/GO ou na Seduc/GO?
- 18 Que tipo de atividade, disciplina e/ou metodologia precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender para assegurar o modelo de formação humana que o Proeja pretende?
- 19 Como se deu o ingresso de novatos na turma, em janeiro de 2010?
- 20 Existe um projeto para recuperação dos componentes curriculares, já estudados, para esses novatos?
- 21 O índice de evasão ou desistência é alto ou baixo? Por quê?
- 22 Registrar seus comentários, críticas ou sugestões

**Autorizo a utilização dos dados aqui fornecidos, apenas para fins de realização da pesquisa descrita.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 9

### Protocolo de entrevista semiestruturada aplicada aos alunos(as) do Curso Assistente Administrativo – Proeja/2009

#### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

**Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade**  
**Mestranda: Edna Maria de Jesus Cardoso**

**Entrevista semiestruturada aplicada aos alunos(as) do Curso Assistente  
Administrativo – Proeja/2009**

#### I – IDENTIFICAÇÃO

Nome \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_

Sexo \_\_\_\_\_ Bairro onde mora \_\_\_\_\_

Essa pesquisa tem o propósito de conhecer alguns aspectos da realidade dos estudantes matriculados no Curso Assistente Administrativo – Proeja/2009.

- 1 Em sua opinião, por que foi implantado o Curso Assistente Administrativo – Proeja?
- 2 Que motivos que o levaram a escolher o Curso Assistente Administrativo – Proeja? Seus familiares ou amigos influenciaram na escolha deste Curso?
- 3 Como você se sente ao estudar em duas instituições de ensino ao mesmo tempo, para fazer um curso?
- 4 Você parou de estudar alguma vez? Por quê? Da última vez, quanto tempo ficou sem estudar e por que voltou?
- 5 Como você se relaciona com os colegas, professores, coordenadores e diretores?
- 6 Qual a disciplina deste curso que você mais gosta ou gostou? Por quê?
- 7 Você tem ou teve dificuldades com alguma disciplina deste Curso? Qual (ais)? Por quê?
- 8 Que você acha que estas escolas te oferecem? Encontrou o que esperava quando veio para cá?
- 9 Você se dedica ao estudo fora da sala de aula?
- 10 Como funcionam as suas escolas? (no contexto da resposta buscar temas sobre o relacionamento entre alunos, sobre disciplina, questão geracional, etc.)
- 11 O quê, em sua opinião, diferencia essas escolas que você estuda das outras?
- 12 Como tem sido o seu aproveitamento nas escolas?
- 13 Qual das instituições você mais gosta? O que ela tem de bom?
- 14 E a instituição que menos gostou? O que ela tem de ruim?
- 15 O que você tem aprendido aqui na escola tem ajudado na sua relação com seus familiares, grupos de amigos, na sua comunidade?
- 16 Você trabalha? É remunerado? Acha que recebe de acordo com o que produz?

- 17 Tem carteira assinada? Se não tem, por quê?
- 18 Como você concilia trabalho e estudos?
- 19 Onde você trabalha? O que faz? Qual é a sua carga horária? Como vai para seu trabalho? Quanto tempo gasta?
- 20 Onde você aprendeu a fazer o seu trabalho?
- 21 O que você tem aprendido aqui na escola tem ajudado na sua relação com seu trabalho?
- 22 O seu trabalho exige escolaridade e/ou conhecimentos relacionados às novas tecnologias?
- 23 Você já teve ou tem treinamento no trabalho?
- 24 Desde que idade começou trabalhar? Por quê? Onde começou a trabalhar?
- 25 Você já participou de algum programa de preparo para o trabalho? Ex: Peti, Agente Jovem, Projovem, Gente Cidadã?
- 26 Você já fez cursos profissionalizantes? Qual e onde?
- 27 O que achou desses cursos?
- 28 Você teve que passar por testes para este emprego? Como foi?
- 29 Você está satisfeito com seu trabalho? Por quê?
- 30 Há relação entre seu curso e seu trabalho? O que você espera para seu futuro profissional?
- 31 Você acha que o curso que você escolheu vai ajudá-lo no trabalho?
- 32 Que características você considera necessárias para um professor atuar no Proeja?
- 33 Em sua opinião, a metodologia utilizada pelos professores deixou de atender ou envolver algum aspecto importante do Curso Assistente Administrativo – Proeja?
- 34 Os conteúdos estudados possibilitam a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho?
- 35 O currículo do Curso Assistente Administrativo – Proeja possibilita ao estudante o acesso à ciência e à tecnologia?
- 36 Qual sua avaliação sobre o Curso Assistente Administrativo – Proeja?
- 37 Existem ações do Proeja relacionadas a outros setores do poder local (Secretarias, coordenações, etc.)?
- 38 Qual o nível de participação dos alunos/as nessas ações?
- 39 Em sua opinião, por que alguns colegas desistiram do Curso Assistente Administrativo – Proeja?
- 40 Qual é a sua sugestão para a melhoria nos próximos Cursos Proeja?